

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**DIRIGIR O PENSAMENTO E INFLUIR NO FUTURO: A (RE)PRODUÇÃO DE  
CONSENSOS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO JORNAL VALOR  
ECONÔMICO DE 2016 A 2021**

**ALESSANDRA LUÍSE NIENKOTTER**

**Florianópolis  
2023**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CURSO DE MESTRADO**

**DIRIGIR O PENSAMENTO E INFLUIR NO FUTURO: A (RE)PRODUÇÃO DE  
CONSENSOS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO JORNAL VALOR  
ECONÔMICO DE 2016 A 2021**

**ALESSANDRA LUÍSE NIENKOTTER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação. Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente.

Orientadora: Profa. Dra. Mariléia Maria da Silva

**Florianópolis  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Universitária Udesc,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Nienkotter, Alessandra Luíse

Dirigir o Pensamento e Influir no Futuro : a (re)produção de consensos sobre a educação básica brasileira no jornal Valor Econômico de 2016 a 2021 / Alessandra Luíse Nienkotter. -- 2023. 122 p.

Orientadora: Mariléia Maria da Silva

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

1. Educação. 2. Valor Econômico. 3. Intelectuais orgânicos. 4. Consensos. I. Silva, Mariléia Maria da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

**Alessandra Luíse Nienkotter**


**Dirigir o Pensamento e Influir no Futuro: a  
(Re)produção de Consensos sobre a Educação  
Básica Brasileira no Jornal Valor Econômico de 2016  
a 2021**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

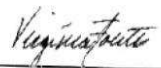
Florianópolis, 28 de julho de 2023.

**Banca Examinadora:**

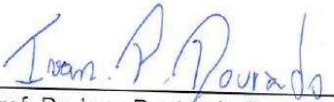
Presidente/a:

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Mariléia Maria da Silva  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Drª. Virginia Fontes  
Universidade Federal Fluminense – UFF

Membro:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ivan Pentéado Dourado  
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

---

## AGRADECIMENTOS

Minha formação na educação se iniciou no ano de 2016, em meio ao golpe que usurpou a presidência de Dilma, da entrada de Michel Temer e as subsequentes aprovações da BNCC e do Novo Ensino Médio, às ocupações dos secundaristas que aconteciam pelo país, além da fatídica eleição de 2018, que colocou Jair Messias Bolsonaro na presidência do Brasil. Foram anos de formação acompanhados de muitos debates acalorados. Ainda na graduação, me dividia entre me sentir agitada pelo conturbado momento político, e desanimada, escutando professores e pesquisadores desesperançosos com os rumos da educação no país. Como expressou Charles Dickens em sua obra *Um conto de duas cidades*, “Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos”. Em 2018, permanecemos paralisados por uma semana realizando atividades e debates políticos antes do domingo do segundo turno presidencial. Voltar para a sala de aula, na segunda-feira, após a vitória de Jair Bolsonaro foi um dos dias mais angustiantes que vivi na universidade. Infelizmente, não foi o único. Na minha trajetória na Pedagogia, perdi dois amados colegas, João Pedro, o JP, e Maria Gerlane, com quem dividi, além de aulas e trabalhos, lágrimas, risadas e muito companheirismo. Foi pelo luto dividido com a turma de Pedagogia de 2017/1 e pelo laço que criamos em meio ao caos, que foi possível continuar todos os dias, sem deixar a desesperança tomar o lugar da coragem. É por isso que agradeço com todo meu coração a todos os colegas com quem partilhei essa caminhada. Por extensão, agradeço a todos as professoras e professores, técnicos e servidores terceirizados com quem também dividi muito durante esses anos.

Agradeço imensamente o grupo Lute, no qual caminho e pesquiso desde 2018. Minha experiência no grupo e, conseqüentemente, na pesquisa pelo método do materialismo histórico-dialético, transformou minha formação e consciência, e me incentivou a seguir minha formação na pós-graduação, buscando sempre ir até a raiz das minhas inquietações sobre a educação em nosso tempo presente. Agradeço aos colegas do grupo, como a minha camarada querida, Amanda, que me acolheu e guiou nos meus primeiros passos no marxismo e na organização política; Márcia, que conheci como estagiária docente e me encantei com sua potente docência engajada, e que posteriormente tive o prazer de tê-la como banca avaliadora do meu trabalho de conclusão de curso; aos colegas Mariano, Juliana, Rodrigo e Aline, que me acompanharam e ensinaram muito na minha jornada da Iniciação Científica, sempre com zelo e competência; Lucas, Pedro, Milene, Rafael, Patrícia e João, colegas com quem atualmente divido muitos estudos e risadas. Em especial, agradeço imensamente aos colegas que entraram junto comigo

no processo do mestrado, Samara e Filipe, pela partilha constante das alegrias e angústias da pós-graduação.

No meu processo de formação como pedagoga, não foram poucos os professores e professoras que me inspiraram a seguir estudando e me aperfeiçoando como pesquisadora. Porém, foi em 2017, na aula de Políticas Públicas em Educação, na segunda fase do curso de Pedagogia da Udesc/Faed, que senti que encontrei o campo de estudo no qual eu queria mergulhar de cabeça e dedicar todos os meus estudos, inspirada e desafiada pela competente, dedicada e calorosa docência da professora Mariléia Maria da Silva. Minha formação certamente não teria sido a mesma sem esse encontro, e sou profundamente grata a essa parceria que se estende desde 2018, na Iniciação Científica, até hoje. A professora Mariléia não somente me orientou e ensinou tanto, mas também sempre me escutou e auxiliou ativamente, constantemente preocupada com o volume de tarefas, com a minha saúde física e emocional, e as condições de permanência na universidade, assim como com todos seus orientandos.

Não poderia deixar de agradecer à banca avaliadora deste trabalho. À professora Virginia, que faz parte da minha formação desde o início, sendo sua obra, *O Brasil e o capitalismo-imperialismo*, o primeiro livro que li e estudei com o grupo Lute, em 2018. Me sinto honrada e imensamente agradecida pelo aceite e por todas as valorosas contribuições à pesquisa, que foram fundamentais para a sua conclusão. A professora Renata, que compôs a banca de qualificação, e que também me auxiliou grandemente com suas importantes indicações, além de ter me apresentando o grande professor Milton Santos; e professor Ivan, recém ingresso em nosso grupo, que vem contribuindo enormemente com suas iniciativas e nas discussões em nossos encontros, e que, não tenho dúvidas, fortalecerá ainda mais as pesquisas marxistas na Udesc. Agradeço ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes, pela concessão da bolsa de estudos durante a maior parte do período do meu mestrado, que garantiu a minha permanência na pós-graduação.

Finalizo este agradecimento me direcionando às duas grandes bases da minha vida: minha mãe, Josiane, e meu companheiro, Willian. Naqueles dias em que as ideias se escapam, as palavras fogem e o cansaço vence, foram eles que me ampararam e me ofereceram o conforto de um amor compreensível e acolhedor. Agradeço ainda a toda minha família, e particularmente às minhas duas avós, Rosália e Zilma, que mesmo não compreendendo a definição de pós-graduação, nunca deixaram de perguntar “como anda a escola” nestes dois anos de formação, nem de declarar aos quatro ventos com orgulho que a neta delas será mestre. Agradeço ainda às minhas amigas e amigos que também me acompanharam, e particularmente às minhas amigas mais próximas e de longa data, Mônica, Iris e Brisa. Me orgulho de ter mulheres tão

maravilhosas e potentes como melhores amigas. Em especial, dedico este trabalho a minha mãe, que nem por um segundo, nos meus tantos caminhos traçados, duvidou que eu chegaria exatamente aonde eu queria chegar.

Antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês. Deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que *dirija o seu pensamento e influa no seu espírito* em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores.

*Antonio Gramsci, Jornal Avanti!*

*Edição de Piemonte, 22 de dezembro de 1916.*



## RESUMO

O estudo em tela pretende analisar as concepções de educação presentes nos artigos de opinião publicados entre 2016 e 2021 no jornal Valor Econômico. O jornal foi escolhido como o veículo para o levantamento de artigos devido à sua influência no mundo empresarial e econômico, e que, em nossa leitura, reflete em sua linha editorial uma perspectiva alinhada aos interesses do capital. A partir do método do materialismo histórico-dialético e da metodologia de análise documental e de conteúdo, a pesquisa, inicialmente, buscou o levantamento de matérias e artigos que abordavam temáticas relacionadas à educação. Após análise inicial, foram selecionados somente os artigos de opinião, no entendimento de que desempenham um papel importante na construção e difusão de ideias. Com amparo nas categorias de Estado integral, intelectual orgânico e consenso, de Antonio Gramsci, consideramos que os autores dos artigos, majoritariamente do mundo empresarial e com formação nas áreas de economia e administração, são intelectuais da fração burguesa empresarial, especializados na frente ideológica. Os artigos foram organizados a partir de unidades de contexto, nos termos de Bardin (2011), que correspondem ao levantamento das temáticas de maior ocorrência, quais sejam, a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio, a questão da formação e carreira docente, o financiamento e a gestão da educação básica pública, Capital Humano e Produtividade. Os resultados da pesquisa revelaram que as concepções de educação presentes nos consensos dos artigos envolvem a educação enquanto fator de produção e responsável pela formação de capital humano, que se materializam na BNCC e no Novo Ensino Médio, sendo, portanto, vital para o progresso econômico do país. Também evidenciamos a compreensão da carreira do professor a partir da lógica de responsabilização, além do crescente interesse em uma reforma de base da formação docente, e a gestão pública como ineficiente, apontando para a necessidade da participação de iniciativas privadas na gestão do fundo público. Além disso, como conclusões finais, consideramos que estes consensos estão profundamente vinculados à lógica da produtividade do trabalho, e apontamos que a chave-explica dessa relação se encontra na produção de valor do MPC, e na busca constante da garantia de intensificar o ganho de mais-valor, subtraído da força de trabalho, que se traduz em maiores taxas de lucro para os capitalistas.

**Palavras-chave:** Educação; Valor Econômico; Intelectuais orgânicos; Consensos.

## ABSTRACT

The present study intends to analyze the conceptions of education present in opinion articles published between 2016 and 2021 in the newspaper Valor Econômico. The newspaper was chosen as the vehicle for collecting articles due to its influence in the business and economic world, and which, in our view, reflects in its editorial line a perspective aligned with the interests of capital. Based on the method of historical materialism and the methodology of document and content analysis, the research initially sought to survey subjects and articles that addressed themes related to education in general. After an initial analysis, we selected those that were opinion articles, in the understanding that they play an important role in the construction and dissemination of ideas. Supported by Antonio Gramsci's categories of Integral State, Organic Intellectual and Consensus, we consider that the authors of the articles, mostly from the business world and trained in the areas of economics and administration, are intellectuals from the business bourgeois fraction, specialized in the ideological front. The articles were organized from context units, in terms of Bardin (2011), which correspond to the survey of the most frequent themes, namely, The National Common Curricular Base and the reform of the high school, The issue of the teaching training and career, Financing and management public basic education, Human Capital and Productivity. The results of the research revealed that the conceptions of education present in the consensus of the articles involve education as a production factor and responsible for the formation of human capital, which materialize in the National Common Curricular Base and in the present high school, being, therefore, vital for economic progress from the country. We also evidenced the understanding of the teacher's career from the logic of accountability, in addition to the growing interest in a basic reform of teacher training, and public management as inefficient, pointing to the need for the participation of private initiatives in the management of the public fund. In addition, as final conclusions, we believe that these consensuses are deeply linked to the logic of work productivity, and we point out that the key explanation for this relationship is found in the production of value by the capitalist mode of production, and in the constant search for the guarantee of intensifying the gain of surplus value, subtracted from the workforce, which translates into higher rates of profit for capitalists.

**Keywords:** Education; Valor Econômico; Organic Intellectuals; Consensus.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ferramenta de pesquisa do website Valor Econômico filtrando a palavra-chave pelos anos selecionados no recorte temporal.....	16
Figura 2 - Ferramenta de pesquisa do website Valor Econômico filtrando a palavra-chave por anos individuais .....	16
Figura 3 - Produção de mercadorias e valores em 8h de trabalho.....	94

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação ano x quantidade de notícias encontradas no Jornal Valor Econômico sobre o tema Educação .....	17
Tabela 2 – Maiores ocorrências de instituições vinculadas aos intelectuais articulistas do Valor Econômico no período de 2016 e 2021 .....	33
Tabela 3 – Relação do ano, quantidade de publicações e quantidade de artigos de opinião publicado no Valor Econômico entre 2016 e 2021.....	41

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Lista dos intelectuais que assinaram os artigos de opinião de 2016 a 2021 no Valor Econômico por ordem alfabética.....	30
Quadro 2- Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2016 em ordem cronológica.....	42
Quadro 3 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2017 em ordem cronológica.....	45
Quadro 4 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2018 em ordem cronológica.....	48
Quadro 5 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2019 em ordem cronológica.....	52
Quadro 6 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2020 em ordem cronológica.....	55
Quadro 7 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2021 em ordem cronológica.....	59

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APHs	Aparelhos privados de hegemonia
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional da Indústria
Covid-19	<i>Corona Virus Disease (2019)</i>
EM	Ensino Médio
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESC	Federação das Indústrias de Santa Catarina
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IAB	Instituto Alfa e Beto
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IMIL	Instituto Milenium
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inspere	Instituto de Ensino e Pesquisa
IVC	Instituto Verificador de Comunicação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MpB	Movimento pela Base
MPC	Modo de Produção Capitalista
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OI	Organismos Internacionais
ONGs	Organização não governamentais
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
Pisa	<i>Programme for International Student Assessment</i>
PDE	Plano de desenvolvimento da educação

PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano nacional de educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PT	Produtividade do Trabalho
PTF	Produtividade Total dos Fatores
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SNE	Sistema Nacional de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TpE	Todos pela Educação
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO DOS INTELLECTUAIS E SEUS CONSENSOS: REPRODUÇÃO NO VALOR.....</b>	<b>19</b>
2.1	O VALOR ECONÔMICO.....	26
2.2	OS INTELLECTUAIS NO VALOR .....	30
<b>3</b>	<b>OS ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS ENTRE 2016 E 2021.....</b>	<b>40</b>
3.1	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2016 .....	41
3.2	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2017 .....	44
3.3	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2018 .....	47
3.4	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2019 .....	50
3.5	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2020 .....	54
3.6	OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2021 .....	58
<b>4</b>	<b>A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CONSENSOS .....</b>	<b>62</b>
4.1	A (RE)PRODUÇÃO DE CONSENSOS SOBRE A DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL .....	62
4.2	A (RE)PRODUÇÃO DE CONSENSOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO VALOR ECONÔMICO .....	69
4.2.1	A Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio .....	69
4.2.2	A questão da formação e carreira docente .....	76
4.2.3	O financiamento e a gestão da educação básica.....	81
4.2.4	Capital Humano e Produtividade .....	86
4.3	A CONVERGÊNCIA PRIMORDIAL: A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE .....	92
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>100</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa em tela<sup>1</sup> tem sua inspiração em uma pesquisa anterior, desenvolvida em caráter de Iniciação Científica, nos anos de 2018 a 2020, intitulada “A indústria pela educação: um estudo das políticas da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) para a educação pública no alvorecer do século XXI”, que pretendeu investigar as publicações do portal *online* de notícias da FIESC sobre a Educação Básica. Na investigação foram selecionados e analisados cerca de 200 informativos publicados no portal desde meados do ano de 2009 até 2018. Como recorte de pesquisa foram analisados os informativos que tratavam sobre a educação a partir do desenvolvimento de competências socioemocionais, abordagem defendida pela Federação e seus parceiros, como Instituto Ayrton Senna e a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina. Na análise da pesquisa, a defesa pelas competências socioemocionais da FIESC revelou uma imbricação de interesses que, em seu núcleo, tem como objetivo uma formação escolar que abrandasse os sujeitos, futuros trabalhadores e trabalhadoras, e os preparassem para a obediência e conformismo perante a necessidade de manter a expropriação da força de trabalho com o fito de garantir a lucratividade aos proprietários dos meios de produção, representados pelas mais diferentes frações burguesas. No caso específico da pesquisa, atentamos para as frações burguesas industriais.

Essa visão utilitarista da escola tem sido fortalecida nos últimos anos no Brasil e tem se constituído em uma posição hegemônica (ainda que resistências estejam também presentes), mediante a elaboração e difusão de consensos repetidos *ad nauseam* por intelectuais de diversos setores e frações burguesas. O esvaziamento do conhecimento histórico e socialmente produzido pela humanidade que, como muito custo, se fazem presentes nos currículos escolares, a supervalorização da tecnologia em sua faceta fetichizada e da falácia do empreendedorismo em detrimento do estudo das ciências humanas e naturais, e o alavancamento das supostas competências-chave do século XXI, dentre as quais a resiliência, inovação e criatividade, costuram um discurso de que a escola brasileira não atualiza seu formato para a nova geração, formando indivíduos despreparados para o mercado de trabalho. Essa “falha” ou “atraso” da escola para atender as demandas do presente século resultaria em trabalhadores e trabalhadoras

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa constitui-se como um desdobramento da pesquisa guarda-chuva intitulada “As contribuições de Lênin e Gramsci na análise das determinações das políticas educacionais no Brasil nas últimas décadas”, desenvolvida ao abrigo do grupo de pesquisa Lutas Sociais, Trabalho e Educação (Lute) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da Prof. Dr. Mariléia Maria da Silva.

incompetentes para o atual mundo do trabalho e suas exigências, provocando um cenário de atraso econômico de um país improdutivo, incapaz de competir economicamente em nível internacional com outras potências.

Conjuntos de ideias, visões e consensos não surgem espontaneamente como senso comum, nem tampouco despreziosamente. É necessário que estejam vinculadas à uma visão de mundo, fundamentadas em um projeto de sociedade. Portanto, estamos discutindo o projeto burguês de sociedade, no qual a hegemonia política e cultural está sob a constante e crescente égide da classe dominante. Para que essas elaborações circulem, preferencialmente de forma massificada, a grande mídia contribui na formação de uma consciência voltada à lógica de submissão acrítica à realidade do capital.

Partindo então da premissa do estudo anterior, buscou-se, na presente investigação de mestrado, preliminarmente, inquirir em que veículo de comunicação a pesquisa poderia amparar-se para se ter acesso, investigar e analisar a elaboração de consensos sobre a educação básica em nível nacional, que trouxesse elementos para desvendar a articulação panorâmica entre as distintas frações burguesas, isto é, apreender suas elaborações e difusões. Nesses termos, foi buscando a relação entre educação e capital na atualidade, que o jornal Valor Econômico emergiu como um veículo privilegiado com potencialidade para se ter o contato com as publicações das diferentes frações burguesas relativas à educação básica.

O periódico Valor Econômico foi fundado nos anos 2000 em uma parceria entre os grupos Folha e Globo. O jornal, voltado para economia, investimentos e negócios, inicia sua circulação física concomitante à sua edição digital na emergente era da comunicação em massa na rede mundial de computadores. A parceria entre as duas grandes companhias encerra-se em 2016, após pouco mais de 15 anos, quando o grupo Globo compra a parte da Folha por cerca de 20 milhões de reais. Desde então, a Globo é a única sócia proprietária do veículo que, no ano de 2020, alcançava 107 mil assinaturas entre as versões física e a digital<sup>2</sup>.

Após breve leitura e levantamento de um conjunto de notícias sobre educação, distribuídas em diversas seções do periódico, verificou-se que alguns consensos que aparecem nos escritos publicados sobre a educação básica brasileira, na seção artigos de opinião, são apresentados como verdades universais, sedimentadas em um consenso compartilhado entre os autores de tais escritos no jornal e com ampla capilaridade na sociedade. São tomados como fatos incontestáveis da realidade do país, por norma explicada com dados vagos e a partir de

---

<sup>2</sup> Os dados apresentados podem ser encontrados no artigo '*Valor*' cresce 22% e alcança 107 mil assinaturas, por João Luiz Rosa. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/30/valor-crece-22-e-alcanca-107-mil-assinaturas.ghtml>. Acesso em: jun. 2021.

afirmações generalizadas de que a educação básica pública do país é, indiscutivelmente, de baixa qualidade, além de proposições e críticas a respeito do rumo do orçamento público e políticas públicas voltados à educação.

É a partir desse primeiro encontro com o jornal e seus artigos de opinião que procedemos a escolha da empiria. Constituiu-se dos artigos de opinião publicados no formato digital do jornal Valor Econômico entre os anos de 2016 e 2021<sup>3</sup>, que abordam o tema da educação. O propósito foi o de mapear tanto as informações que o jornal seleciona quanto os discursos utilizados e os consensos que carregam. Indo além, também se investigou os sintomas/evidências da consolidação de um bloco histórico hegemônico, considerando a particularidade brasileira do pós - golpe no ano de 2016 e o acirramento de processos que vinham se desenvolvendo desde os governos dos últimos anos, dentre os quais a Reforma do Ensino Médio, a Reforma Trabalhista e a Base Nacional Comum Curricular.

Desse modo, a pesquisa em tela tem como questão fundamental investigar quais as concepções de educação presentes nos artigos de opinião veiculados pelo jornal Valor Econômico no período de 2016 a 2021, bem como quais são as pautas presentes de forma reiterativa nos artigos. Em decorrência dessas interrogações, inquire-se o que seus autores estão problematizando sobre as questões educacionais, e que respostas apresentam a tais problemas. Também interroga-se quem são esses autores que escrevem no Valor. São intelectuais nos termos gramsciano? Quais aparelhos privados de hegemonia estão vinculados? Em que medida as diferentes proposições apresentadas nos artigos levantados são convergentes ou divergentes, apresentam consensos? Quais consensos podem ser verificados? Há movimentação de posições por parte dos intelectuais, considerando o período de 2016 a 2021?

Tendo em conta a problemática acima exposta, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar as concepções de educação presentes nos artigos de opinião veiculados pelo jornal Valor Econômico no período de 2016 a 2021. Como desdobramento temos os seguinte objetivos específicos:

- Identificar e analisar as pautas recorrentes nos artigos de opinião veiculados pelo jornal;
- Aprender quais são os APHs representados no conjunto de artigos selecionados;
- Verificar os intelectuais representantes dos interesses da burguesia que possuem espaço no jornal Valor Econômico;

---

<sup>3</sup> A escolha do recorte temporal será abordada na seção da metodologia da pesquisa.

- Cotejar os consensos difundidos pelos intelectuais nos artigos publicados no Valor Econômico com os possíveis interesses demandados pelas diferentes frações da burguesia brasileira para a Educação Básica.

Conforme já anunciado, esta pesquisa pretende contribuir na discussão dos consensos sobre a educação básica do século XXI, produzidos por mídias que pertencem às classes dominantes e/ou são por elas financiadas, direta ou indiretamente, que circulam, prioritariamente, na classe dominante, tal qual o jornal Valor Econômico, voltado para investimentos e economia. Parte-se, portanto, do pressuposto inicial de que a formulação de determinados consensos sobre a educação no Brasil corresponde às demandas da atual fase de acumulação de capital e a consequente tentativa de maior geração de valor da mercadoria educação, interesses imediatos das mais diversas frações capitalistas<sup>4</sup>. Assim, é fundamental o aprofundamento da investigação sobre os discursos produzidos pela grande mídia na engrenagem de manutenção da hegemonia burguesa, pois está em jogo, ao fim e ao cabo, a subsunção da escola à atual fase de acumulação de capital. Em outros termos, em uma sociedade capitalista, em que tudo é uma mercadoria em potencial, indagar qual é a “pedagogia do capital” através das estratégias discursivas da mídia hegemônica utilizadas em seus canais massificados de informação, se revela de extrema importância no campo das pesquisas em educação.

Dito isso, o método de análise da pesquisa utilizado é o materialismo histórico-dialético, considerando que

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

A citação acima, extraída de Karl Marx (1818-1883), aponta claramente a necessidade de enxergar que a produção da nossa existência, sob a lógica capitalista, define o nosso ser social e, nesse aspecto, a educação constitui-se como uma mediação importante a ser

---

<sup>4</sup> A discussão aqui apresentada será aprofundada no decorrer da exposição da pesquisa.

compreendida, seja na perspectiva do próprio capital, seja na perspectiva de superação do capital, isto é, na sua natureza crítica. Assim, algumas categorias e conceitos de análise sustentam este estudo.

O primeiro deles, é o entendimento de Estado e o que o compete. Ampara-se nas concepções desenvolvidas por Vladimir Lênin (1870 – 1924), que aborda o Estado como “produto e a manifestação do caráter inconciliável das classes” (LÊNIN, 2017, p. 29); sendo um produto, uma manifestação, surge no momento histórico em que é necessário, ou seja, quando, onde e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas.

Leitor de Lênin, é Antonio Gramsci (1891 – 1937), quem vai trazer a complexidade da dominação do Estado burguês, afirmando em seus escritos iniciais, em consonância com sua leitura de Marx, Engels e Lênin, que “o Estado *ut sic* não produz a situação econômica, mas é a expressão da situação econômica” (GRAMSCI, 2022, p. 381). Partindo então da concepção marxista de Estado, Gramsci entende, através da leitura materialista e dialética de mundo, o Estado como uma instância mais complexa e imbricada em seu funcionamento, o levando a entendê-lo sob um caráter ampliado, composto por dois planos superestruturais<sup>5</sup>, sendo eles a sociedade civil e a sociedade política. É com essa ideia que Gramsci produz sua grande contribuição na teoria do Estado marxista: o ‘Estado integral’, conceito central que atravessa a análise da pesquisa em tela.

A sociedade política é, para Gramsci, “a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que, vulgarmente, é entendida como todo o Estado” (GRAMSCI, 2019, p. 283). Já a sociedade civil é a “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2019, p. 228). No Estado de caráter integral, a distinção entre a sociedade política e a sociedade civil é feita objetivamente para fins metodológicos, pois, de fato, são uma mesma coisa, de funcionamento orgânico único. É a partir da ideia de que o Estado é composto pela sociedade civil e sociedade política, como formulou Antonio Gramsci, que se procura entender na pesquisa a relevância do Valor Econômico na sociedade civil, ou seja, a quem respondem, e qual o seu interesse na produção de consensos sobre a educação básica do país.

Grande parte dos escritos políticos de Gramsci foram publicados, na época, em diversos jornais de esquerda e do operariado italiano. O revolucionário foi jornalista desde sua juventude até o seu cárcere, onde dedicou uma parte dos seus estudos sobre a imprensa, seus

---

<sup>5</sup> “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2004, p. 250)

intelectuais e a relação com a sociedade civil. Analisou o caráter de dezenas de periódicos, incluindo franceses, alemães e estadunidenses, a fim de compreender a posição que estes ocupavam em sua sociedade, sempre comparando com a situação da mídia italiana.

Para Gramsci, a imprensa e os jornais são aparelhos fundamentais no trabalho educativo hegemônico do Estado. Tanto o são que ele os chama de verdadeiros partidos (2007)<sup>6</sup> nos quais travam-se batalhas entre ideias consonantes e dissonantes em prol das necessidades de frações, coletivos e governos, sempre em sintonia com as demandas exigidas pelo movimento do capital. É, portanto, interesse do Estado um determinado nível de conformismo social, sobre o qual afirma Gramsci (2019, p. 23):

Tarefa formativa e educativa do Estado cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade.

Em um de seus cadernos escritos em cárcere, no ano de 1934, o comunista sardo inicia sua discussão apresentando seu conceito do jornalismo de tipo “integral”, ou seja, aquele que não somente pretende satisfazer as necessidades de seu público, mas também pretende criar e desenvolver reflexões a partir dessas necessidades, de modo a gerar ao seu próprio público a necessidade de compreender e ampliar sua área de atuação (GRAMSCI 2001, p. 209). Ao dissertar sobre os diferentes tipos de veículos culturais e de informação de sua época, com destaque para a questão do senso comum escreve que:

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente histórica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetram no costume. (GRAMSCI, 2000, p. 209, grifos do autor).

Analisando os diferentes jornais de sua época, Gramsci os distinguiu entre jornais de informação, os explicitamente “sem partido”, e aqueles de opinião, os veículos oficiais de determinado partido ou grupo. Os jornais informativos também podiam ser entendidos como os

---

<sup>6</sup> Gramsci escreveu diferentes vertentes de concepção de partido. Em uma delas, afirma que “O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos.” (Q 25, 4, 2,287 [CC, 5, 139]). Retirado do verbete *Partido* em LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. P. 604.

populares, que transitavam de forma massificada entre a população diariamente, enquanto os de opinião, voltados a um público restrito, eram consumidos dentro de suas esferas de interesse. Como antes apresentado neste projeto, o Grupo Globo, responsável pelo editorial do jornal Valor Econômico, se coloca como um órgão de informação nos termos de Gramsci, difundindo informação e elaborando conhecimentos sem, supostamente, apresentar determinado viés de partido.

Amparando-se na análise e terminologias do teórico italiano, a pesquisa em tela parte do pressuposto, que será abordado e desenvolvido ao longo da pesquisa, de que o Valor Econômico, apesar do que é proferido pelo editorial responsável, é um jornal de opinião, que veicula consensos de frações específicas da classe dominante direcionados para a classe dominante.

Para entender a atuação deste veículo mediante o entendimento de Estado integral desenvolvido por Gramsci, a investigação aqui proposta ampara-se no conceito de aparelhos privados de hegemonia (APHs), também de Antonio Gramsci. Os APHs, segundo o autor, compõem e estão na sociedade civil. Igrejas, escolas, partidos e imprensa, por exemplo, podem ser considerados aparelhos, e “[...] é em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados” (MENDONÇA, 2014, p. 35). Enquanto APHs, é necessário que esses organismos produzam consensos sobre a realidade na sociedade civil, abrindo caminho para as ações e políticas demandadas pelo capital, já que a hegemonia “[...] não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo” (GRUPPI, 1976, p. 73). O uso do conceito de aparelhos privados de hegemonia para analisar a questão da produção e circulação dessas visões de mundo é importante para entender como se consolidam e como se difundem projetos hegemônicos de sociedade, pensando ainda os blocos que se formam em torno de um interesse em determinado momento histórico. Partindo da perspectiva e da importante análise de Gramsci no início do século XX sobre a imprensa e seu papel na disputa pela hegemonia, acredita-se ser de grande relevância compreender o papel da imprensa hegemônica brasileira na produção e disseminação de consensos sobre a educação básica na atualidade.

Entende-se igualmente necessário nos ampararmos na importante contribuição teórica de Gramsci a respeito da relação entre as forças produtivas e a consequente necessidade da formação ideológica e subjetiva de indivíduos-trabalhadores, adaptados às demandas da organização produtiva, entendendo que a educação é detentora de papel fundamental nesta

relação. Em sua análise expressa nas notas conhecidas como Americanismo e Fordismo<sup>7</sup>, Gramsci vai desdobrar de que forma a empresa estadunidense Ford, do ramo automobilístico, racionalizou sua produção, conhecida hoje como fordismo, e elaborou um novo tipo de homem americano, adequado ao novo tipo de qualificação da nova indústria e seu processo de produção em série, pois, segundo o autor “ [...] Novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem o outro” (GRAMSCI, 2007, p. 226).

Para qualificar esse novo tipo de trabalhador da indústria fordista, era preciso desenvolver a lógica maquinal e automática nos indivíduos, e, portanto, acabar com a ideia do trabalho profissional que se tinha até então na era pré-industrial. As operações produtivas passaram a ser subordinadas a uma nova psicofísica do trabalho industrial, reduzida, muitas vezes, à relação homem-máquina. É a partir dessa nascente mudança das cadeias produtivas, que ganha escala mundial, que o novo ‘tipo médio’ do operário da Ford passa a ser, portanto, o tipo médio do operário *moderno*. Para Gramsci, tal processo de controle e adequação moral e psicofísica dos trabalhadores, tal qual se deu nos Estados Unidos entre as décadas de 1920 e 1940, foi o maior fenômeno de esforço coletivo do tipo até então. Nesse processo, uma fração da “velha” classe trabalhadora, não qualificada ou adaptada ao novo nexos, foi expulsa do mercado de trabalho formal (GRAMSCI, 2007).

Isto posto, a relação entre a indústria e a necessidade de formação de um novo tipo de homem-trabalhador nos interessa como processo histórico fundamental para compreender como novos nexos psicofísicos, voltados a determinadas racionalizações metodológicas produtivas, passam a englobar a ideia de formação e educação dos indivíduos, e, deste modo, investigar em nosso momento histórico, quais nexos estão presentes nos discursos atuais de frações burguesas.

Portanto, entendendo o papel da educação na formação dos futuros (e presentes) trabalhadores e trabalhadoras e a disputa ideológica presente neste campo, faz-se necessário compreender, então, o mundo do trabalho, suas transformações e atuais configurações. Para isso, utiliza-se os estudos de Antunes (2017; 2019) na sociologia do trabalho. Em seus estudos, o sociólogo localiza na década de 1980 a expansão global do modelo industrial japonês, conhecido como Toyotismo<sup>8</sup>, novo padrão de acumulação que se desenvolve para atender as

---

<sup>7</sup> Caderno 22, escrito em 1934. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>8</sup> “O sistema toyotista emergiu dos experimentos na empresa Toyota, empreendidos entre 1947 e o início dos anos 1970, no Japão, por Kiichiro Toyoda e Taichii Ohno” (ANTUNES; PINTO, 2014, p. 65)



novas determinações da sociedade capitalista no seu contínuo processo de acumulação. Esse novo modelo de acumulação toyotista caracteriza-se, descritivamente, na consolidação de um perfil de trabalhador apto a desempenhar diversas funções e operar diversas máquinas concomitantemente em um único posto, afastando-se do então modelo clássico fordista de linha de produção. Esse processo produtivo da empresa Toyota configurou a chamada acumulação flexível ou empresa enxuta, na qual a produção vincula-se à demanda de forma muito mais direta, diferente da geração de estoques das indústrias anteriormente. No contexto do trabalho no Brasil, o Toyotismo

Combinando elementos herdeiros do fordismo (vigentes em vários ramos e setores produtivos) com uma nova pragmática pautada pela acumulação flexível, pela empresa enxuta (lean production), pela implantação de programas de qualidade total e sistemas just-in-time e kanban, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (como o PLR, programa de participação nos lucros e resultados), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios do capital financeiro e do ideário neoliberal, tudo isso acabou possibilitando uma reestruturação produtiva de grande intensidade no Brasil, que teve como consequências a ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2014, p. 40)

Dentro desse novo padrão de produção flexível, há a demanda por profissionais qualificados para a atuação multifuncional em seus postos *pari passu* à imposição de reformas e retiradas de direitos trabalhistas com o objetivo, inerente ao capital, de maximizar a expropriação da força de trabalho para a garantia do processo de acumulação capitalista em um contexto de crise de acumulação do capital. É mediante o entendimento de o Estado precisa atender às demandas do capital, ou a formação de futuros trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho flexível, que o papel dos APH entra em discussão, exercendo a função de que Gramsci (2019) chamou de “Estado-educador”, atuante na formação e disseminação de visões de mundo tomadas por “verdades”, tornando, portanto, a formação escolar e o próprio conceito de educação em um campo fundamental de disputa na arena da luta de classes.

Como já dito anteriormente, esta pesquisa tem como método de leitura de mundo e do movimento real, o materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx. É a partir da lente dialética que a pesquisa se voltará a compreender não somente de que forma os APHs atuam, mas seus determinantes e condicionantes. Para Netto (2011, p. 53), no método materialista “[...] é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Grifos do autor).

Com base nos objetivos central e específicos propostos nesta pesquisa e de modo a respondê-los, enquanto ferramenta investigativa, usar-se-á a metodologia de pesquisa de análise documental, posto que considera-se documentos, para fins deste estudo, todas as produções publicadas pelo Jornal Valor Econômico Segundo Evangelista, documentos são produzidos por sujeitos históricos. Logo, eles estão embebidos de consciência humana, de determinação histórica. Assim sendo, segundo Evangelista (2012, p. 56)

[...] se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria.

Já os procedimentos metodológicos para analisar os documentos (no caso as produções do Valor Econômico) utilizados estão apoiados na análise de conteúdo nos termos de Bardin, entendendo que:

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem (BARDIN, 2011, p.15).

Dessa forma, a análise dos artigos será feita tanto de forma transversal, para averiguar a frequência dos consensos presentes nos artigos de forma a convergir os discursos dos diversos intelectuais que escrevem no periódico, ou seja, a análise temática, quanto de forma singular e/ou vertical, analisando o discurso e a dinâmica dos textos de cada locutor e produção (BARDIN, 2011, p. 222).

A pesquisa em tela buscou investigar o ideário sobre a educação básica brasileira das frações burguesas, produzido ou difundido por intelectuais individuais ou coletivos (enquanto APHs) que estão presentes no território educacional, norteando e influenciando políticas da educação básica brasileira, e/ou aqueles ideários presentes de forma recorrente nas discussões e debates educacionais em âmbito nacional. Para este fim, entendeu-se necessário buscar canais de comunicação em nível nacional de grande circulação que oferecessem espaço aos intelectuais do empresariado se manifestarem, e a partir disso, compreender os consensos presentes fora da esfera especializada e/ou nomeadamente pertencente a esses intelectuais e APHs. Essa investigação se fez necessária na medida que busca compreender os consensos

que emergem desse ideário, e que são difundidos por estas frações dominantes, pois, partindo do pressuposto de que são tarefas históricas da classe dominante, tais consensos têm por objetivo responder às demandas do capital e de suas crises estruturais, que tomam formas específicas no contexto latino-americano, devido à sua condição de capitalismo dependente<sup>9</sup>.

Portanto, buscou-se na pesquisa prescrutar um APH midiático de significância nas instâncias empresarial, industrial, econômica e política, ou seja, que circulasse nas frações previamente citadas, para buscar no âmago das discussões da burguesia nacional, o lugar da educação em suas ideias, opiniões, formulações e demandas. Portanto, buscou-se um “[...] centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão” (GRAMSCI, 2019, p. 83) no qual intelectuais do empresariado e industriais publicassem regularmente.

Mediante a proposição acima mencionada procurou-se investigar os canais ligados ao Grupo Globo, posto que é este, atualmente, proprietário hegemônico do maior conglomerado de comunicação e mídias da América Latina<sup>10</sup>. Dentre inúmeras publicações em formatos diversos (jornal, revista, informativo), o periódico Valor Econômico, voltado à economia e política, se destacou como aquele em que as condicionantes da pesquisa se materializaram, pois, além do seu editorial, formado por jornalistas e comentaristas, conta com grande participação de importantes nomes do empresariado e da política brasileira nas assinaturas de seus artigos publicados. Após a investigação e análise inicial da versão digital do jornal em busca de material que pudesse ser usado de forma empírica, constatou-se que havia um número significativo de matérias e textos opinativos sobre a educação em suas diversas modalidades, e, principalmente, escritos por intelectuais ligados à APHs de destaque na área educacional. Destacamos que o formato digital do Valor Econômico é pago, portanto, para a pesquisa, foi realizada a assinatura dos serviços para o total acesso dos artigos.

Conforme já explicitado anteriormente neste trabalho, o periódico Valor Econômico em sua versão digital publica artigos em diversas colunas e seções dentro do seu *website*. Não há uma seção dedicada à educação *lato sensu*; entretanto, há uma seção dedicada exclusivamente ao *Ensino Executivo*, com foco em notícias relacionadas ao ensino superior e pós-graduações privadas, e nas movimentações dos grandes conglomerados educacionais. A educação básica, contexto selecionado para a empiria da pesquisa, aparece pulverizada nos vários segmentos do portal, como será apresentado a seguir.

---

<sup>9</sup> Essa discussão será feita ao longo da pesquisa nos capítulos seguintes.

<sup>10</sup> Informação retirada do *website* do Grupo Globo. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/#quem-somos>. Acesso em: 01 nov. 2022

Portanto, pela falta de uma seção exclusiva, a busca pelos artigos se deu a partir da ferramenta de busca disponível no portal *online* da versão digital do jornal Valor Econômico. Inicialmente, a fim de acessar amplamente o banco de dados do portal, a palavra-chave escolhida para a busca foi ‘educação’, juntamente ao ‘Filtro por data’ no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2021, como exposto na imagem a seguir.

Figura 1 – Ferramenta de pesquisa do *website* Valor Econômico filtrando a palavra-chave pelos anos selecionados no recorte temporal



Fonte: Ferramenta de pesquisa do Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/busca/?q=>. Acesso em: 03 mar. 2022.

Não há indicação da quantidade de notícias acessadas a partir da busca com filtro de data, tampouco a quantidade de páginas disponíveis no rodapé, possuindo apenas uma rolagem infinita de notícias até findar no mês final do recorte temporal. Sendo assim, para facilitar a busca e a filtragem das notícias, a busca passou a ser anual, indo de janeiro a dezembro dos anos selecionados para a pesquisa.

Figura 2 - Ferramenta de pesquisa do *website* Valor Econômico filtrando a palavra-chave por anos individuais



Fonte: Ferramenta de pesquisa do Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/busca/?q=>. Acesso em: 03 mar. 2022.

Nos termos de Bardin, a análise foi, portanto, temática, já que parte da educação básica (tema) como uma unidade de registro, com a finalidade de segmentar e categorizar os documentos selecionados pela palavra-chave ‘educação’. Segundo Bardin, a escolha do tema como unidade de registro na pesquisa é “[...] geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc” (2011, p. 134). A quantidade de artigos e matérias encontrada foi organizada em tabela, para melhor visualização do processo de coleta da empiria, feita de forma segmentada por ano:

Tabela 1 – Relação ano x quantidade de artigos de opinião encontradas no Jornal Valor Econômico sobre o tema ‘Educação’

<b>Ano</b>	<b>Quantidade de artigos de opinião</b>
2016	232
2017	312
2018	164
2019	317
2020	489
2021	318
<b>Total</b>	<b>1832</b>

Fonte: elaboração própria

Na seleção das matérias sobre educação, 1832 matérias ao total nos anos de 2016 a 2021 foram encontradas. Registra-se que, desde o início, a filtragem de empiria relevante mostrou-se dificultosa, pois, nos resultados da busca, inúmeros artigos não diretamente relacionados à educação são exibidos, além de especiais publicitários e editoriais especiais recentes. Diante disso, neste momento, a seleção se deu por uma pré-análise organizativa, procurando discriminar os artigos fora do escopo temático e temporal determinado para a pesquisa. Todas as matérias pré-selecionadas foram salvas como extensão de documento PDF para posterior leitura e análise.

No momento de organização, as etapas se dividiram na escolha dos documentos, na formulação das hipóteses e seus objetivos, e na elaboração de indicadores que poderiam fundamentar a interpretação final da pesquisa. A leitura flutuante, nos termos da autora, é o momento da formulação das impressões sobre esses documentos, no qual são feitas as afirmações provisórias que originariam as hipóteses iniciais. A seguir, foi constituído um *corpus* para o processo analítico que, após avaliação, teve sua amostragem reduzida de forma a objetivar as análises e gerenciar o tempo da pesquisa (BARDIN, 2011).

Ao longo da leitura flutuante realizada (feitas por ano), na observação das variadas seções que continham as matérias do periódico Valor Econômico, a referida seção “Opinião” revelou-se o espaço em que propriamente continha as vozes de intelectuais do empresariado

convidados pelo editorial do jornal, diferente das seções em que os jornalistas e profissionais do Valor assinavam. É nesta última etapa que os documentos foram selecionados para a análise da pesquisa em tela, isto é, os “artigos de opinião”, publicados na seção “Opinião” do periódico, com o recorte voltado para as discussões sobre a educação básica e publicados na edição digital do Valor Econômico durante os anos de 2016 a 2021. A seleção foi motivada pela leitura, no momento inicial da pesquisa, de matérias que apontassem estratégias discursivas e/ou de propósitos diretivos para a formação e/ou difusão de opiniões sobre a educação básica brasileira na atualidade, sedimentando o caminho da complexificação da subsunção da educação ao empresariado e da valorização do valor da mercadoria educação a partir da formação cultural e intelectual da própria fração empresarial. As demais matérias, não selecionadas para a pesquisa, são assinadas pelos jornalistas e pela equipe editorial do jornal, e possuem um tom mais informativo e descritivo, que, diferente dos artigos de opinião que foram analisados, não apresentavam “soluções”, formulações de alternativas ou planejamentos, e se afastavam de uma discussão aprofundada sobre as problemáticas e demandas da educação básica. Assim, foram selecionados, então, 110 artigos de opinião que tratavam como tema central a educação básica entre os anos de 2016 a 2021 no Valor Econômico dentre o universo de 1832 artigos publicados.

A etapa seguinte do tratamento da empiria foi o registro das informações importantes em um relatório, tanto para fins de organização quanto para facilitação de futuras consultas no desenvolvimento da análise da pesquisa. A compilação dos 110 artigos gerou um documento de 100 páginas, contendo título do artigo, autoria, informações substanciais do conteúdo e a demarcação das palavras-chave. Para organizar as informações obtidas dos artigos e registradas no relatório, entendeu-se necessário a criação de unidades de contexto, nos termos de Bardin (2011), a fim de não só organizar de forma eficiente os documentos, mas facilitar a apreensão da significação individual dos artigos em uma totalidade (BARDIN, 2011, p. 137). As unidades de contexto são, portanto, auxiliares na compreensão do sentido das particularidades dos textos dentro da totalidade do conjunto das matérias coletadas, e foram elaboradas após o processo da leitura e categorização dos artigos em palavras-chave, capturando as temáticas reiteradas nas opiniões dos autores que assinam os artigos.

A problemática da presente pesquisa se desdobra em três partes neste trabalho: a apresentação dos artigos, a análise dos consensos que os permeiam, e a investigação dos intelectuais autores que produziram e publicaram os textos dos artigos na versão digital do jornal. Inicialmente, no capítulo *Os artigos de opinião publicados entre 2016 e 2021*, são apresentados os 110 artigos, e um breve comentário sobre os temas abordados naquele ano.

Em continuidade, no capítulo 2, *A reprodução dos consensos sobre a educação básica no jornal o Valor Econômico*, é apresentada a análise dos consensos sobre a educação básica que emergiram dos artigos, que são mapeados e abordados, a fim de compreender suas origens, divergências e convergências dentro do *corpus* selecionado para análise, com a finalidade de apreender quais as concepções de educação que estão presentes nestes consensos, bem como cotejar com a situação da educação brasileira nos últimos anos e sua relação direta com as atuais demandas subjetivas produtivas da força de trabalho no sistema capitalista. Os possíveis consensos que avultaram foram organizados nas unidades de contextos, criadas a fim de organizar e categorizar a empiria final. Em *Os intelectuais no Valor Econômico*, capítulo 4 deste trabalho, é discutida a ideia de intelectualidade presente no pensamento de Antonio Gramsci e como a elaboração/difusão dos consensos que estão presentes nos artigos podem ser traduzidas como função histórica destes intelectuais da classe dominante. Também são apresentados os intelectuais mais profícuos entre 2016 e 2021 no periódico, relacionando os APHs aos quais este intelectuais se vinculam e representam. Em conclusão, são feitas as considerações finais sobre as concepções de educação que estão presentes nos consensos apresentados e analisados, e o papel dos intelectuais do empresariado da educação na reprodução e participação enquanto sociedade civil nas políticas públicas em educação no Brasil.

## **2 A QUESTÃO DOS INTELECTUAIS E SEUS CONSENSOS: REPRODUÇÃO NO VALOR**

Em seu caderno de número 12, de 1932, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*, Gramsci desenvolve importante discussão sobre a categoria dos intelectuais. Ele inicia suas elaborações com o seguinte questionamento: “Os intelectuais são um grupo social autônomo e independente ou cada grupo social tem a sua própria categoria especializada de intelectuais?” Gramsci, em síntese, defende que todo grupo social estruturado sobre o mundo da produção econômica cria organicamente categorias de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2022, p.15).

Para Semeraro (2021), quando Gramsci, ainda no início dos escritos do caderno 12, afirma que o “[...] conjunto do sistema de relações nas quais as atividades estão inseridas, no todo das relações sociais”, (GRAMSCI; p. 1516, apud SEMERARO, 2022, p.48). tal

interpretação encontra amparo na VI Tese sobre Feuerbach, isto é, “A essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998, p. 101 apud SEMERARO, 2022, p.48). Portanto,

De fato, da mesma forma que Marx não separa o pensamento das atividades materiais e mostra que a fabricação de conceitos e teorias não acontece no vazio da mente, mas em determinados processos históricos-econômicos-políticos concretos, a análise de Gramsci se baseia não em uma presumível natureza abstrata e universal do intelectual, mas nas funções concretas exercidas no mundo da produção e na “função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal” (Ibid.).

Antonio Gramsci também afirma que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2022, p.18). Em nota de rodapé, exemplifica: “[...] assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgo no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates” (Ibid.). A diferenciação acontece quando a representação social do indivíduo não se dá por suas qualificações intelectuais, mas sim, pelas relações sociais que caracterizam efetivamente sua posição na sociedade (Ibid.). É por isso que a atividade intelectual pressupõe a capacidade dirigente e técnica como predicativos da função dos seus grupos sociais orgânicos, a fim de, também, formar e homogeneizar a consciência de seus intelectuais. Gramsci cita como exemplo o empresário capitalista e os intelectuais que concebem junto a si: “o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.,” (GRAMSCI, 2022, p. 15). Ou seja, a formação dos intelectuais não se faz apenas no campo econômico, mas também no social, político, cultural, justamente para homogeneizar o grupo social. Entretanto, ainda observando o empresário capitalista como representante de seu grupo social, adverte Gramsci (2022, p.15):

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual); ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massas de homens, um organizador de “confiança”, dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.)

Portanto, há um imperativo de “autoridade”, ou capacidade técnica, que valida as elaborações do empresário capitalista, que organiza e dirige a massa de homens por representar uma desenvolvida função dirigente de classe; daí a questão de o intelectual ser entendido como tal a partir da sua posição social dentro do conjunto das relações sociais.



Importante também é a compreensão de que existem frações especializadas na função intelectual:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a *necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe* [...] (ibid., grifo nosso).

De acordo com Gramsci, formam-se, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual, em conexão com “todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante” (2022, p. 19). Esse processo de formação intelectual é entendido por ele não como “num terreno democrático abstrato”, mas em processos históricos “tradicionais” e “muito concretos”. Nesses processos históricos concretos, camadas são formadas para produzirem intelectuais. Gramsci cita como exemplo as pequenas e médias burguesias urbanas e rurais da Itália do início do século XX, que produzem, respectivamente, técnicos para a indústria e funcionários estatais e profissionais liberais (Ibid.).

Gramsci distingue os intelectuais entre os orgânicos e os tradicionais. Isso porque, para ele, os intelectuais tradicionais, ao contrário dos orgânicos, fazem parte de uma formação socioeconômica já superada, permanecendo ancorados em um *status quo* obsoleto, como o clero (SEMERARO, 2006). Os orgânicos, em contrapartida, são aqueles vinculados a um organismo social ativo e em expansão, geralmente atuando em organizações políticas e culturais que já se encontram em estágios avançados de desenvolvimento dentro daquele grupo social (Ibid.). Atuam, portanto, para desenvolver e manter tal organicidade.

Pensando o mundo contemporâneo, Gramsci avalia que a categoria dos intelectuais “ampliou-se enormemente”, formados pelo sistema democrático-burocrático, e não necessariamente ligados às necessidades sociais da produção, sendo, muitas vezes, formados pelas necessidades políticas do grupo dominante. Uma importante formação intelectual nas cidades é abordada por Gramsci: os intelectuais do tipo urbano. Esses intelectuais “cresceram junto com a indústria e são ligados às suas vicissitudes” (Gramsci, 2022, p.22), e se diferem, por exemplo, dos intelectuais rurais, do tipo tradicional e ligados aos grupos sociais do campo e da pequena burguesia, pois, para Gramsci, não exercem função política significativa sobre suas “massas instrumentais”, estas já desenvolvidas organicamente no âmbito urbano. São, portanto, intelectuais orgânicos de seu grupo social fundamental. Sobre a função dos intelectuais urbanos, Gramsci completa que pode

[...] ser comparada à dos oficiais subalternos no exército: não possuem nenhuma iniciativa autônoma na elaboração de planos de construção; colocam em relação, articulando-a, a massa instrumental com o empresário, elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria, controlando suas fases executivas elementares (Ibid).

Dissertando sobre a atividade intelectual, e pensando o papel do jornalismo na atividade intelectual da classe trabalhadora, Gramsci (2022) afirma que o intelectual é, de fato, um profissional dotado das técnicas e ferramentas necessárias para a direção de seu grupo. Suas aptidões e saberes não estão no nível do conhecimento vulgar, mas são especializados; portanto, são qualificados para as atividades e formulações presentes na atividade intelectual. Dentre as aptidões para exercer a intelectualidade, o italiano traça importantes competências e conhecimentos que delinham o trabalho educativo-formativo do intelectual: a dedução e a indução de forma combinada, a lógica formal e a dialética, identificação e a distinção, a demonstração positiva e destruição do velho, com base na realidade e nas experiências efetivas (Ibid., p. 203). A direção do pensamento, finalidade fundamental do intelectual, portanto, é um trabalho complexo e gradual. Isso porque, como observado pelo sardo, formulações e transformações de consensos ou senso comum<sup>11</sup>, além de serem processos contínuos conforme as necessidades político-intelectuais de seu momento histórico, se dão por meio de processos combinados:

As modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas” de acordo com “fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis” (GRAMSCI, 2022, p. 203).

Esses “modos de pensar” se formam e se desenvolvem a partir de consensos. Um senso comum, portanto, seria o conjunto dos consensos que se dá por “combinações sucessivas”, como um projeto a longo prazo de estabelecimento e reforço de ideias da ideologia dominante. Esse processo, portanto, acontece na disputa hegemônica, sedimentando o caminho (dirigindo) para as ações no âmbito da sociedade política (coagindo).

O uso do conceito de consenso em Gramsci é variado, apresentando nuances conforme as perspectivas por ele observadas e analisadas. Em seu comentário sobre Hegel e o associacionismo, conceito que apresenta os partidos e associações como tramas do Estado, afirma:

---

<sup>11</sup> Para Gramsci o senso comum é “[...] o folclore da filosofia” (p.205).

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente (GRAMSCI, 2019, p. 121).

Ao longo dos cadernos, Gramsci apresenta o consenso como ativo ou passivo, direto ou indireto, organizado ou espontâneo. Na citação acima é perceptível o reforço do caráter organizado do consenso do governo em relação aos governados. Pode-se, portanto, associar o consenso com o próprio conceito de hegemonia em Gramsci, ou seja, o momento do consenso e da força, da sociedade civil e da política. O consenso ativo dos governados, ou aquele em que os indivíduos são educados e reproduzem ativamente estes consensos, também aparece em uma denominação de Estado em outro momento: “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2019, p. 335). Já o consenso indireto é a passividade política, a condução, ou o “sufrágio universal-sufrágio censitário” (GRAMSCI, 2007, 24), ou seja.

O binômio domínio e consenso também aparece nos cadernos como força e consenso, sociedade política e sociedade civil, armas e religião. Essa unidade de distintos (GRAMSCI, 2019) é o cerne da definição de Estado integral em Gramsci, que deriva de sua minuciosa leitura de Nicolau Maquiavel (1469 - 1527) em sua obra *O Príncipe* (1532). Maquiavel vê na relação das armas e da religião a relação de forças necessárias para a conquista e manutenção de um principado (aqui Estado).

Gramsci, em sua época, já demonstrava interesse em aprofundar seus estudos sobre a estruturação da formação educativa dos intelectuais da classe dominante. O italiano afirma ser importante tarefa:

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura da classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica. *A parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor editorial em geral*: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., [...] (GRAMSCI, 2022, p. 78, grifo nosso).

Entretanto, os intelectuais não atuam unicamente na direção do pensamento. Gramsci considera que eles possuem funções “organizativas e conectivas”: são “prepostos” da classe dominante para o exercício de “funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, quais sejam:

1) do *consenso* espontâneo dado pelas grandes massas à orientação impressa pelo

grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio e, portanto, da confiança obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de *coerção* estatal que assegura “lealmente” a disciplina de grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2022, p.21, grifo nosso).

É importante que não se reduza a tarefa do intelectual a meros produtores ou reprodutores de consensos: em sua função conectivo-organizativa nos processos hegemônicos, assegura Gramsci que “[...] consenso não é um efeito que se acresce, mas está incorporado, em formas sempre diferentes e que se renovam, naquela função de fundo” (VOZ, 2017, p.427). Essa ideia também pode ser induzida pela relação dos intelectuais não ser imediata com a produção, como os capitalistas, ficando a impressão de serem meramente “mensageiros” da ideologia dominante.

Os intelectuais urbanos são fundamentais para que se compreenda a formação intelectual do empresariado hodierno. O que pode ser compreendido como intelectualidade empresarial, tal qual conhecemos na atualidade, estabeleceu-se no período de redemocratização do país, como historiciza o pesquisador Flávio Henrique Calheiros Casimiro, em sua importante pesquisa do que ele compreende como *Nova Direita*, que se constituiu por uma reorganização de frações burguesas pós-golpe civil-militar:

A partir da segunda metade dos anos 1970, diante do processo de transição da ditadura civil-militar para a Nova República – movimento “lento, gradual” e, acima de tudo, seguro para as estruturas dominantes do país –, a burguesia brasileira já começa a reagir frente às formas de organização das classes trabalhadoras e a organizar suas estratégias para adequar-se às novas formas de se relacionar com o Estado em redemocratização. Frações da grande burguesia começaram suas articulações no sentido de reestruturar e/ou criar novas organizações que os representassem em face das novas perspectivas de ação política e ideológica com a abertura no bloco de poder. Nesse momento, surge ainda de forma pouco coordenada, tentativas de atuação empresarial no sentido de defender seus interesses, partindo de pressupostos de defesa da propriedade privada e da economia de mercado, reclamando a redefinição do papel do Estado brasileiro, já influenciadas por concepções neoliberais (CASIMIRO, 2016, p.47).

Amparado ainda pelo estudo de René Dreifuss<sup>12</sup> sobre as composições intelectuais da burguesia no período do golpe e na redemocratização, Casimiro analisa o que ele chama de ‘aparelhos de ação política ideológica’ e as suas estratégias de dominação entre os anos de 1984 a 2014. Entre os aparelhos, Casimiro cita inúmeras instituições, organizações e movimentos, incluindo veículos da grande mídia, nos quais esses intelectuais se organizam e espraiam sua

<sup>12</sup> 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ideologia, citando, por exemplo, o Valor Econômico como um espaço midiático utilizado por inúmeros deles.

Posto isso e, considerando as formulações de Gramsci sobre os intelectuais, sua posição na sociedade e a caracterização da função intelectual, pode-se compreender os autores dos artigos de opinião do Valor Econômico enquanto intelectuais representantes da frente teórica burguesa, mais especificamente da fração empresarial, que possuem função especializada na reprodução de consensos sobre a educação básica tanto para a formação de um “bloco político-intelectual”, nos termos de Gramsci (2022), de forma ativa nas suas instâncias de atuação, quais sejam empresas, instituições e/ou organizações sociais e nas mídias, quanto na conformação social, em termos mais gerais. Trata-se, portanto, de um movimento de manutenção e expansão de classe.

Na análise sobre a educação contemporânea no Brasil, Andrade e Motta compreendem os empresários que atuam na frente ideológica e direita educacional como “empresariado educacional” para nos referirmos a esta fração a qual estes intelectuais pertencem e representam:

Hoje, concebemos o empresariado como um grupo de empresários vinculados aos mais diversos setores que possuem capacidade técnica e dirigente, *adquirida e não inata*. Ao nosso entender, a maior parcela desse empresariado é integrada por um quadro ativo e operante de prepostos, isto é, de funcionários da classe dominante, aos quais são confiadas as tarefas conectiva, educativa, persuasiva e organizativa. Nas mais diversas esferas da vida social atuam coletivamente com vistas tanto à organização da atividade econômica que lhes é mais próxima quanto à conformação social, mormente pela difusão sistemática de determinados modos de sentir e pensar a vida, bem como de agir sobre ela. Noutros termos, atuam tanto na organização e controle da “sua” parcela da esfera econômica quanto no aparelho estritamente estatal e na difusão de determinadas ideologias, principalmente via aparelhos de hegemonia, que dão forma, sentido e coerência ao conteúdo econômico-social (2022, p.23, grifo do autor).

Com amparo nas importantes considerações sobre a intelectualidade orgânica de Gramsci, consideramos, portanto, que os convidados para escrever sobre educação no periódico Valor Econômico, assim o são justamente pela sua posição no sistema de relações na qual sua atividade se encontra “[...] no complexo geral das relações sociais” (GRAMSCI, 2022), reforçando, portanto, seus papéis de intelectuais do empresariado com capacidade técnica e dirigente. Portanto, a partir de agora, trataremos os autores dos artigos como intelectuais, e as instituições as quais eles pertencem como aparelhos privados de hegemonia (APHs)<sup>13</sup>.

Apresentaremos na seção seguinte os intelectuais levantados durante a pesquisa.

---

<sup>13</sup> A categoria de APHs foi apresentada na introdução deste trabalho.

## 2.1 O VALOR ECONÔMICO

O jornal Valor Econômico, tido como um dos maiores e mais rentáveis veículos jornalísticos nacionais, é voltado para discutir economia, investimentos e negócios, foi fundado em 02 de maio de 2000 em uma parceria entre os grupos Globo e Folha, conforme já anunciado na introdução deste trabalho. Sua circulação física foi iniciada de forma concomitante à sua versão digital, fato ainda incomum no Brasil naquele fim do século XX. Quando o veículo nasce, o maior e mais tradicional jornal econômico do Brasil era a *Gazeta Mercantil*, lançada em 1920. Na época, sua circulação, “[...] segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>14</sup>, chegou a 124.351 exemplares em dezembro de 2000, com aumento de 5,4% em comparação a 1999. Mas nos anos seguintes apresentou queda. A média por edição foi de 127,7 mil em 2001 e, em 2002, caiu para 118,5 mil” (LENE, 2005, *online*). Com a queda da circulação de exemplares, anos de crise financeira e na gestão da família Levy, proprietária do jornal desde os anos de 1930 (Ibid.), a *Gazeta* encerrou suas atividades em 2009 e, desde então, o Valor segue detentor do título de maior jornal de economia e finanças do país.

Com investimento de 90 milhões de reais e circulação inicial de 150 mil exemplares, o Valor Econômico foi oficialmente lançado em cerimônia presidida por João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, e Luiz Frias, presidente do Grupo Folha, acompanhados do então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (PSDB/1995-2003)<sup>15</sup>. Sua base editorial era composta de jornalistas que já haviam trabalhado na *Gazeta Mercantil*, como Celso Pinto, um dos principais articuladores do projeto do Valor. Pinto havia sido correspondente da *Gazeta* em Londres, e trabalhava na *Folha* à época<sup>16</sup>. Até o presente momento, a equipe editorial ainda é composta por consagrados jornalistas da *Gazeta* e da *Folha* de S. Paulo, além de dezenas de jornalistas distribuídos em suas filiais regionais que escrevem nos cadernos que agregam seções como Brasil, Política, Carreira, Opinião, Finanças, Eu &, Empresas e Legislação e Tributos, entre outros. Como articulistas e colunistas convidados com regularidade, o Valor reúne nomes de empresários, economistas e professores universitários.

---

<sup>14</sup> O Instituto Verificador de Comunicação (IVC) é uma entidade sem fins lucrativos voltada para a certificação de métricas de desempenho de veículos midiáticos impressos e digitais.

<sup>15</sup> Trechos da cerimônia e demais dados podem ser encontrados na linha do tempo do site *História Grupo Globo*. Disponível em: <<https://historia.globo.com/historia-grupo-globo/1985-2004/noticia/2000-lancamento-do-jornal-valor-economico.ghtml>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>16</sup> Informações retiradas da matéria *Morre o jornalista Celso Pinto*, publicada no *Valor* em 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/03/morre-o-jornalista-celso-pinto.ghtml>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

Os cadernos presentes na versão impressa se encontram no portal do Valor como seções *website*, agrupando as notícias e artigos. Em sua maioria, as matérias *online* possuem um *paywall*, uma barreira que impede o leitor do acesso integral ao conteúdo, a menos que seja assinante da plataforma, com exceção das notícias na seção *Edição Impressa*, onde são publicadas todas aquelas que já foram publicadas na edição física do jornal. Além do portal, o periódico se desdobra no *websites Valor Investe* e o *Valor Pro*, plataforma para *download* que oferecem serviços de monitoramento em tempo real com notícias, cotações e dicas de investimento, além de um banco de dados com nomes de empresas de capital aberto e fechado, cadastradas com indicadores e análises de valor.

Segundo auditoria publicada em maio de 2022 pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>17</sup>, a circulação média do Valor é de 126.694 exemplares, entre as assinaturas impressas e digitais. Já em seu portal digital, de acordo com a *Comscore*<sup>18</sup>, são 9 milhões de acessos únicos e 50 milhões de visualizações mensais de página. Os acessos únicos referem-se aos acessos por sessão no site, ou seja, aqueles feitos a partir do *login* e senha do usuário, seja ele assinante ou não. Já as visualizações de página não necessariamente se limitam ao acesso individual por sessão, contabilizando a visualização da página principal sem vínculo de usuário e sessão.

Os jornais de maior circulação no Brasil atualmente, *O Globo*, *Estadão* e *Folha de São Paulo*, todos com circulação física e digital, em 2021, somaram médias de 27,8 milhões, 22,2 milhões, e 10,3 milhões de acessos únicos a cada mês, respectivamente. Já na circulação da versão impressa, *O Globo* teve a maior circulação, com 373.139, à frente da *Folha* (366.088) e do *Estadão* (225.342). A métrica realizada pelo IVC considera a soma dos exemplares físicos e das assinaturas digitais<sup>19</sup>. O Valor segue consolidado, em números e circulação, como o maior jornal voltado para o nicho econômico de circulação nacional, ao lado de veículos de outros segmentos como a revista *Exame* e o portal *InfoMoney*, ambos também voltados para investimentos, economia e negócios. A *Exame*, da Editora Abril, circula desde 1967, e, em 2021, circulavam 47.727 exemplares, uma queda de 44% em relação a 2015<sup>20</sup>. A *InfoMoney*, em 2020,

---

<sup>17</sup> A auditoria foi divulgada pelo Valor na matéria 'O Valor Econômico não tem interesses, tem valores' é mote de nova campanha (2022). Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/11/o-valor-economico-nao-tem-interesses-tem-valores-e-mote-de-nova-campanha-sembarreira.ghtml>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>18</sup> A Comscore é uma empresa dos Estados Unidos da América especialista na análise do tráfego de conteúdos na internet. A métrica também foi divulgada na matéria citada na nota anterior,

<sup>19</sup> Auditoria divulgada pelo jornal O Globo na matéria *O Globo foi o jornal mais lido do país em 2021* (2022) Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2021-25376960>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>20</sup> Pesquisa realizada pelo jornal *Poder360* publicada em março de 2022 na matéria *Revistas em 2021: impresso cai 28%; digital retrai 21%*, de Hanna Yahya. Os dados são da auditoria do IVC de 2021. Disponível em:

contava com 25,6 milhões de acessos únicos mensais, sendo considerado o maior site especializado em economia do país<sup>21</sup>.

Sobre seu público consumidor, dados informados pelo Valor em 2020 no artigo *'Valor' cresce 22% e alcança 107 mil assinaturas*<sup>22</sup>, assinado pelo jornalista João Luiz Rosa, em levantamento realizado em 2018, revelam que 62% dos leitores da edição digital possuem ensino superior e pós-graduação, enquanto na versão impressa cai para 53%. O gênero masculino predomina fortemente com 82% e 81% nas assinaturas digitais e físicas, respectivamente. Em 2021, o número de exemplares passou de 107 para 125.672 mil exemplares; o aumento foi impulsionado, segundo o Valor, pelas assinaturas da plataforma digital do jornal, especialmente no período da pandemia do coronavírus<sup>23</sup>.

Em 2017 o *Grupo Globo* decide integrar a gestão e o atendimento do *Valor* com a *Infoglobo* e a *Editora Globo*, e até o momento constituem uma única companhia composta de 21 marcas. Juntas, naquele ano, as marcas ultrapassaram a circulação mensal de mais de 15 milhões de exemplares, com um alcance de mais de 44 milhões de visitantes únicos, segundo dados de IVC e ComScore<sup>24</sup>.

No *website* do jornal, na seção Princípios editoriais do Grupo Globo<sup>25</sup>, é digno de nota destacar o texto intitulado *Breve noção de jornalismo*, antecedido pela Carta aos acionistas, assinada por Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho, e José Roberto Marinho em 2011. Como noção de jornalismo, afirmam:

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: o jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de

---

<https://www.poder360.com.br/economia/revistas-em-2021-impresso-cai-28-digital-retrai-21/> Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>21</sup> Dados retirados da matéria *InfoMoney cresce e se torna maior site de finanças e negócios do país* (2020). Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/infomoney-cresce-e-se-torna-maior-site-de-financas-e-negocios-do-pais/>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/impresso/noticia/2020/01/30/valor-cresce-22-e-assinaturas-alcancam-107-mil.ghtml>>. Acesso: 15 jan. de 2022.

<sup>23</sup> Dados disponíveis na matéria *Aos 21 anos, Valor acelera aposta no meio digital*, publicada em 2021 por João Luiz Rosa. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/03/aos-21-anos-valor-acelera-aposta-no-meio-digital-sembarreira.ghtml>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>24</sup> Dados e informações retiradas da matéria *Em janeiro, Infoglobo, Editora Globo e Valor vão se unir*, publicada em 2017 pelo *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/em-janeiro-infoglobo-editora-globo-valor-vao-se-unir-22240657>>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://valor.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.



fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (*online*).

Colocando-se contra a ideia do jornalismo como a “verdade dos fatos”, o periódico se posiciona como veículo de apreensão da realidade, aquele que produz conhecimento a partir do seu entendimento dos fatos, ou seja, que tem como propósito central o de informar, instruir, ilustrar acontecimentos, momentos políticos e históricos, mas também o de interpretar os fatos e propor uma forma de “apreensão da realidade”. Adiante, no mesmo breve texto que pretendem elucidar a concepção de jornalismo para o editorial do jornal, alertam para o fato de se distinguirem dos jornais “políticos-ideológicos”, como os jornais de partidos. É patente a suposta perspectiva de independência, ou seja, “sem viés”, que o Grupo Globo advoga para si, ainda que no excerto anterior revelem que praticam um jornalismo como “uma forma de apreensão da realidade”:

Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo, não como aqui definido: noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação: este noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas. Produz conhecimento. O Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar (*Ibid. online*).

Em 2022, o Valor Econômico lança a campanha publicitária *O Valor do Valor*, com o mote “Valor Econômico não tem interesses, tem valores”. De acordo com matéria intitulada “‘*O Valor Econômico não tem interesses, tem valores*’ é mote de nova campanha” (2022), o intuito da campanha é o de “[...] reforçar o posicionamento de marca de um veículo de comunicação que traz conteúdos relevantes e que não tem interesses ou vieses mas, sim, valores”. A ação publicitária, de acordo com o *Valor*, foi divulgada em jornais, revistas, rádios e redes sociais, incluindo ainda a elaboração de um filme para a TV.

Para Dênis de Moraes (2015), conglomerados midiáticos, produtos do oligopólio atual da mídia, mantêm relações de interdependência com poderes políticos e econômicos; ou seja, esses veículos não somente abrem espaço para os intelectuais, mas se beneficiam desta relação para ganhos de verba, visibilidade, patrocínio, etc. Milton Santos (2022) cita ainda uma “emergência de uma dupla tirania, a do dinheiro e a da informação”, que estão “intimamente relacionadas” e que, unidas “...fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época, e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo *ethos*

as relações sociais e interpessoais [...]” (Ibidem, p.49).

## 2.2 OS INTELLECTUAIS NO VALOR

Apresentamos neste subcapítulo informações sobre os intelectuais levantados dos artigos de opinião publicados entre os anos de 2016 e 2021 no jornal Econômico. No total, 45 nomes assinam os 110 artigos, com a ocorrência de intelectuais assinando mais de um artigo, e intelectuais que assinam em coletivo. Os nomes das instituições, seus cargos e/ou formações acadêmicas, o ano e as ocorrências do ano ou anos em que os intelectuais publicaram também são exibidos na tabela. Os cargos e instituições apresentados são referentes aos vínculos dos intelectuais no momento de publicação dos artigos; alguns deles apresentavam uma minibiografia ao final de seu texto, de onde retirou-se as informações aqui detalhadas. As informações dos e das intelectuais que não se apresentaram no artigo foram retiradas de seus currículos publicados em plataformas como Currículo Lattes, e *LinkedIn*<sup>26</sup>. É importante indicar que, como pode ser verificado no periódico, a maioria dos intelectuais não somente produzem artigos sobre educação, voltando-se também para outros debates da esfera econômica recorrentes no Valor.

A seguir, apresentamos o quadro. É importante que se examine as instituições às quais os intelectuais se vinculam.

Quadro 1 – Lista dos intelectuais que assinaram os artigos de opinião de 2016 a 2021 no Valor Econômico por ordem alfabética, os APHs aos quais vinculam-se, o ano e as ocorrências dos artigos

<b>Intelectual</b>	<b>APH</b>	<b>Ano e ocorrências</b>
Ana Karina Dias	McKinsey	2018
Ana Maria Diniz	Fundadora do Instituto Península e atual conselheira; co-fundadora do Todos Pela Educação	2018, 2021 (4)
André Vieira	Fundação Roberto Marinho	2021
Angela Dannemann	Superintendente do Itaú Social	2021

<sup>26</sup> Rede social voltada para empregos, carreiras e negócios. Disponível em: <<https://www.linkedin.com>>.

Quadro 1 – Lista dos intelectuais que assinaram os artigos de opinião de 2016 a 2021 no Valor Econômico por ordem alfabética, os APHs aos quais vinculam-se, o ano e as ocorrências dos artigos

Armando Castelar Pinheiro	Professor da Fundação Getúlio Vargas	2017, 2021
Caio Megale	Banco Itaú	2016
Eduardo Carvalho	<i>Global Citizen Institute e Harvard University Fellow</i>	2018 (2), 2020
Fábio Giambiagi	Superintendente da área de Planejamento e Pesquisa do BNDES	2017
Felipe Ludovice	Auditor do Tesouro Nacional	2020
Fernanda Mayol	McKinsey	2018
Gabriel Corrêa	Diretor de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação	2020
Gregório Grisa	Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	2020
Heloisa Morel	Presidente do Instituto Península	2019, 2020
Jairo Saddi	Árbitro na Câmara de Arbitragem da Associação Nacional das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) e Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).	2020
João Batista Araujo e Oliveira	Instituto Alfa e Beto	2016 (4), 2017 (4), 2018 (2), 2019 (5), 2020 (3), 2021 (3)
João Bosco Jr.	Auditor do Tesouro Nacional	2020
João Guedes Neto	<i>International Federation of Liberal Youth</i>	2016
Joaquim Levy	Banco Mundial Ex-Ministro da Fazenda Banco Safra (atual)	2021
José Eli da Veiga	Professor Sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)	2021
José Roberto Campos	Editor executivo do Valor Econômico	2020
Katcha Poloponsky	Fundação Roberto Marinho	2021
Laércio Cosentino	Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom)	2021
Lúcia Dellagnelo	Diretora-presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB)	2021

Quadro 1 – Lista dos intelectuais que assinaram os artigos de opinião de 2016 a 2021 no Valor Econômico por ordem alfabética, os APHs aos quais vinculam-se, o ano e as ocorrências dos artigos

Maria Clara R. M do Prado	Colunista fixa do Valor Econômico	2017, 2018, 2019
Maria Paula Dallari Bucci	Universidade Estadual de São Paulo (USP). Ex-secretária de Educação Superior e Consultora Jurídica do Ministério da Educação e Cultura na gestão de Fernando Haddad.	2020
Maria Silvia Bastos Marques	Doutora em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, foi secretária de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, presidente da CSN, da Icatu Seguros, do BNDES e da Goldman Sachs. É do conselho do CLP.	2021
Marcus Frank	McKinsey SP	2018
Naercio Menezes Filho	Professor Doutor em Economia - IFB e Insper	2016, 2017 (3), 2018 (6), 2019 (2), 2020 (2)
Nicola Calicchio	McKinsey SP	2018
Nilson Teixeira	Fundação Getúlio Vargas	2018 (2), 2020
Olímpio Bittar	Médico especialista em Saúde Pública	2017
Paulo Oliveira	IDados	2016, 2017
Pedro Ferreira	Fundação Getúlio Vargas	2017, 2018
Priscila Cruz	Presidente executiva e co-fundadora do Todos Pela Educação	2020 (2)
Olavo Nogueira	Todos Pela Educação	2020
Renato Fragelli	Professor na Fundação Getúlio Vargas	2017, 2018, 2020 (2), 2021
Ricardo Henriques	Instituto Unibanco e IIEP Unesco	2016, 2020
Robson Andrade	Presidente da Confederação Nacional da Indústria	2017, 2018
Rosalina Soares	Fundação Roberto Marinho	2019, 2021
Simon Schwartzman	Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade e ex-presidente do IBGE	2021
Tassia Cruz	IDados	2016
Tiago Cavalcanti	Professor na Fundação Getúlio Vargas	2020, 2021
Vinícius Oliveira	Insper	2017
Wilson Risolia	Fundação Roberto Marinho	2019, 2021 (2)

Fonte: elaborado pela autora.

Como já elucidado, das 110 matérias, encontramos 45 intelectuais que as assinam; além desses, 17 dos artigos foram publicados sem assinatura, pois fazem parte de um editorial do

*Valor Econômico*, transposto, muitas vezes, da versão física para a versão digital. Um editorial publicado em jornal caracteriza um artigo que expressa as opiniões e linha política de posicionamento do veículo. Por esse motivo, consideramos que os artigos publicados sem assinatura representam a “voz” do jornal Valor Econômico e expressam seus princípios editoriais e políticos.

A seguir, apresentamos a tabela com as instituições de vínculo dos intelectuais com maior recorrência no período analisado:

Tabela 2 – Maiores ocorrências de instituições vinculadas aos intelectuais articulistas do Valor Econômico no período de 2016 a 2021

Instituto Alfa e Beto	21
Valor Econômico (colunistas e editorial)	21
Inspere	15
Fundação Getúlio Vargas	12
Instituto Península	7
Fundação Roberto Marinho	5
Todos pela Educação	5
<b>Total</b>	<b>86</b>

Fonte: elaboração própria

Abordaremos brevemente cada uma destas instituições e sua possível relação com a educação básica. Não traremos, no entanto, pesquisa extensa sobre a atuação ou relação destes APHs, apresentando brevemente, a partir dos materiais disponíveis nas páginas *online* das instituições, suas conexões e/ou atuações no âmbito da educação básica. Alertamos, no entanto, que as instituições as quais os intelectuais se vinculam não, necessariamente, possuem relação com sua produção intelectual fora do âmbito institucional.

O Inspere, Instituto de Ensino e Pesquisa e antigo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos, fundado em 1987 na cidade de São Paulo. Entre os nomes de seus acionistas e associados, está Jorge Paulo Lemann, um dos homens mais ricos do Brasil e envolvido com diversos APHs de educação. Em seu website, informam: “Somos uma instituição sem fins lucrativos, dedicada ao ensino e à pesquisa. Oferecemos cursos de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, além de educação executiva e customizados” (INSPER, *online*). Atualmente, seus números somam 5.580 alunos de graduação e pós-graduação, 5.211 em cursos de Educação Executiva de curta

duração<sup>27</sup>. O Insper possui uma variedade de centros e núcleos de estudos e pesquisas em empreendedorismo, políticas, economia e finanças. Destacamos aqui aqueles ligados diretamente a educação básica: Centro de Gestão de Políticas Públicas, Centro de Evidências da Educação Integral, Núcleo Ciência pela Gestão Educacional, Rede Ciência para o Desenho de Políticas Educacionais (CDPE), Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), e Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância (CPAPI). Entre seus parceiros, Instituto Ayrton Senna (IAS), Instituto Unibanco, Fundação Lemann, Fundação Bernard van Leer, *Center on the Developing Child* da Universidade de Harvard (CDC), *David Rockefeller Center for Latin American Studies*, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Porticus América Latina e Faculdade de Medicina da USP, Instituto Natura, e Instituto Sonho Grande<sup>28</sup>.

Nos artigos do Valor Econômico, Naercio Menezes Filho e Vinícius de Bragança Müller e Oliveira, são ambos professores do Instituto. Naercio Menezes Filho integra, como pesquisador, o Centro de Gestão e Políticas Públicas (CGPP) e o Núcleo Ciência pela Infância (NCPI), e como diretor, integra o Centro de Pesquisa Aplicada à Primeira Infância (CPAPI). Sua área de pesquisa é desigualdade, Educação, Mercado de Trabalho, Tecnologia. Vinícius de Bragança Müller e Oliveira inclui no seu currículo História Econômica, mas não consta no corpo docente no *website* do Insper. Ambos possuem doutorado em Economia. Os artigos escritos por ambos exploram eixos que tratam de educação e capital humano, produtividade, gestão e financiamento da educação básica.

O Instituto Alfa e Beto (IAB) foi fundado no ano de 2006, em Brasília, DF, pelo psicólogo e PhD em educação João Batista Araujo e Oliveira. João Batista já esteve à frente da direção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e foi secretário executivo do MEC, além de seus trabalhos no Banco Mundial (BM), em Washington (EUA), e na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra.

Além da extensa produção de pesquisas, textos e artigos, o IAB conta com o desenvolvimento e a venda de programas pedagógicos contendo materiais como roteiros de planejamento de aula, fichas de atividades e orientações, além de softwares e aplicativos *mobile*, direcionados para educadores, gestores e famílias. Os dois carros-chefes das ações do IAB são o modelo de educação baseado em “evidências científicas” e a promoção do método fônico de alfabetização. Também no *website* podem ser encontrados anúncios de todos os

---

<sup>27</sup> Dados retirados do *website* da instituição. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>28</sup> Essas e outras informações podem ser encontradas na seção “Centro de Conhecimento” do *website* <<https://www.insper.edu.br/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

artigos escritos por Araujo e Oliveira no Valor Econômico, na seção de Publicações<sup>29</sup>, na categoria “IAB na Mídia”, que também conta com artigos científicos, *ebooks* e notas técnicas.

Em seu *website*, se apresentam enquanto um instituto que visa

[...] fomentar e fortalecer o debate educacional no Brasil porque acreditamos que a educação só melhora quando há pressão social – principalmente de setores importantes e estratégicos – porém a pressão social só existe quando é precedida por informação e conhecimento. Entendemos que a sociedade brasileira e muitos daqueles que ocupam posições influentes ainda não despertaram para o enorme desafio que precisa ser vencido na educação e aspiramos transformar essa situação (Instituto Alfa e Beto, *online*).

O Instituto possui uma loja virtual<sup>30</sup> na qual podem ser encontrados, além de seus programas pedagógicos, livros infantis, materiais didáticos diversos para a educação infantil e anos iniciais, coleções paradidáticas e documentos orientadores para docentes, além de kits para educação domiciliar, aplicativos e *softwares* educativos. É possível também encontrar livros escritos por João Batista Araujo e Oliveira, como o sugestivo título *Propostas para Romper o Atraso na Educação*<sup>31</sup>, com destaque na página inicial da loja.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) nasceu em 1944, com o objetivo, segundo consta na seção “História” do *website* da Fundação<sup>32</sup>, de qualificar pessoal para as áreas de administração pública e privada do país. A FGV, então, “antevendo a chegada de um novo tempo”, de “crescimento social e econômico”, expandiu suas formações para as áreas de ciências sociais e econômicas, a fim de contribuir na missão de “estimular o desenvolvimento socioeconômico do país” (FGV, *online*). Além do oferecimento de cursos de curta duração, tecnólogos, graduação, pós-graduação e MBA, também realiza trabalhos sob encomenda para o setor público e privado, além de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM). O portal da Fundação conta com um grande depósito de pesquisas, teses e publicações nas mais diversas áreas, desenvolvidas por seus alunos, professores e pesquisadores<sup>33</sup>; no topo do portal do depósito, encontra-se o slogan “Top 3 *Think Tank* do Mundo<sup>34</sup>”. As publicações estão divididas em categorias, incluindo economia, políticas públicas e ciências sociais como as mais lidas, recebendo destaque na página inicial do depósito.

<sup>29</sup> As publicações podem ser encontradas na base de dados disponível no *website* do instituto. Disponível em: <<https://www.alfaebeto.org.br/publicacoes/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://loja.alfaebeto.org.br/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>31</sup> Publicado em 2022 pela Arraes Editores.

<sup>32</sup> As informações podem ser encontrar na seção *Institucional – Missão e História da FGV* do *website* da Fundação. Disponível em: <[portalfgv.br/institucional](http://portalfgv.br/institucional)>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>33</sup> Disponível em: <[portal.fgv.br/pesquisas-teses-publicacoes](http://portal.fgv.br/pesquisas-teses-publicacoes)>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>34</sup> O termo *think tank* refere-se a entidades mantidas, em sua maioria, por setores empresariais que atuam particularmente em frentes ideológicas.

Na área da educação, a FGV conta com um programa chamado *FGV Ensino Médio*, que oferece um sistema para os alunos, professores e escola. Para os estudantes, é oferecido um banco de questões alinhadas com a matriz das competências e habilidades do Enem e simulados periódicos. Os professores contam com um pacote de Objetos Educacionais Digitais (OEDs) com orientações didáticas, além do desenho de provas digitais customizáveis. A escola possui plataforma onde pode acompanhar todo o processo e o rendimento individual dos estudantes, já que a correção das avaliações é feita de forma digital e disponibilizadas, a partir da plataforma, para a coordenação pedagógica. Para a FGV, neste sistema, voltado para o “sucesso no Enem” os professores “ganham tempo produzindo e corrigindo provas com avaliações digitais” e a escola pode acompanhar o “rendimento das turmas e trabalhar junto com os professores as melhores estratégias para potencializar a aprendizagem” (FGV, *online*).

Os intelectuais que assinam artigos de opinião de 2016 a 2021 vinculados à FGV são Armando Castelar Pinheiro, Tiago Cavalcanti, Pedro Ferreira, Renato Fragelli e Nilson Teixeira, que, no total, escreveram oito artigos, alguns deles em duplas ou trios. Todos eles são doutores em economia e professores da Fundação Getúlio Vargas, com exceção de Nilson Teixeira, sócio fundador da empresa Macro Capital e membro associado da FGV, sendo comumente chamado para ministrar eventuais palestras e cursos da Fundação.

A Fundação Roberto Marinho foi fundada por Roberto Marinho, no ano de 1977, visando parcerias com instituições públicas e privadas voltadas majoritariamente para iniciativas no âmbito da educação. Marinho é herdeiro do império do Grupo Globo, fundado pelo seu pai, Irineu Marinho. Entre seus projetos mais populares, vinculados à Fundação Roberto Marinho, estão *Ajude uma Criança a Estudar*, *Criança Esperança*, *Amigos da Escola e Ação Global* e o *Telecurso*. Entre suas instituições parceiras estão Fundação Bradesco, Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Senai, Sebrae, Itaú Social, Unicef, Eletrobrás, Marília Cecília Souto Vidigal, Fundação Vale, Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Google e Facebook. Como já mencionado, o *Grupo Globo* é, atualmente, o único proprietário do jornal *Valor Econômico*.

Suas ações na educação estão listadas no *website* na seção chamada Soluções<sup>35</sup>, distribuídas nas categorias de *Educação básica*, *Educação profissional*, *Mídias educativas*, *Mobilização social* e *Professores*. A Fundação possui uma vasta lista de projetos e ações desenvolvidas ao longo dos anos. Alguns desses projetos foram apresentados com destaque em seu portal: *Projeto Futura*, na categoria de mídias educativas, que figura o

---

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://www.frm.org.br/solucoes>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.



desenvolvimento do canal educativo *Futura* em parceria com o Sebrae, Fiesp Sesi e Senai, a Tv Globo, Itaú Social e Fundação Bradesco desde 1997; *Aprendiz Legal*, na educação profissional, voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho, em parceria com o CIEE, Geração de Emprego e Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (Gerar) e o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS); *Telecurso*, na categoria Professores, que oferece formação continuada em parceria com Instituto Reúna, Instituto Península, Instituto Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo (Escola Digital), Ensina Brasil e *Google for Education* Brasil. Além disso, oferecem kits e materiais pedagógicos, itinerários educativos, e inúmeros cursos sobre educação para educadores e gestores, e cursos preparatórios para a indústria e o comércio, ligados ao projeto *Aprendiz Legal*.

Entre seus intelectuais colunistas do Valor, estão André Vieira, Katcha Poloponsky, Rosalina Soares e Wilson Risolia. Todos são pesquisadores e consultores da Fundação, com exceção de Risolia, que ocupa o cargo de secretário geral na Fundação até o momento presente da pesquisa, além de ser ex-secretário de educação no estado do Rio de Janeiro.

O Instituto Península foi fundado em 2011 pela família Diniz, dona da rede de supermercados *Pão de Açúcar*, considerado uma das maiores empresas do Brasil. O Instituto atua, segundo sua própria descrição, no apoio e melhoria da carreira docente. Na aba *Quem Somos*<sup>36</sup> do *website*, a atuação focalizada na carreira docente é justificada:

Para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, precisamos de professores bem formados e desenvolvidos em múltiplas dimensões - cognitiva, social, emocional e relacional, além de respeitar os diferentes contextos nos quais docentes e alunos estão inseridos (INSTITUTO PENÍNSULA, *online*)

Como iniciativas<sup>37</sup>, contam com a criação do *Instituto Singularidades*, que oferece formação de graduação em licenciaturas, pós-graduação, extensão e cursos online, além de promover consultorias tanto para instituições públicas, quanto privadas e ONGs; a plataforma *Vivescer*, que fornece um espaço de formação e acesso a materiais para professores, colaborando na sua formação baseada no desenvolvimento em quatro dimensões, sendo elas as emoções, mente, corpo e propósito; *Impulsiona* e *Nar*, programas de preparação e incentivo em educação esportiva. Ana Maria Diniz e Heloisa Morel são as representantes do Instituto

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/sobre/>>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

<sup>37</sup> Todas as informações sobre as iniciativas do *Instituto Península* podem ser encontradas e consultadas em Inicativas, no seu *website*. Disponível em: <<https://www.institutopeninsula.org.br/iniciativas/>>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

nas publicações de artigos de opinião para o Valor Econômico. Diniz, integrante do conselho do Instituto Península, é filha de Abílio Diniz, fundador do Pão de Açúcar, e hoje considerado um dos bilionários brasileiros. O empresário também compõe o conselho junto com a filha.

O *Todos pela Educação* (TpE) foi criado em 2006 e é um dos mais expressivos movimentos empresariais da educação. É financiado de forma privada e tem como mantenedores instituições como Itaú Educação e Trabalho, Itaú Social, Fundação Vale, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Fundação Bradesco, Gol, Ifood, Fundação Roberto Marinho, Instituto Votorantim, Fundação Marília Cecília Souto Vidigal, além de mantenedores individuais, entre tantos outros.<sup>38</sup>

Com a máxima de que “todos” têm responsabilidade social de “pensar” a educação básica no Brasil, o TpE atuou na articulação de importantes políticas educacionais desde a sua fundação. Em pouco mais de um ano de existência, lançaram o Plano de Desenvolvimento da Educação PDE e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituídos pelo decreto Lei n.º 6.094 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva PT/2003-2011. Mais recentemente, atuaram na reformulação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. O presidente da comissão especial do Novo Fundeb, o deputado federal João Carlos Bacelar Batista (Podemos/BA), durante o encontro Anual Educação Já<sup>39</sup>, em 2020, declarou: “O Todos participou de todos os momentos. Discutiu parágrafo por parágrafo da minuta do projeto de lei. E conseguiu emplacar, talvez, 95% de suas posições” (informação verbal)<sup>40</sup>.

Algumas de suas iniciativas contam com monitoramento de dados sobre a educação, com plataformas como o Painel Reomec, que acompanhou a execução orçamentária do MEC de 2011 até 2021, o Observatório do PNE, que monitora o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, e plataformas de acompanhamento da educação no âmbito estadual e municipal. Publicam, anualmente, em parceria com a editora Moderna, o Anuário da Educação, que reúne dados para o monitoramento dos dados anuais da educação básica a nível nacional. De acordo com o movimento, defendem a *advocacy* pela educação, termo derivado do inglês que se traduz em ação em favor de uma causa<sup>41</sup>, a partir de 4 eixos: colocar a educação na pauta da sociedade; produzir conhecimento e elaborar propostas; articular com o

---

<sup>38</sup> A lista completa pode ser consultada em <<https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>>. Acesso em: 10 de mar. 2023.

<sup>39</sup> Evento realizado anualmente pelo Todos pela Educação.

<sup>40</sup> Fala retirada da participação do deputado na mesa “O que será do Fundeb?”, no Encontro Anual Educação Já! 2020. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/2020-chegou-o-que-sera-do-fundeb/>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

<sup>41</sup> Tradução livre.

poder-público e atores-chave; monitorar sistemática e publicamente (TODOS PELA EDUCAÇÃO, *online*).

Entre seus intelectuais que publicaram no Valor estão Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa. Cruz é co-fundadora e atual (2023) presidente-executiva do Tpe. Possui formação em Administração pela FGV, com mestrado em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School*. É uma das mais profícuas vozes do empresariado na mídia para além do Valor Econômico, publicando com frequência nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, além do grande número de entrevistas concedidas. Em maio de 2023 assumiu o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável<sup>42</sup> do governo de Lula (PT/2023-), além de ter capitaneado sua equipe de transição no Grupo de Trabalho da Educação. Olavo Nogueira, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV, foi diretor de Políticas Educacionais do TpE de 2016 a 2020, e atualmente é diretor-executivo da instituição. Já Gabriel Correa é o atual diretor de Políticas Educacionais. É graduado e mestre em Economia pela USP e doutorando em Administração Pública e Governo na FGV.

Destacamos ainda, de forma breve, o Instituto Millenium IMIL, do qual Armando Castelar Pinheiro, José Eli da Veia e Pedro Cavalcanti Ferreira, colunistas regulares do Valor Econômico e já citados neste capítulo, fazem parte, mesmo que sua participação não esteja descrita em suas minibiografias do periódico. De acordo com Casimiro (2016), o IMIL é oficialmente lançado no evento *XIX Fórum da Liberdade*, realizado no ano de 2006 em Porto Alegre, com o tema *O poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos*. O IMIL atua “Com bandeiras de defesa da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado [...]”, e “[...] articula uma relação expressiva de intelectuais orgânicos representantes do pensamento liberal e grupos conservadores, vinculados e atuantes nos mais diversos meios” (CASIMIRO, p. 309). Ainda a partir da extensa pesquisa de Casimiro,

Entre os representantes do seu quadro de fundadores e curadores, o IMIL teve a articulação de figuras conhecidas e “formadores de opinião” com espaço privilegiado na grande mídia nacional, como é o caso dos jornalistas Pedro Bial (Globo), Rodrigo Constantino (Veja, o Globo e Valor Econômico), assim como intelectuais que participam da definição de diretrizes e linha editorial de seus importantes canais midiáticos como são os exemplos do editor de opinião do jornal Estado de São Paulo Antônio Carlos Pereira e o Diretor-Geral de mídia da rede Globo, Luiz Eduardo Vasconcelos. Além destes, Giancarlo Civita, presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril e o próprio João Roberto Marinho, filho

<sup>42</sup> A informação foi veiculada pelo website do TpE. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/priscila-cruz-integrara-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-sustentavel-orgao-consultivo-do-governo-federal/>>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

de Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial e vice-presidente das Organizações Globo, figuram na Câmara de Mantenedores do IMIL (Ibid. p.313).

Evidenciamos o Instituto Milenium para compreendermos a imbricada relação entre os diferentes APHs as frações burguesas e suas diversas frentes teóricas e de ação política, denotando que não há um movimento homogêneo de classe, mas, sim, relações complexas e disputas internas em uma correlação de forças interburguesas. Mesmo que tenham discursos que, na superficialidade, aparentam como divergentes ou conflituosos, estes conflitos são abarcados nos diferentes movimentos dessas organizações, no propósito de assegurar que a dominação primordial, a expropriação da força de trabalho e acumulação de capital, seja garantida (CASIMIRO, 2016).

### **3 OS ARTIGOS DE OPINIÃO PUBLICADOS ENTRE 2016 E 2021**

Neste capítulo, apresentamos, de forma sistematizada, todos os artigos de opinião coletados no Valor Econômico digital, que tratam diretamente sobre a educação básica brasileira no ano de 2016 e 2021, que foram selecionados para a pesquisa. Eles estão apresentados em quadros elaborados especificamente para esse fim. Os artigos estão divididos por ano e em ordem cronológica, e um breve resumo de cada artigo buscando reproduzir os discursos dos intelectuais que assinam os artigos, não contendo, análises ou leituras detalhadas sobre os artigos em questão<sup>43</sup>. Os resumos apresentados são recortes das falas contidas nos artigos, e, portanto, refletem a opinião dos intelectuais. Também não serão apresentados os intelectuais que assinam os artigos; as instituições, cargos e formações dos mesmos podem ser encontrados no quadro 1<sup>44</sup>, no capítulo anterior.

Considerando então as publicações selecionadas entre 2016 e 2021 na seção “Opinião” do *Valor Econômico* digital, 110 publicações foram encontradas, como ilustrado na tabela a seguir:

---

<sup>43</sup> A análise será apresentada no capítulo seguinte, *A produção e reprodução de consensos*, na página 62.

<sup>44</sup> O quadro 1 está localizado nas páginas 30 a 32.

Tabela 3 – Relação do ano, quantidade de publicações e quantidade de artigos de opinião publicado no Valor Econômico entre 2016 e 2021

Ano	Quantidade de artigos	Quantidades de artigos de opinião selecionados
2016	232	15
2017	312	18
2018	164	19
2019	317	13
2020	489	23
2021	318	22
<b>Total</b>	<b>1832</b>	<b>110</b>

Fonte: elaboração própria.

Os 110 artigos de opinião configuram, portanto, a empiria final da pesquisa. Eles serão apresentados em quadros no presente capítulo. Esses artigos foram organizados por subcapítulos a fim de contemplar breves contextualizações políticas e sociais de cada ano, além de algumas observações sobre os temas, intelectuais e problemáticas presentes nos artigos apresentados.

### 3.1 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2016

Em dezembro de 2015, o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB, 2015-2016), iniciou o processo de *impeachment* da então presidente da República, Dilma Rouseff (PT), dando sequência ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. As alegações envolviam um suposto esquema de “pedaladas” fiscais por parte de Rouseff. O processo durou 273 dias, culminando em seu fim no dia 31 de agosto de 2016, quando a presidente foi condenada e teve seu mandato cassado. Michel Temer (MDB, 2016-2018), vice-presidente, assume a presidência do Brasil.

O processo de *impeachment*, as alegações feitas sobre a ex-presidente e, principalmente, sua condenação, são entendidos por muitos como evidência de que o processo foi arquitetado como um golpe-parlamentar-midiático para que ela fosse retirada do seu cargo. Rouseff era fortemente atacada pela mídia brasileira, e inúmeros atos e manifestações contrárias ao seu

governo aconteceram, com ampla cobertura midiática e participação de conhecidos nomes de celebridades, políticos e figuras da grande mídia:

O governo Temer foi marcado por amplas reformas e medidas que impactaram negativamente e diretamente a classe trabalhadora, com destaque para a Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela lei n.13.467 de 2017, que alterou inúmeras pontos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), e estabeleceu o trabalho intermitente no país, além da PEC 241, ou PEC 55 do teto de gastos, que objetivava o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. O governo Temer também cria uma proposta de Reforma da Previdência ainda mais devastadora do que as reformas em doses homeopáticas já aplicadas no país desde as últimas décadas. Na educação, a Reforma do Ensino Médio é aprovada em fevereiro de 2017, e a BNCC, homologada pelo MEC em dezembro do mesmo ano.

Também destaca-se o movimento estudantil organizado em 2016 em diversas escolas do país, no qual milhares de estudantes, majoritariamente do ensino médio, ocuparam as escolas se posicionando principalmente contra a Reforma do EM e a PEC 241, e o Escola sem Partido. As ocupações se estenderam até o fim de 2016, com diversos estudantes de universidades públicas se juntando às reivindicações dos secundaristas e ocupando os espaços das universidades.

No quadro a seguir, todos os artigos de opinião voltados a discutir questões da educação básica brasileira e publicados no Valor Econômico no ano de 2016 estão apresentados por ordem cronológica e indicando os intelectuais que os assinaram:

Quadro 2 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2016 em ordem cronológica

<b>Título da Matéria</b>	<b>Autor/autora</b>	<b>Data</b>	<b>Resumo</b>
Base Nacional Curricular, um projeto de nação	Ricardo Henriques	12/01/2016	A BNCC é baseada nos sistemas de educação mais avançados do mundo. O currículo flexível aumenta a possibilidade de empregabilidade, pois não implica uma perspectiva binária de formação, como “universidade ou subemprego”.
Educação, produtividade e crescimento	Caio Megale	26/01/2016	Para uma educação para a produtividade e crescimento do país, os investimentos devem mirar à primeira infância.
Desigualdade social freia os avanços na educação	Editorial Valor Econômico	16/02/2016	Relatório da OCDE revela que o Brasil é um dos países que mais reduziram os maus resultados nas avaliações do Pisa. Para o TpE, a BNCC é uma política que irá contribuir para reduzir a desigualdade e melhorar esses resultados.
Educação em tempos de crise	Narcio Menezes Filho	19/02/2016	Estudos mostram que não há relação entre gastos com educação e aprendizado. Os maiores gastos são feitos com professores. Em tempos de crise há oportunidade para bons gestores mudarem a situação da educação.

Quadro 2 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2016 em ordem cronológica

Crise econômica, meritocracia e desigualdade na educação	João Batista Araujo e Oliveira	23/02/2016	A escola só reproduz desigualdades sociais se não investir em políticas sociais de primeira infância. É por isso que o sistema deve investir nessas políticas e ser meritocrático.
Diploma para quê?	João Guedes Neto	29/03/2016	O diploma de ensino superior não tem tanto prestígio como se propaga na sociedade hoje, pois as habilidades demandadas pelo mercado podem e devem ser incorporadas na educação básica.
Na crise, a chance de fazer uma revolução na educação	João Batista Araujo e Oliveira	17/06/2016	É necessário repensar o financiamento da educação. Os Ifs não cumprem sua função, e o Sistema S poderia ser a solução. A atual crise é a chance de implementar mudanças em todos os níveis de ensino.
O que devemos mudar na educação?	Narcio Menezes Filho	17/06/2016	O maior problema da educação no momento atual é a gestão, que precisa ser melhorada. Está na hora de permitir a gestão das escolas públicas pelo setor privado.
O milagre de Sobral	Narcio Menezes Filho	16/09/2016	O último IDEB indica que o problema da educação é o EM, estagnado desde 2011. Sobral deve ser tomado como exemplo de gestão.
Empresários, Sistema S e mudanças no ensino médio	João Batista Araujo e Oliveira	06/10/2016	A reforma do EM abre espaço para que o Sistema S possa contribuir com o sistema educacional e aliviar a crise financeira, formando para o mercado de trabalho.
Cotas no ensino superior	Naercio Menezes Filho	21/10/2016	Se o sistema público de ensino tivesse qualidade similar à oferecida no setor privado, se os vestibulares também levassem em conta as habilidades socioemocionais nos processos seletivos para as universidades públicas e se não houvesse cursinhos pré-vestibulares pagos, as cotas não seriam necessárias, pois a maioria dos estudantes nessas universidades seriam naturalmente os atuais cotistas.
Os ganhadores do Nobel de Economia e a educação	Paulo Oliveira e Tassia Cruz	03/11/2016	A teoria dos “contratos incompletos”, elaborada por dois ganhadores do prêmio Nobel de economia, pode ser interessante no campo da educação. Esses contratos não são assegurados por termos rígidos e abrem espaço para barganhar soluções inovadoras.
Educação ainda é grande barreira à mobilidade social	Editorial Valor Econômico	22/11/2016	Documento do IBGE releva a influência da formação dos pais nos progressos educacionais dos filhos, e a necessidade de políticas que compensem essas forças determinantes.
Pelo PISA 2015, somos todos analfabetos	João Batista Araujo e Oliveira	07/12/2016	O resultado do Pisa deve servir de alerta ao empresariado nacional. Esse resultado reflete o resultado de políticas educacionais. A reforma do EM pode ser uma solução.
Gasto com educação cresce, mas nota do Pisa decepciona	Editorial Valor Econômico	14/12/2016	O último Pisa mostrou que não há pouco investimento em educação, mas sim gastos ruins na educação. O fortalecimento da alfabetização, a BNCC e uma melhor formação de professores podem resolver.

Fonte: elaboração própria.

No ano de 2016, grande parte da discussão girava em torno da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio, principalmente como uma “solução” para os problemas enfrentados nos índices do Ensino Médio. Os índices citados são provenientes dos resultados da prova do Pisa e do Ideb do ano 2015, que são extensivamente usados como exemplo do “fracasso” da educação, e, conseqüentemente, da economia brasileira. Nota-se que as discussões passam unicamente pela discussão das políticas e dos resultados das avaliações

de larga escala, sem citar governos ou pessoas políticas em específico. As indicações de aprovação ou não de algum governo passa de forma igual pela crítica da implementação ou não-implementação, das reformas discutidas nacionalmente e debatidas pelos intelectuais.

Discussões em torno da formação de professores, produtividade e gestão dos recursos públicos também já aparecem em grande quantidade ao longo do ano. Nota-se, igualmente, pouca variação entre os intelectuais que assinam as matérias. Destacam-se Naercio Menezes Filho, João Batista Araujo e Oliveira, e o próprio editorial do jornal Valor Econômico. Tanto a BNCC quanto a discussão da Reforma do EM foram ressaltadas e bem-vindas em diversos dos artigos publicados ao longo de 2016, além de incluírem a consultoria e a fundamentação das políticas pelo Todos pela Educação (TpE) nos artigos assinados pelo editorial do jornal.

Em vários artigos o EM é discutido tanto com o grande problema e impasse a ser resolvido na educação, quanto como o portador da salvação produtiva e econômica do país. A BNCC e a Reforma do EM, portanto, seriam os responsáveis pela “solução” da dita baixa qualidade e “ineficiência” da etapa na entrega de resultados satisfatórios esperados (em relação aos investimentos públicos) nas provas de larga escala, como o Pisa. Esse discurso sobre o EM continuará aparecendo ao longo dos anos, com cobranças, cada vez mais acirradas, por resultados. Destacamos ainda que nenhum dos artigos de opinião debateu as ocupações estudantis que ocorriam naquele ano.

### 3.2 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2017

Em 2017 ocorreram as aprovações da BNCC e do Novo Ensino Médio no governo de Michel Temer. A BNCC é, atualmente, o documento nacional curricular basilar dos tempos pedagógicos da educação básica brasileira. É constituída por competências gerais e específicas de cada área do conhecimento e de seus componentes curriculares. A discussão sobre sua implementação se inicia em 2015 com o *I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNC*, evento em que a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular foi instituída. Mais tarde, no mesmo ano, a primeira versão do documento é disponibilizada. No ano seguinte, a segunda versão é finalizada, e em poucos meses a terceira versão começa a ser redigida, tendo como base sua versão anterior. Em 2017, já após a conclusão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e do início do governo de Michel Temer, a versão final é entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo Ministério da Educação (MEC), e no fim daquele ano, a Base é homologada pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho. É importante destacar que a Base Nacional foi



ativamente articulada pelo Movimento pela Base (MpB), e diversos APHs já abordados nesta pesquisa, como Fundação Lemann, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú Educação e Trabalho, Fundação Roberto Marinho, Fundação Maria Cecília Vidigal, Instituto Ayrton Senna, Todos pela Educação, entre outros<sup>45</sup>.

A Reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei n.º 13.415/2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e reestruturou o Novo Ensino Médio brasileiro, ampliando o tempo mínimo de permanência do aluno na escola de 800 para 1000 horas anuais, e abrindo espaço para a nova organização curricular a partir da BNCC. Entra em campo ainda o oferecimento de itinerários formativos, estruturados a partir de quatro eixos: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Quadro 3 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2017 em ordem cronológica

<b>Matéria</b>	<b>Autor/autora</b>	<b>Data</b>	<b>Resumo</b>
Saúde e Educação	Olímpio Bittar	01/02/2017	Bons níveis educacionais são fundamentais para a saúde. Qualidade em educação e saúde é a base para produtividade.
A generalizada ineficiência brasileira	Pedro Ferreira e Renato Fragelli	18/01/2017	O Brasil é um país pouco produtivo, e somente políticas que visem a melhoria da educação, reformas tributárias e institucionais poderão reverter essa situação.
Para melhorar o aprendizado nas escolas	Naercio Menezes Filho	17/02/2017	O desafio do país é aumentar o capital humano dos jovens mais pobres antes que eles desistam e sucumbam à criminalidade e ao subemprego.
Novo censo escolar resalta os deságios da reforma do ensino médio	Editorial Valor Econômico	21/02/2017	Censo de 2016 revela que será difícil implementar as mudanças na educação pelas deficiências no desempenho dos estudantes e da alta evasão no EM.
A crise fiscal e os desafios do Plano Nacional de Educação	Paulo Oliveira	23/02/2017	Os investimentos em educação devem ser mantidos mesmo em épocas de crise, porque o sucesso depende do aumento da contribuição do capital humano para promover crescimento econômico do país.
A base curricular e a reforma educacional	João Batista Araujo e Oliveira	04/05/2017	Os pilares da educação é o que ensinar, quem vai ensinar, onde e como ensinar. A BNCC, nesse sentido, só é insuficiente na educação infantil e alfabetização.
A educação de nossos filhos	Fabio Giambiagi	14/06/2017	A educação é uma das razões do atraso brasileiro. As crianças precisam aprender a serem competitivas na escola, para que consigam se ajustar ao mundo capitalista.
Preparar cidadãos ou mão de obra qualificada?	Vinícius Oliveira	11/07/2017	É necessário transformar o currículo para acompanhar as mudanças do mundo do trabalho. O dilema posto por professores entre formar para o trabalho ou para a cidadania é falso.

<sup>45</sup> Toda a composição pode ser acessada em <<https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

Quadro 3 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2017 em ordem cronológica

Desperdícios na educação e crise fiscal	João Batista Araujo e Oliveira	28/07/2017	Pelos resultados da Prova Brasil, há um grande desperdício de dinheiro na educação, sem retorno. O “Todos” têm uma ideia de que mais recursos é necessário, mas o critério deveria ser “onde”.
O Sistema Indústria e o desenvolvimento	Robson de Andrade	01/09/2017	O sistema S tem atuado a favor da qualificação de mão de obra, produtividade e competitividade para o Brasil. Esse modelo é semelhante a modelos de países como Alemanha, França e Dinamarca.
A era exponencial e suas incertezas	Eduardo Matias	18/09/2017	O Estado tem condições de combater os impactos do desemprego causado pelo progresso da automação, e isso deve ser feito através da educação, estímulo ao empreendedorismo e treinamento para a valorização do capital humano
Problemas na educação vão bem além da falta de recursos	Editorial Valor Econômico	19/09/2017	Relatório da OCDE revela que os problemas em educação são relativos a problemas no currículo, falta de atratividade e deficiências nos anos finais do EF, não somente ao gasto de recursos.
Por uma nova política de formação do capital humano	João Batista Araujo e Oliveira	26/09/2017	Um tempo de crise é oportuno para rever prioridade e estratégia. Deve-se fazer melhores investimentos para que o país tenha mais produtividade. A formação do capital humano é a resposta.
Agenda de produtividade	Armando Castelar Pinheiro	06/10/2017	A escolaridade do brasileiro mais que dobrou nos últimos anos, mas ainda assim pouco impacto foi visto na produtividade do país. É preciso reorientar todas as políticas públicas do país.
Educação: gastos e resultados	Naercio Menezes Filho	20/10/2017	Há muito gasto e pouco resultado, principalmente no EM. É hora de deixar os gastos com proporção do PIB e melhorar a gestão dos recursos.
Educação precária, gargalo brasileiro	Maria Clara R.M do Prado	31/10/2017	De acordo com as avaliações, a educação está um desastre. Há uma visão equivocada no país, que deveria privilegiar a educação para o aumento da produtividade.
Investimento em capital humano e primeira infância	João Batista Araujo e Oliveira	16/11/2017	Estudos dizem que os investimentos na primeira infância são os que mais dão retorno. É o investimento mais sábio para promover a formação do capital humano.
Agenda Social para 2018	Naercio Menezes Filho	15/12/2017	A produtividade no Brasil está estagnada desde os anos 1970. É preciso que as crianças cresçam em um ambiente onde possam desenvolver suas habilidades cognitivas e socioemocionais. O principal desafio do próximo governo é eliminar a pobreza do Brasil.

Fonte: elaboração própria.

Ao longo do ano de 2017, o debate sobre o investimento, financiamento e o uso do fundo público na educação aparecem com destaque. O debate investimento x resultados se dá,

principalmente, na demanda por produtividade e capital humano em tempos de crise econômica. Percebe-se ao longo do ano um endurecimento do tom, com nuances alarmistas e focando em denunciar os fracos resultados em comparação com o alto financiamento na área. Destacam-se também o uso recorrente de palavras como crise, desafio, desempenho e atraso.

A diretividade do tom aparenta um encurtamento da distância entre o governo e os intelectuais, que não só criticam, mas demandam os resultados esperados e não recebidos ao longo do ano de 2017. Com a aprovação e implementação da BNCC, e dos primeiros passos do recém aprovado Novo Ensino Médio, o debate sobre melhores investimentos em detrimento de maiores investimentos ganha corpo nas matérias, e, como será visto, ganhará força nos próximos anos.

Os mesmos intelectuais permanecem com o maior número de matérias assinadas em 2017, com destaque para nomes como Robson de Andrade, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que assina mais de um artigo apologético à contribuição do Sistema S na qualificação da força de trabalho, e Maria Clara do Prado, que compõe o quadro de jornalistas do Valor Econômico até a data desta publicação, sendo uma das únicas profissionais do jornal que assinou diversos artigos de opinião ao longo dos anos analisados nesta pesquisa.

### 3.3 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2018

Em 2018 ocorriam as eleições para a presidência e governos dos estados, Senado Federal, deputados federais e deputados estaduais. Em 24 de janeiro daquele ano, o então favorito para a candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência, Luís Inácio Lula da Silva, é condenado a 12 anos de prisão por alegações de lavagem de dinheiro e corrupção. Fernando Haddad (PT), então, é escolhido como candidato pelo partido. A campanha eleitoral foi do dia 01/04 a 30/07, e as votações de primeiro e segundo turno foram dia 07/10/2018 e 28/10/2018, respectivamente. Para a presidência, no segundo turno, disputaram os candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PSL). Bolsonaro foi eleito a presidência da república com 55,13% dos votos válidos em segundo turno, superando os 44,87% dos votos em Haddad. A Reforma da Previdência, proposta pelo governo Temer e iniciada em 2016, teve sua tramitação suspensa em fevereiro de 2018.

Quadro 4 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2018 em ordem cronológica

<b>Título da matéria</b>	<b>Autor/autora</b>	<b>Data</b>	<b>Resumo</b>
Falta dinheiro para a educação no Brasil?	Nicola Calicchio e Marcus Frank	23/01/2018	A educação deve ser prioridade no teto constitucional de gasto público federal. Mas a questão é a melhor gestão desses gastos, não o aumento deles. É preciso fazer mais, com menos.
O papel do Estado	Naercio Menezes Filho	16/02/2018	O Estado precisa melhorar na questão da qualidade do ensino, pois essa é a origem do problema de produtividade do país. Além disso, é necessário diminuir o Estado, para que se aumente a oportunidade entre empresários.
A reforma do ensino médio	Naercio Menezes Filho	16/03/2018	Os principais motivos de desistência dos jovens do EM são o desinteresse, a gravidez na adolescência e a grande taxa de repetência. A reforma do EM pode ajudar, mas é necessário que uma mudança real ocorra. A regulamentação das parcerias entre escolas públicas e empresas privadas também é necessária.
Educação na campanha de 2018	Maria Clara R.M do Prado	20/03/2018	Os candidatos à presidência de 2018 não parecem colocar a educação como prioridade em seus projetos. As últimas políticas federais devem prosseguir para o desenvolvimento do país através da formação para as atividades produtivas.
Avanços na qualidade da educação	Naercio Menezes Filho	20/04/2018	Apenas uma reforma total na gestão educacional das redes educacionais irá melhorar o aprendizado dos alunos nos EM, já que é responsável por 1/3 do aprendizado, o restante estando nas mãos da família.
Educação, a única saída	Ana Maria Diniz	27/04/2018	A reforma “mãe” do Brasil deve ser a reforma da educação. Nenhum país conseguiu sair do ciclo vicioso da pobreza sem investir em capital humano.
O financiamento da educação	Naercio Menezes Filho	18/05/2018	O principal problema educacional é o baixo aprendizado do EM. Fatos como esse devem ser seguidos de questionamentos sobre o sistema de financiamento da educação no Brasil. A hora é de melhorar a gestão, com por exemplo, as novas regras do Fundeb.
Presidenciáveis e educação	João Batista Araujo e Oliveira	26/07/2018	Os candidatos à presidência devem levar em consideração a estagnação da produtividade mesmo com o acesso à educação ampliado, a questão federativa, os “planos infalíveis” do MEC, e a inviabilidade do PNE.
Presidenciáveis e educação	João Batista Araujo e Oliveira	26/07/2018	Como os candidatos à presidência lidarão com questões como a produtividade do trabalhador estagnada há 2 décadas mesmo com a educação ampliada, as políticas do MEC e as metas do PNE?
A excelência educacional deve ser uma prioridade	Eduardo Carvalho	16/08/2018	Indicadores nacionais e internacionais indicam que a baixa produtividade e competitividade do país tem relação com a precariedade do sistema educacional. Habilidades do século XXI, inglês e competências globais são necessárias,

Quadro 4 - Artigos de opinião sobre educação básica publicados no Valor Econômico em 2018 em ordem cronológica

Brasil precisa de milagre na educação	Nilson Teixeira	22/08/2018	O Brasil apenas irá melhorar a qualidade da educação básica se buscar a expansão da produtividade a partir de uma revolução na educação infantil e fundamental, a maior valorização dos educadores e um sistema baseado na meritocracia associado ao aprendizado dos alunos.
Programa professor fundamental	Nilson Teixeira	04/09/2018	Um dos pontos indicados pelo último estudo do Banco Mundial que apontam as causas do baixo aprendizado escolar no Brasil é a baixa eficiência dos professores. Um programa docente que vise melhorar a formação e carreira docente é necessário.
Uma educação para a competência global	Eduardo Carvalho	26/09/2018	A educação do Brasil está muito atrás no cenário global, revelando que deveria ser o topo das prioridades do país, com a melhoria radical do sistema do ensino básico que forme alunos para serem competentes globais.
Falta emprego e sobram vagas	Ana Karina Dias e Fernanda Mayol	11/10/2018	A atual educação não prepara para o mercado de trabalho. O sistema educacional precisa estar alinhado com o mercado e com habilidades essenciais do futuro do trabalho como criatividade, capacidade de gestão, resolução de problemas e “habilidades-meta”, além da capacidade de aprender rapidamente.
Velhas fragilidades da educação no novo índice do Banco Mundial	Editorial Valor Econômico	16/10/2018	Em relatório do Banco Mundial, o índice de capital humano aparece como um estímulo para que o Brasil melhore o desempenho escolar das próximas gerações, além da melhor formação dos professores.
A porta de saída dos programas sociais	Naercio Menezes Filho	27/11/2018	O baixo crescimento da produtividade é um dos principais problemas do Brasil nos últimos 30 anos. Para a formação do capital humano, o principal instrumento é a escola pública, que possibilita a mobilidade social.
O admirável e desafiador novo mundo do trabalho	Robson de Andrade	20/12/2018	A atual era da inovação tecnológica exige que o país reforme a educação, dando ênfase a um sistema educacional capaz de oferecer conteúdo acadêmico e preparar para o mundo do trabalho.
Políticas de produtividade: um mapa	Pedro Ferreira e Renato Fragelli	19/12/2018	O combate à “escola sem partido” é irrelevante, pois os problemas da educação passam pela formação que não prepara para o mercado de trabalho, impactando diretamente na produtividade do país.
Educação e produtividade	Naercio Menezes Filho	21/12/2018	Dados revelam a relação entre o desempenho escolar e a baixa produtividade do país. A crise é gerada pela crise de acumulação de capital humano.

Fonte: elaboração própria.

Em 2018, ano de eleição presidencial, os artigos abordaram, novamente, a necessidade de se olhar para a baixa produtividade do país e o baixo desempenho escolar, principalmente

no ensino médio. Reformas e “revoluções” do sistema educacional aparecem como as únicas saídas na crise da produtividade brasileira. Esses são os pontos que alguns artigos apresentam como essenciais para serem observados com atenção pelos candidatos à presidência, estes vistos com certo ceticismo no que se refere a dar prioridade à educação, no julgamento dos intelectuais dos artigos em questão.

Alguns artigos ainda citam o então recém-publicado estudo do Banco Mundial, “A natureza mutável do trabalho”<sup>46</sup>, que indicava ações necessárias para o aumento do capital humano e uma reforma na formação docente como soluções para o baixo desempenho do Brasil nas provas de larga escala. Nota-se como os documentos de organismos multilaterais como BM e OCDE, lançados periodicamente, são usados por esses intelectuais tanto como fontes das informações e números da educação básica brasileira quanto pelo papel de “manuais” orientadores a serem seguidos para a “solução” dos problemas que se apresentam na educação e na economia. Essas orientações são o arcabouço teórico para os variados projetos de reformas e mudanças desenvolvidas pelos intelectuais das matérias, principalmente em relação ao financiamento da educação básica e formação e carreira docente, e serão propriamente abordadas e analisadas nos próximos capítulos deste trabalho.

Destaca-se neste ano Nilson Teixeira, Eduardo Carvalho e as duplas Nicola Calicchio e Marcus Frank, e Ana Karina Dias e Fernanda Mayol. Nilson Teixeira faz parte da Fundação Getúlio Vargas, e Eduardo Carvalho da *Global Citizen Institute* (GCI), instituto voltado para programas de educação que têm como objetivo a formação de “cidadãos globais” a partir do desenvolvimento de competências e habilidades ditas compatíveis com o século XXI. O GCI possui escolas no mundo inteiro. Já as duplas Nicola Calicchio e Marcus Frank e Ana Karina Dias e Fernanda Mayol fazem parte da empresa de consultoria e gestão McKinsey, que também possui um instituto voltado para causas e ações sociais, e ativamente envolvido com a educação ao nível global.

### 3.4 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2019

Em 2019, inicia-se o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro na presidência do Brasil. Na educação, Bolsonaro nomeia o professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Ricardo Vélez Rodríguez, como ministro do MEC. O tom de Vélez no MEC, em uma aparente cruzada ideológica, alinhava-se com o discurso a favor da pátria, família e

---

<sup>46</sup>Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/232751580940525237/pdf/Overview.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

Deus, proferido por Bolsonaro desde a campanha presidencial. Quando recebeu o convite para integrar o ministério, publicou um texto chamado *Um roteiro para o MEC*<sup>47</sup>, em *blog* próprio, no qual compartilhou suas reflexões e expectativas quanto a educação brasileira:

Acontece que a proliferação de leis e regulamentos sufocou, nas últimas décadas, a vida cidadã, tornando os brasileiros refêns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista, travestida de "revolução cultural gramsciana", com toda a coorte de invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero, a dialética do "nós contra eles" e uma reescrita da história em função dos interesses dos denominados "intelectuais orgânicos", destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em suma, do patriotismo (VÉLEZ, 2018, *online*).

O então ministro, em entrevista concedida ao Valor Econômico<sup>48</sup>, afirmou que estava planejando mudanças nos livros didáticos de história, e que pretendia alterar os conteúdos que tratavam do golpe militar ocorrido no Brasil em 1964, para que este fosse denominado como "contragolpe" militar, visto que, na visão de Vélez, o verdadeiro golpe provinha de uma ameaça comunista ao país, que foi salvo pelos militares quando conquistaram o poder. Vélez permaneceu cerca de três meses no MEC, sendo duramente criticado por suas declarações. Foi publicamente criticado por Bolsonaro e substituído por Abraham Weintraub, que permaneceu até meados do ano de 2020. Na gestão de Weintraub, ainda em 2019, ocorreram diversas problemáticas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), gerando diversas críticas ao seu comando do MEC, além de suas tentativas diretas de intervenção na nomeação de reitores das universidades federais no país todo.

Neste ano, a discussão sobre a proposta de emenda de n.º. 188, que ficou conhecida como a PEC do Pacto Federativo. A PEC, parte do pacote de medidas *Plano Mais Brasil*, elaborada pelo então ministro da economia do governo de Bolsonaro, Paulo Guedes, propunha a modificação da estrutura do orçamento federal, descentralizaria os recursos da união, alegando que o objetivo era dar mais autonomia financeira para estados e municípios. Na educação, a proposta da PEC era de unificar o piso de gastos, com uma quantia mínima geral para a saúde e educação nos estados, municípios e União. A proposição está arquivada desde dezembro de 2022.

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://pensadordelamanha.blogspot.com/2018/11/um-roteiro-para-o-mec.html>>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

<sup>48</sup> A entrevista completa está publicada no Valor Econômico digital. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghtml>>. Acesso em: 15 de fev. 2023.

Quadro 5 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2019 em ordem cronológica

<b>Título da matéria</b>	<b>Autor/autora</b>	<b>Data</b>	<b>Resumo</b>
Reforma do ensino médio e formação do capital humano	João Batista Araujo e Oliveira	03/01/2019	O atual governo parece finalmente se preocupar com o capital humano na área econômica. No Brasil, os “russos” do MEC não pensam na formação da mão de obra do país, e mudanças no EM são imprescindíveis para a formação profissional do século XXI.
Os brumadinhos da educação	João Batista Araujo e Oliveira	22/02/2019	O grande brumadinho da educação é a ineficiência na gestão dos recursos públicos, que causa a estagnação da produtividade do trabalhador brasileiro.
Mau presságio para a educação com a fuzarca No ministério	Editorial Valor Econômico	14/03/2019	Dez em cada dez avaliações apontam a educação como motivo para o atraso econômico. Bolsonaro causou uma balbúrdia no MEC, e o Brasil precisa de um presidente que olhe para a educação.
Radicalismo e educação não combinam	Maria Clara R. M. do Prado	19/03/2019	É notório o desprezo do governo Bolsonaro pela educação. Não é à toa que a produtividade da mão de obra brasileira é baixa, pois nunca é priorizado uma educação de qualidade.
O professor está sozinho em uma escola cheia	Heloisa Morel	04/04/2019	De acordo com pesquisa do Instituto Península, os professores no Brasil se sentem sozinhos e impotentes para serem agentes da transformação do país.
Financiamento da educação	Naercio Menezes Filho	17/05/2019	Na hora de definir as prioridades nos gastos com educação, as áreas que mais contribuem para igualar as oportunidades deveriam vir antes, além da eficiência nos gastos, com maior retorno a sociedade. O novo Fundeb de 2020 pode se tornar mais efetivo nesse sentido.
Um copo meio cheio ou meio vazio?	Wilson Risolia e Rosalina Soares	20/05/2019	O censo escolar de 2018 revela que as redes de ensino têm bons projetos e seguem avançando, essa é a metade cheia do copo. A metade vazia é a estagnação do EM evasão e reprovação.
Acesso à educação pouco avança e frustra metas	Editorial Valor Econômico	25/06/2019	Dados do IBGE mostram que apesar do aumento de gastos na educação, o progresso caminha lentamente com poucos resultados. Os dados mais preocupantes são aqueles que demonstram que os problemas do ensino para jovens os tornam despreparados para o mercado de trabalho em crise.



Quadro 5 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2019 em ordem cronológica

Professores, demografia e qualidade da educação	João Batista Araujo e Oliveira	02/07/2019	Nos próximos 20 anos, a maioria dos professores estará aposentada. O Brasil precisa formar um contingente de professores de qualidade, recrutados entre os 30% melhores de sua geração.
Gastos públicos com saúde e educação	Naercio Menezes Filho	19/07/2019	A saúde vem avançando mais rapidamente que a educação no Brasil por conta do sistema bem definido de cooperação entre união, estados e municípios.
O Fundeb em pauta	João Batista Araujo e Oliveira	16/10/2019	Para melhorar o financiamento público da educação básica, as principais propostas giram em torno do aumento de recursos, reduzir as desigualdades entre municípios, reduzir ineficiências, mas o caráter provisório do fundo, e dirigir os recursos do governo para promover a eficiência.
Novos horizontes para a educação	João Batista Araujo e Oliveira	07/11/2019	A PEC do Pacto Federativo abre espaço para repensar o financiamento e gestão da educação, além de demonstrar entendimento da importância da formação de capital humano.
Educação completa dez anos de estagnação no Brasil	Editorial Valor Econômico	10/12/2019	Novos dados do Pisa revelam estagnação de pelo menos 10 anos no Brasil. O governo Bolsonaro se desresponsabiliza pelos números anteriores, e promete melhorar nos próximos 4 anos; porém, as medidas apresentadas até agora não parecem poder reverter esse quadro.

Fonte: elaboração própria.

Das 12 matérias de opinião voltadas à educação básica em 2019, cinco foram assinadas pelo intelectual João Batista Araujo e Oliveira. Seu discurso permanece, como nos anos anteriores, voltado a insistir na importância da educação enquanto formadora de capital humano, chegando a afirmar que o recém governo eleito de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), parecia “finalmente se preocupar com o capital humano na área econômica”, em oposição a outros artigos do mesmo ano, nos quais intelectuais e até o editorial do jornal demonstraram preocupação e descrença com o governo. É importante notar que Araújo, além de demonstrar confiança no governo de Bolsonaro, constrói um discurso muito próximo do então ministro, Vélz, afirmando, por exemplo, da existência de “russos no MEC” que não pensam na educação enquanto formadora de força de trabalho.

Em 2019, a pauta sobre o Novo Fundeb também aparece ao longo do ano em tom de conformidade entre os intelectuais sobre o potencial da PEC do pacto federativo para a melhoria e efetividade dos financiamentos e gestão do fundo público para a educação. A preocupação

com o financiamento da educação é compartilhada na maior parte dos artigos do ano, como pode ser verificado no quadro acima, amparada pelos dados do Pisa, IBGE e o Censo Escolar do INEP. Além da atenção voltada ao financiamento e à PEC do pacto, nota-se falas voltadas à formação e carreira docente, tanto em tom de responsabilização quanto de culpabilização por uma dita ineficiência generalizada da educação básica.

### 3.5 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2020

O ano de 2020 foi marcado pelo aparecimento do vírus SARS-CoV-2, causador da doença Coronavírus, sendo declarada situação pandêmica pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março daquele ano. O aparecimento das contaminações do vírus foi inicialmente declarado ao final do ano de 2019, por médicos e cientistas de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, e apenas foram identificadas como uma variação de coronavírus em janeiro de 2020. Em pesquisa realizada em 2021 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), estima-se que ocorreram 230.452 óbitos pela doença no Brasil só em 2020<sup>49</sup>.

Já em março, após a declaração de uma situação pandêmica, medidas que decretavam o fechamento das escolas e universidades foram sendo declaradas no país todo, com base nas recomendações da OMS para a contenção do contágio do vírus, que já se espalhava rapidamente no país e no mundo, além da criação de protocolos de quarentena. No decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, foram listados diversos serviços considerados essenciais e que não poderiam ser paralisados ou entrarem em regime de quarentena<sup>50</sup>. Instituiu-se, portanto, protocolos de segurança sanitária para os serviços essenciais, como o uso de máscara facial e álcool para desinfecção, além do distanciamento entre indivíduos dentro de estabelecimentos, permanecendo, em tese, o caráter remoto *online* em diversos segmentos, incluindo as instituições de ensino. Iniciam-se as organizações de protocolos de retomada das aulas de maneira remota, que gerou amplo debate no campo da educação. Ainda naquele ano, com as aulas sendo realizadas em formato *online*, a retomada das aulas presenciais já era discutida, e escolas privadas já iniciavam seus planejamentos para o retorno. O argumento principal, que

---

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-registro-de-obitos-por-covid-19-em-2020>>. Acesso: 19 fev. 2023.

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/imagens/servicos-essenciais-covid-19>>. Acesso: 19 fev. 2023.

virou campanha de muitas instituições e pessoas envolvidas, era de que a educação também era um serviço essencial, virando, inclusive, projeto de lei<sup>51</sup>.

No mesmo ano, o vencimento do então atual Fundeb estava sendo amplamente discutido. Isto porque, o Fundeb, que substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em vigência desde 2007, só seria válido até o ano de 2020, conforme as regras em vigor. A Emenda Constitucional n.º 108/2020, promulgada no final de 2020, deriva da PEC 26/2020, aprovada na Câmara em julho de 2020. Já no Senado, foi aprovada em agosto do mesmo ano, com 79 votos favoráveis e nenhum voto contrário nos dois turnos de votação<sup>52</sup>. A emenda, além de modificar as regras do Fundeb até então, tornou o Fundo permanente<sup>53</sup>.

Quadro 6 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2020 em ordem cronológica

Matéria	Autor/autora	Data	Resumo
Demografia e os gastos com saúde e educação	Felipe Ludovice e João Bosco Jr.	13/01/2020	A dinâmica do envelhecimento populacional traz a possibilidade de realocar parte das despesas com a educação básica, mantendo o gasto por aluno para outras áreas, como a saúde.
Educação, pobreza e Bolsa Família	João Batista Araujo e Oliveira	24/01/2020	Nascer e crescer na pobreza compromete as chances de acesso, progresso e sucesso dos alunos na escola. É preciso decretar uma “guerra” contra a pobreza.
A educação precisa de outro pacto	Gregório Grisa	04/02/2020	Outro pacto de educação, que envolva maior participação da União no financiamento da educação básica, unificação de esforços para tornar educação prioridade na gestão pública, qualidade de governança das redes de ensino, é necessário.
A tragédia na educação	Eduardo Carvalho	09/03/2020	É impossível melhorar a aprendizagem nas escolas e universidades com os vícios do sistema público. É necessária uma reforma administrativa.
Dogmas não podem tirar a oportunidade do Novo Fundeb	Priscila Cruz	10/03/2020	A educação precisa de política e <i>policy</i> . O Novo Fundeb é a oportunidade para melhorar o financiamento da educação básica e induzir a boa gestão para melhores resultados.

<sup>51</sup>Consulta disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267727>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

<sup>52</sup> Informações retiradas da Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/26/emenda-constitucional-que-garante-a-permanencia-do-fundeb-e-promulgada>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

<sup>53</sup> A formatação do Novo Fundeb pode ser consultada na *Cartilha do Novo Fundeb*, organizada pelo governo Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE em 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2023.

Quadro 6 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2020 em ordem cronológica

Quem ensina os que ensinam?	Heloisa Morel	11/03/2020	A formação de professores é muito teórica, filosófica e pouco prática. Instituto Península entrevistou professores, e de 7 em 10 deles dizem que sua formação não os preparou para a escola. A educação deve ser transformada para estar em sintonia com a sociedade atual.
A década em marcha à ré	Nilson Teixeira	27/05/2020	Uma das causas da queda do PIB, além da covid-19, é má gestão das políticas públicas, a baixa produtividade, que é consequência da qualidade reduzida da educação no país.
A formação do capital humano	João Batista Araujo e Oliveira	22/06/2020	Medidas como a Bolsa Família além de gerar benefícios se tratando da primeira infância, também é fundamental para o estoque de capital humano.
O futuro não chega no Brasil	Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli	25/06/2020	A produção acadêmica de esquerda ignora que a estagnação da produtividade brasileira é motivada pela baixa qualidade educação e a consequente baixa produtividade do país.
Novos retratos dramáticos do estado da educação	Editorial Valor Econômico	17/07/2020	A educação brasileira é uma tragédia em progresso. As novas tecnologias estão eliminando as pessoas de baixa qualificação e a qualidade da educação é imprescindível para o mercado de trabalho em mutação.
Fundeb: mais dinheiro, mais qualidade?	Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli	23/07/2020	A prioridade do Estado deveria ser a educação. Uma das prioridades é repensar a carreira docente e condicionar a remuneração dos professores à melhoria do desempenho dos alunos.
Novo Fundeb traz avanços, mas vinculação é retrocesso	Editorial Valor Econômico	23/07/2020	Governo Bolsonaro se ausentou das principais discussões da educação. Os salários dos professores nutrem boa parcela de déficits estaduais e o mérito da vinculação não é evidente. A melhoria pode não acontecer, e os salários permanecerão subindo.
Será que devemos reabrir as escolas?	Tiago Cavalcanti	05/08/2020	A prioridade agora é abrir as escolas novamente, não os bares e comércios. Há mais efeitos negativos com as crianças em casa do que na escola em meio a pandemia. Os efeitos disso serão duradores.
As possibilidades para a educação e o Fundeb	Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa	07/08/2020	A PEC do Novo Fundeb é um avanço para a educação. A remuneração dos professores gerou grandes problemas fiscais e precisa ser vista com atenção.
Brasil fica para trás na corrida pela produtividade	Editorial Valor Econômico	21/08/2020	A América Latina é pobre devido ao baixo nível de produtividade e capital humano. É crucial e urgente elevar a qualidade da educação.
Educação Financeira	Jairo Saddi	24/08/2020	Para romper o círculo vicioso da pobreza, é necessário elevar as chances de progresso e sucesso das crianças já na escola. A educação financeira deveria ser uma disciplina obrigatória e transversal.

Quadro 6 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2020 em ordem cronológica

Financiamento, gestão e política na educação básica	Maria Paula Dallari Bucci	27/08/2020	Os resultados de uma boa gestão de recursos se devem a uma combinação de fatores, com financiamento em uma ponta, gestão no meio e sustentação política na outra.
Cautela com a melhoria no ensino médio	Ricardo Henriques	18/09/2020	O aumento nos resultados do Ideb demonstra que a BNCC, reforma do EM e a gestão orientada para resultados de aprendizagem estão dando frutos. Todas as ações devem ser baseadas em evidências.
Não está bom, mas pode piorar	José Roberto Campos	29/09/2020	Uma melhoria na gestão de recursos em saúde e educação produziria mais resultados que maiores gastos nessas áreas.
Educação na pandemia	Naercio Menezes Filho	16/10/2020	A “geração coronavírus” será menos produtiva e desigual em relação às anteriores. Uma das primeiras ações a serem feitas nesse momento é retomar o ensino presencial nas escolas.
Eleições municipais, educação e federalismo	João Batista Araujo e Oliveira	12/11/2020	Os planos municipais de educação são pouco eficazes. O governo federal endossa as políticas anteriores e não inova em nada. A nível nacional, é necessário esperar que a elite possa refundar a educação nacional.
Gestão escolar na pandemia	Naercio Menezes Filho	18/12/2020	As consequências da pandemia na escola são menores quando se tem uma boa gestão. É necessária a adoção de melhores práticas baseadas em evidências.
Pandemia agrava fraquezas em IDH e competitividade	Editorial Valor Econômico	22/12/2020	o Brasil sofrerá ainda mais depois da pandemia. A educação formal deve ser urgentemente atualizada para construir capital humano, fornecendo habilidades digitais e de pensamento crítico, aprendizagem contínua e qualificação em programas públicos privados.

Fonte: elaboração própria.

O ano de 2020 lidera com o maior número de artigos entre os anos de 2016 a 2021, com 22 artigos de opinião voltados a discutir a educação básica. Dos 22, seis artigos são voltados para a discussão do Novo Fundeb, recém-votado em agosto de 2020 e regulamentado em dezembro do mesmo ano, e considerado como um avanço para educação pelos intelectuais do empresariado. Destacam-se ainda falas sobre práticas e ações “baseadas em evidências”, produtividade e formação de capital humano, com a recorrência destas que são pautas já grandemente debatidas nos anos anteriores. Alguns dos artigos distinguem-se pelos seus discursos sobre a “superação da pobreza”, que passaria, segundo os autores dos artigos, pela educação; logo, sua melhoria ajudaria a romper o “círculo vicioso da pobreza”.

Ao longo de 2020, quatro artigos de opinião discutiram a situação da educação em relação à pandemia, variando entre demandas para a reabertura das escolas e a retomada do

ensino de forma presencial, até a preocupação com a produtividade da “geração coronavírus”, ou seja, jovens e crianças que permaneceram fora da escola naquele ano. As críticas que giraram em torno da consequência da pandemia incorporaram as pautas já presentes nos artigos de forma recorrente, como já apontado, com a centralização da problemática na produtividade.

### 3.6 OS ARTIGOS PUBLICADOS EM 2021

No ano de 2021 a pandemia de covid-19 ainda afeta de forma intensa a população brasileira, com os números de contágio e óbitos aumentando. O debate agora concentrava-se na vacina contra a doença, que já era desenvolvida e testada desde 2020 em laboratórios ao redor do mundo, e começava a ser aplicada em diversos países naquele mesmo ano. No Brasil, a campanha de vacinação inicia somente em janeiro de 2021. Na educação, as aulas presenciais foram retomadas em diversas instituições, majoritariamente nas escolas e universidades privadas, enquanto a maior parte das instituições públicas ainda mantinham o regime remoto de atividades de trabalho e educacionais. Profissionais da educação começam a ser vacinados, como grupo prioritário, em junho do mesmo ano.

Debatia-se, então, o ensino híbrido enquanto uma possibilidade potencializada pela pandemia. Essa modalidade de educação propõe uma combinação de aulas online e presenciais. Em meio a pandemia, o CNE publicou um parecer, autorizando a realização de atividades remotas até 31 de dezembro de 2021<sup>54</sup>. No mesmo ano, o CNE abre consulta pública sobre proposta de Diretrizes Gerais sobre a Aprendizagem Híbrida<sup>55</sup>, com vistas a regulamentar, permanentemente, o ensino híbrido na educação básica e superior. Ainda em 2021, o Projeto de Lei 2497/21 é apresentado pela deputada federal Luisa Canziani (PTB/PR), que prevê a adoção do ensino híbrido no EM. O projeto ainda prevê a adoção da modalidade na EI e EF em caráter de emergência. A PL segue tramitando no momento presente 2023<sup>56</sup>. Na educação superior, em 2019, a portaria de n.º 2.117 do MEC já garantia que 40% da carga horária dos cursos oferecidos de forma presencial fosse ministrada de forma remota.

---

<sup>54</sup> O parecer pode ser consultado no Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/195831-pcp006-21/file#:~:text=Parecer%20CNE%2FCNP%20n%C2%BA%209%2F2020.,da%20Pandemia%20da%20COVID%20D19>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

<sup>55</sup> O texto de referência pode ser lido na íntegra no Portal do MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category\\_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=227271-texto-referencia-educacao-hibrida&category_slug=novembro-2021-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 fev. 2023.

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2290236>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

Quadro 7 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2021 em ordem cronológica

<b>Matéria</b>	<b>Autor/autora</b>	<b>Data</b>	<b>Resumo</b>
Os desafios vividos pelas juventudes brasileiras	André Vieira, Katcha Poloponsky e Rosalina Soares	04/01/2021	Fundação Roberto Marinho e Itaú Educação e Trabalho possuem plataforma com dados sobre juventude e trabalho que revela que a ameaça à vida dos jovens causa a evasão da educação, e impede de encontrar oportunidade de inserção produtiva. É preciso uma formação sólida com competências e habilidades para a manutenção de uma sociedade democrática e economicamente forte.
País corre contra o tempo na retomada da educação	Editorial Valor Econômico	07/01/2021	A pandemia acentuou as desigualdades e deficiências na educação. O desafio é superar as deficiências de conhecimento, corrigir a desigualdade e conter a evasão no pós-pandemia. O Novo Fundeb poderá ser grande aliado.
Desafios da educação e da produtividade	João Batista Araujo e Oliveira	19/01/2021	A produtividade do país está estagnada desde a década de 70, não estamos produzindo capital humano o suficiente. O país só conseguirá mudar a educação quando formar e valorizar melhor os professores, que deveriam ser recrutados entre os 30% melhores do Enem.
“Educação ou morte!”	Ana Maria Diniz	21/01/2021	O objetivo do TpE é melhorar a educação básica brasileira. No seu histórico, há vitórias como a BNCC, a reforma do ensino médio e o novo Fundeb.
A decepção dos jovens	José Eli da Veiga	29/01/2021	A grande queixa dos jovens que evadem do EM é o tédio perante as práticas pedagógicas já obsoletas. O FMI fala de modelos de educação 4.0 que podem atualizar a educação formal para a sociedade 4.0
Efeitos permanentes da crise	Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli	18/02/2021	O quadro ruim da educação vai piorar com a pandemia, pois nas escolas públicas, ao contrário da boa gestão empregada nas privadas, não houve ensino remoto. Essa geração será menos qualificada e menos remunerada que as anteriores.
É possível resolver a falta da internet na educação	Lúcia Dellagnelo	12/04/2021	Para maior acesso à internet para os alunos, é possível a implementação no Bolsa Família um aditivo para a compra de pacotes de conectividade para as famílias com filhos em escolas públicas, ou equipar as escolas com computadores e internet.
Evasão escolar, pandemia e capital humano	João Batista Araujo e Oliveira	14/04/2021	A evasão escolar na pandemia terá como custo para o país a perda de capital humano. Para combater a evasão, é necessário rigor no Bolsa Família, incentivos adicionais, trajetórias mais rápidas de formação, contagem de horas-aula e anos letivos, e a diluição do currículo.
O Brasil do futuro	Maria Silvia Bastos Marques	30/04/2021	Os indicadores do Pisa revelam dados preocupantes. O incremento da produtividade se dá pela combinação de mais (e melhor) capital humano e físico. É preciso oferecer ensino público de qualidade para crianças e jovens, além de fortalecer o sistema de saúde pública.
Efeito da covid 19 na educação vai da evasão à desigualdade	Editorial Valor Econômico	04/05/2021	Os impactos das escolas fechadas na pandemia serão duradouros na educação, mercado de trabalho e economia e exigirá esforços extra das autoridades.

Quadro 7 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2021 em ordem cronológica

Produtividade estagnada	Tiago Cavalcanti	05/05/2021	O avanço tecnológico depende do nível de capital humano. A educação habilita as pessoas a compreenderem os processos, o que eleva a eficiência e os processos produtivos. Uma hipótese é que estamos qualificando as pessoas, mas estas se empregam em atividades de baixa produtividade.
Pessoas, um patrimônio pelo qual vale a pena lutar	Wilson Risolia	10/05/2021	As juventudes devem ser prioridade para o desenvolvimento do país. A agenda educacional deve ser construída em comunhão com a agenda econômica. O EM deve ser focado no mundo do trabalho, com habilidades e competências caras ao mundo corporativo.
Nova rota com a educação profissional	Laércio Cosentino	25/05/2021	É preciso formar o jovem a altura do momento mundial. A resposta para a prosperidade é capacitar por meio de cursos técnicos em curtos espaços de tempo em complemento com o EM e superior, para que não haja um “apagão” de capital humano.
Precisamos de um Sistema Nacional de Educação	Simon Schwartzman e João Batista Araujo e Oliveira	30/06/2021	O TpE insiste na ideia de um Sistema Nacional de Educação, mas ignora o fracasso dos planejamentos e legislações excessivas. As escolas precisam de regras básicas, como visto nas escolas privadas, que funcionam sem tutelas adicionais.
Os jovens desistiram do Brasil? Nem todos	Ana Maria Diniz	23/07/2021	Existe uma desconexão da escola com a realidade dos jovens e o mercado de trabalho. Desde 2013, há um crescente descontentamento dos jovens no Brasil. A precariedade e a desigualdade da educação estão no cerne do problema. O caminho para o sentido à vida é o ensino profissionalizante e técnico.
Tecnologia na educação não é só na pandemia	Angela Dannemann	26/07/2021	O uso das tecnologias na educação será um dos principais legados da pandemia. A crise acelerou a transformação digital, e precisa de políticas públicas que visem o acesso à internet para resolver a exclusão digital. A escola pré-pandemia não existe mais.
É hora de debater a melhora no ensino profissionalizante	Editorial Valor Econômico	29/07/2021	O número de “nem nems” aumentou durante a pandemia. O Brasil precisa investir mais em objetividade e ensino profissionalizante na educação.
Prioridade número um	Joaquim Levy	29/07/2021	A crise proveniente da pandemia ajudou a valorizar o trabalho dos professores, além de qualificá-los ao ensino híbrido, que vem avançando gradualmente.
Construtores de futuros	Ana Maria Diniz	15/10/2021	A carreira docente deve ser mais atrativa para os jovens, com melhores salários e incentivos. É emergencial uma BNC para a formação de professores da educação básica. A pandemia abriu caminhos para a maior valorização e aproximação entre professores e família.



Quadro 7 - Artigos de opinião sobre educação publicados no Valor Econômico em 2021 em ordem cronológica

Estados investem mais, mas gastam menos com educação	Editorial Valor Econômico	19/10/2021	Houve recuo no investimento em educação em 2020. É necessário observar estes gastos e pressionar para que a educação seja prioridade nacional.
Um SUS para a educação	Ana Maria Diniz	29/10/2021	A educação precisa de um SUS, ainda mais necessário com o Novo Fundeb. É necessário definições claras de responsabilidade, regras de cooperação, parâmetros de avaliação e de qualidade, e outras formas de financiamento.
Educação e crescimento econômico	Armando Castelar Pinheiro	05/11/2021	Mesmo a escolaridade média crescendo a 3% ao ano, a produtividade só aumenta em 1% ao ano. É necessário ocupações que permitam que o trabalhador qualificado use as suas habilidades adquiridas.

Fonte: elaboração própria.

Em 2021 a maior parte dos artigos debateram o cenário pós-pandemia e seu legado na educação. Destaca-se aqui que o discurso dos intelectuais evidencia uma suposta “pós-pandemia”, que negligencia os números ainda alarmantes de contágio naquele ano, com altos índices de internações e mortes derivadas da Covid-19 no Brasil e mundo<sup>57</sup>. Dentre as preocupações, discutia-se o aumento da desigualdade social e das deficiências educacionais, consequências do período em que as escolas funcionaram de maneira remota, acarretando problemas tanto para a escola quanto para o mercado de trabalho; a preocupação residia no tempo perdido na qualificação dos jovens durante o período, o que geraria perda de capital humano e produtividade ao longo prazo. Há ainda certo otimismo de outros intelectuais em relação à “janela aberta” pela pandemia na aceleração do uso das tecnologias na educação e, segundo alguns destes, um suposto fenômeno de valorização dos professores pelas famílias e a sociedade ao longo do período remoto.

Há, novamente, um artigo de Araujo e Oliveira, escrito em parceria com Simon Schwartzman, criticando pautas do TpE. O documento do Todos, publicado em 2021, portanto, recente em relação ao artigo dos autores, foi chamado de *Nota Técnica: Sistema Nacional de Educação*, no qual o movimento Todos defende a estruturação de um suposto “SUS da educação” para a reestruturação do financiamento da educação no país. Além desta, o Tpe ainda defende a organização de uma Base Nacional Curricular para a formação docente.

O foco no EM permanece neste ano, repetindo as incidências dos anos anteriores. Um APH que se destaca nesta discussão no ano de 2021 é a Fundação Roberto Marinho. Seus intelectuais assinam dois artigos neste ano, ambos tratando sobre o Ensino Médio e o “mundo

<sup>57</sup> Uma linha do tempo do avanço da doença e do início da vacinação no ano de 2021 pode ser encontrada no Portal Instituto Butantan. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contr-a-covid-19-no-brasil>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

do trabalho”. Segundo os intelectuais, é necessário pensar o EM a partir de competências e habilidades para o mercado de trabalho. Destacam ainda a plataforma que possuem em conjunto com o Itaú Educação e Trabalho, onde reúnem dados sobre juventude e trabalho.

#### 4 A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CONSENSOS

A produção e reprodução de consensos sobre a educação básica brasileira também é brevemente apresentada a fim de que se compreenda os consensos presentes nos artigos na perspectiva da totalidade. Na sequência, tratamos os consensos que emergem dos artigos e as análises sobre eles dentro das unidades de contexto já utilizadas neste trabalho nos capítulos anteriores. Os consensos aqui examinados são justamente o que Gramsci chamou de frente teórica, ou frente ideológica do empresariado. Os chamados “artigos de opinião” publicados no Valor Econômico, quando analisados e agrupados, revelam conformidade ideológica, programas convergentes e estruturados, e total alinhamento às demandas do mercado em relação à educação. A agenda do empresariado que procuramos evidenciar, portanto, emerge dos artigos analisados na pesquisa aqui apresentados e discutidos. Muitos consensos estão presentes em mais de uma unidade temática, pois convergem em consensos de maior amplitude, e que englobam diversos outros. Para facilitar a apresentação e visualização dos consensos, eles estão divididos nas seguintes seções: *A Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio, O financiamento e a gestão da educação básica, Capital Humano e Produtividade.*

##### 4.1 A (RE)PRODUÇÃO DE CONSENSOS SOBRE A DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A culpabilização e responsabilização da educação, especialmente a pública, por não resolver o “atraso econômico” do país, certamente não é um fenômeno novo. No Brasil, destacamos o pós-golpe empresarial-civil-militar (1964-1985) como um momento de intensificação da discussão sobre a responsabilidade da educação no progresso econômico nacional. A atuação dos intelectuais-técnicos e empresários na sociedade civil foi de significativa importância para viabilizar, principalmente, a ampliação de seu horizonte de atuação. De acordo com Dreifuss (1981), um dos protagonistas do debate no período do regime militar foi o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961. O eixo central do projeto educacional do IPES era a subsunção da educação aos imperativos econômicos,

processo que se daria por reformas de base, amparadas fortemente na Teoria do Capital Humano<sup>58</sup> em seus fundamentos teóricos.

No taylorismo-fordismo, o grande projeto de educação era a formação técnica especializada, ou “profissionalizante”:

A “escola ideal” para essa qualificação é a que promove o desmembramento entre conceito, teoria e reflexão (o trabalho intelectual), de um lado, e prática, aplicação e experimentação (o trabalho manual), de outro. Uma escola que, além disso, enaltece muito mais a prática, a aplicação e a experimentação em detrimento do conceito, da teoria e da reflexão. Razão instrumental, de um lado; trabalho parcelar, fragmentado e coisificado, de outro. (ANTUNES; PINTO, 2010, p. 79).

No Brasil, como já discutido, o projeto de adequação funcional da educação pela classe burguesa vem sendo elaborado e difundido há décadas. Em relação à fração industrial, representada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Rodrigues (1998, p.135) afirma:

O pensamento industrial afirma ainda que a superação do passado só poderá se dar mediante a estruturação de um plano racional de preparação do novo trabalhador, ou seja, mediante a elaboração e implementação de uma política educacional que rompa os laços que prendem o futuro moderno ao passado arcaico. Assim, nos momentos de crise, a educação sempre desponta como o caminho reto e seguro que conduz ao novo télos.

Ainda sobre os momentos de crise no capitalismo, o autor alerta: “Cabe notar que, como a crise é uma característica inerente ao modo de produção capitalista, a educação é permanentemente campo de luta hegemônica para a definição de seus fins, seus objetivos, seus métodos e sua estrutura” (RODRIGUES, 1998, p. 135).

Azevedo (2022, p.17) argumenta que um dos maiores feitos da organização do empresariado na sociedade civil foi a difusão de uma série de conceitos do campo da economia no debate educacional, cuja consequência mais direta foi “A operacionalização de palavras como produtividade, eficiência e racionalização, [...] [implicando] uma nova correlação de forças, na medida em que construíram hegemonia do empresariado, a partir da consolidação do léxico econômico na educação”. Como será desenvolvido a seguir na pesquisa em tela, esse léxico segue permeando as discussões dos empresários sobre a educação. A consolidação desse léxico econômico, bem como o próprio discurso da aproximação entre a educação e o campo econômico,

---

<sup>58</sup> O debate da teoria do capital humano será aprofundado no subcapítulo 4.3, *A convergência primordial: a relação educação e produtividade*.

Em linha com os principais meios de comunicação, estas forças lograram firmar um eixo discursivo que irá orientar as ações do capital nos anos seguintes: a educação fundamental foi universalizada, mas carece de qualidade; o Estado e os professores fracassaram na reversão do quadro de repetência, de evasão e de baixo desempenho escolar, então, é legítima a participação ativa da sociedade civil, leia-se, das organizações vinculadas ao capital, na condução dos assuntos educacionais, ainda que em confronto com professores avessos às tais “reformas” (MOTTA, LEHER, 2018, p. 245).

Os intelectuais do Valor Econômico, em sua maioria, amparam-se fortemente nas supostas evidências presentes nos resultados de avaliações como Pisa e Saeb para justificarem seus argumentos sobre as fragilidades e necessidades da educação pública. Mesmo com uma significativa diversidade de argumentos, seus fundamentos possuem uma mesma preocupação: a educação é a grande responsável pelo desenvolvimento econômico, e a economia do país não está progredindo como esperado. Países como Finlândia e Coreia do Sul, nações localizadas no eixo central do capitalismo, são usados de forma recorrente como exemplos de países de economia avançada, e que também residem no topo do *ranking* de notas do Pisa; são, portanto, modelos a serem seguidos. Seguindo a mesma lógica, a educação é o caminho principal para a transformação da situação frágil da economia brasileira no cenário mundial, que resultará em maior produtividade e competitividade da indústria nacional.

O discurso da educação como “mola propulsora” da economia atravessa, direta ou indiretamente, todos os argumentos e consensos presentes nos artigos. Artigos que tratam diretamente sobre essa relação com o discurso de produtividade serão analisados posteriormente no item 4.2.4 deste trabalho. Destacamos, como breve exemplos, os artigos *Educação precária, gargalo brasileiro (2017)*, no qual Maria Clara Prado afirma: “Não adianta advogar em prol do aumento da produtividade, sem que se privilegie primeiro a educação”; *A educação de nossos filhos (2017)*, em que Fabio Giambiagi afirma, sem rodeios, que “Uma das razões do atraso brasileiro é o nível de nossa educação” e “Para que o país seja mais competitivo, temos que fazer que (sic) nossas escolas preparem os alunos para enfrentar a competição”; e em *Prioridade número um (2021)* Joaquim Levy destaca, no momento de retomada das aulas em todo o país durante a pandemia do Covid-19, que “É muito importante fazermos da iminente volta às aulas a grande revanche de tudo que perdemos na pandemia” (LEVY, 2021, *online*).

Falas como essa revelam como os intelectuais que assinam os artigos reiteradamente afirmam a convicção de melhora da economia brasileira alicerçada na educação. Compreendemos que, quando estão falando de melhoria da economia e a suposta responsabilidade da educação, estão referindo-se à formação de um perfil de trabalhador mais

afeito aos novos requerimentos produtivos, seja no que diz respeito à uma formação ideológica de aceitação de sua condição precária como natural, seja na elaboração de um projeto de educação como mercadoria. Portanto, para que a classe trabalhadora se adapte às necessidades produtivas, é necessária tanto uma determinada formação psicofísica, quanto sua conformação, como já assinalado por Andrade e Motta:

O processo educativo está intimamente vinculado a essa adaptação. Subjugado ao capital, além de fornecer pessoal devidamente treinado à maquinaria, torna-se mais um dos meios de disseminação da ideologia burguesa, induzindo tanto a perpetuação da exploração do trabalho como mercadoria quanto sua aceitação passiva. Em suma, serve à acumulação capitalista como meio de potencialização da produção de mais-valor e de apassivamento, logrando êxito em fazer com que a classe trabalhadora comungue de sua ideologia (2020, p.05).

O destaque para resultados (notas) do Brasil, especialmente as do Ensino Médio, nas provas em larga escala como justificativa central das críticas, demandas e convicções, encontra amparo no campo da chamada educação baseada em evidências, como apontado em alguns artigos do Valor. Segundo o livro *Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em educação (2015)*, publicação da organização Instituto Alfa e Beto, esta deveria ser incorporada ao nível de políticas públicas e nas decisões do Ministério da Educação:

As políticas de Educação – seja a proposta de um currículo nacional, um novo método de alfabetização, a capacitação e incentivo de professores, a adoção de livros-texto – consomem recursos imensos e afetam a vida de milhões de crianças e jovens. Apesar de sabermos que as decisões de políticas públicas não são apenas ou totalmente racionais, e que a ciência não é infalível, é importante poder tomar decisões com base em informações válidas, para fugir de ideologias, pressões políticas, “achismos” e modismos. Cabe aos pesquisadores e intelectuais averiguar e trazer para a discussão o conceito de “evidência” (ARAUJO E OLIVEIRA et al., 2015, p. 13)

É importante lembrarmos que o Instituto Alfa e Beto é criado e capitaneado por João Batista Araujo e Oliveira, profícuo colunista de opinião no Valor Econômico. Araujo e Oliveira, porém, não é o único que se ampara na educação baseada em evidências em seus argumentos, como já denotado. A prática baseada em evidências é um movimento que, inicialmente, tomou espaço no campo da medicina na década de 1980, e que tinha como prerrogativa o embasamento de “boas práticas” a partir do conhecimento oriundo de pesquisas científicas, com forte ênfase nos resultados obtidos e a replicação a partir do rigor metodológico.

Defende Saviani que, desde os anos 1990, o que ele chamava de pedagogia tecnicista<sup>59</sup>, tendência pedagógica orientada por métodos mecanicistas e pragmáticos que buscavam a máxima eficiência e produtividade da atividade educativa, e que ganhou espaço no cenário nacional entre as décadas de 1960-1970, assume uma nova conotação, posto que, na reorganização produtiva observada naquela década, muitas atribuições do Estado são deslocadas ou divididas com a iniciativa privada, além da atuação cada vez mais presente das organizações não-governamentais. Na educação, segundo o estudioso, há nesse momento um deslocamento do controle do processo, para o controle dos resultados, que, conforme as avaliações, garantirão eficiência e produtividade: “Trata-se de avaliar os alunos, as escolas, os professores e, a partir dos resultados obtidos, condicionar a distribuição de verbas e a alocação dos recursos conforme os critérios de eficiência e produtividade” (SAVIANI, 2013, p. 439). Já indicamos que essa noção de responsabilização atrelada à distribuição de recursos sob critérios de resultados atravessa fortemente as formulações presentes nos artigos da pesquisa. Freitas (2018) aponta que a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 e o fortalecimento dos processos de avaliação nacional, como o Saeb, foram sistematicamente estruturados para a constituição de um sistema de responsabilização, ou *accountability*, conceito com origem nos estudos do empresariamento da educação nos Estados Unidos da América (FREITAS, 2018). O autor também alerta ainda para a ideia de as avaliações tornam-se um fim em si mesmas, pois seu objetivo, afinal, é estabelecer metas e exigências impossíveis de serem atingidas, a fim de fortalecer o alinhamento da escola com a lógica empresarial, verticalizando a responsabilização e a padronização via testes censitários.

A mera existência das metas e dessas leis de responsabilização (*com apoio da mídia*) cria pressão sobre os gestores que passam a recorrer cada vez mais a consultorias e empresas introduzindo na vida das escolas soluções privatizantes, reproduzindo internamente os mecanismos de pressão sobre gestores intermediários, professores e estudantes (Ibid., p. 79, grifo nosso).

Os professores são afetados diretamente pelo sistema de responsabilização. Os artigos voltados à discussão da formação e carreira docente, apesar da romantização e do popular discurso da importância do professor no processo de ensino aprendizagem, a cobrança por resultados tem presença forte nas palavras dos intelectuais, tanto veladas quanto descaradas. Suas formações, métodos, teorias pedagógicas e, principalmente, salários e reivindicações trabalhistas, são afrontados. Isso porque, na lógica escola-empresa, os professores da escola

---

<sup>59</sup> Para maiores considerações de Saviani sobre a pedagogia tecnicista, ver em *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2013.

pública são funcionários que não estão sendo produtivos, não estão batendo suas metas (o aumento das notas), não estão rendendo conforme as demandas do patrão.

O caso de Sobral, no estado do Ceará, é tido como o grande modelo de sucesso a ser seguido em todo país<sup>60</sup>. Isso porque Sobral figura como o município com as maiores notas no Ideb, e que, por anos seguidos, apresenta médias muito acima da nacional, além de ter sido palco de programas como o Programa Alfabetização na Idade Certa, que mais tarde inspirou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Freitas (2018) considera que Sobral foi o município eleito para a propaganda nacional de políticas de educação de cunho neoliberal que já eram implementadas no Chile desde os anos 1980, com a única diferença de não existir, ainda, um sistema de escolas *charter* e *vouchers* no Ceará. A propaganda, segundo Freitas, se dá a partir da demonstração de “evidências empíricas” do que supostamente funciona na educação, representadas pelos resultados de Sobral nas avaliações em larga escala como o Ideb. O que as avaliações não mostram, no entanto, é um sistema baseado em bonificação de cunho meritocrático para professores e gestores, a exclusão ou marginalização de crianças e jovens que não correspondem ao desempenho esperado ou desejado pelo sistema escolar, e o estreitamento do currículo a partir do foco no ensino da matemática e língua portuguesa, componentes curriculares que são requeridos nos exames avaliados.

Os consensos voltados à docência aparentam ter como finalidade não só a indicação de políticas que convergem na precarização da carreira da docência, mas também no controle do trabalho do professor e professora a caminho da ressignificação total da atividade pedagógica, com seu teor cada vez mais voltado para a instrução. Textos dos artigos debatem a desqualificação do profissional formado em licenciatura no contexto da educação dita “do século XXI”.

A alta taxa de evasão no Ensino Médio, uma “evidência” muito presente nos argumentos dos artigos aqui analisados, também é sanada pela profissionalização antecipada dos jovens, que saem das estatísticas do abandono escolar, entrando de forma acelerada no mercado de trabalho. Essa é uma das formas de gerar determinadas “evidências” que possam, milagrosamente, ser sanadas a partir de políticas públicas que não só atendam às demandas específicas do empresariado para a formação da força de trabalho, como também gerar “evidências” que demonstrem que a profissionalização torna a educação não só interessante

---

<sup>60</sup> Vale mencionar que Camilo Santana (PT), político com extenso currículo no estado do Ceará, tornou-se ministro da educação do presente governo de Lula da Silva (2023-). Luiz Carlos de Freitas discutiu em seu *blog* pessoal a escolha de Santana no artigo *MEC: “sobralizando” a educação brasileira*. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2023/01/04/mec-sobralizando-a-educacao-brasileira/>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

para o jovem - em detrimento do suposto desinteresse dos jovens pela educação (argumentação da escola ultrapassada)-, como inclusiva e que acolhe as “escolhas” dos jovens.

Esta parece ser a ideia central que circula nos artigos de opinião aqui apresentados e analisados. Os argumentos convergem, em termos gerais, na crítica ao uso do fundo público para a educação e o escasso retorno ao Estado; a educação pública está fadada a continuar fracassando nos resultados caso não seja gerida, perpetuamente, por instituições privadas, desde o fundo público, a formação docente, a gestão e todo o sistema educacional, incluindo currículo e propostas pedagógicas. A finalidade da formação escolar, do mesmo modo, deverá ser alinhada às demandas e propósitos do mercado, tanto na formação voltada às profissões de maior demanda produtiva, quanto na formação ideal para atender a necessidade imperativa de produtividade do país no século XXI, como sustenta Freitas:

Pensando a escola como uma “empresa”, as escolas de menor qualidade devem sucumbir às de maior qualidade, sendo fechadas; os estudantes de menor desempenho devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo barrados em sucessivos testes; os professores de menor qualidade devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo demitidos. Tal como na “empresa”, os processos educativos têm de ser “padronizados” e submetidos a “controle” (Ibid., p.28 e 29).

A educação pública, portanto, está sujeita a lógica neoliberal e todas as políticas, iniciativas e ações devem ir na direção da organização empresarial. O sistema de responsabilização não só serve como amparo na defesa desses consensos, mas também como uma prestação de contas do Estado. É pelos resultados das avaliações, por exemplo, que o consenso do “fracasso” da escola pública é evidenciado. Seguindo a mesma lógica, o inimigo número 1 da educação, assim como de toda e qualquer empresa, é o Estado. É ele quem é mau gestor, ineficiente e incapaz de alcançar o nível ideal de competitividade.

Em nossa leitura gramsciana, entendemos o Estado em um caráter integral, composto por sociedade civil e sociedade política. Reafirmamos aqui, assim como Gramsci já alertou em seus cadernos (2019), que essa separação objetiva, unicamente, facilitar a compreensão do seu funcionamento, mas que essa separação é meramente metodológica, e não orgânica. Ao olharmos o Estado enquanto instância integral, acreditamos que a ideia de privatização ou a utilização de termos como “parcerias público-privadas” é limitante e não abarca todo o complexo processo no qual, em específico neste trabalho, a educação está sujeita. Observamos um Estado que, histórica e continuamente, provê o básico para a manutenção da lógica da organização empresarial, seja no repasse do fundo, ou injetando dinheiro em empresas educativas da sociedade civil já vinculadas às escolas públicas do país no pagamento de serviços



prestados. Sobre essa questão, já alertava Gramsci:

Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva; é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico (GRAMSCI, 2019, p. 49).

Considerando as questões apresentadas e voltando-nos à Gramsci, pode-se entender a educação como o núcleo de formação e irradiação do nexos vital do sistema capitalista, com a formação da força de trabalho consoante às imposições do capital em suas flutuações e crises como alvo, a fim de expandir de forma perene sua taxa de lucro.

A seguir, os consensos reproduzidos pelos intelectuais do Valor Econômico estão apresentados seguindo as unidades de contexto expostas na metodologia do trabalho em tela. Levando em conta o número de artigos de opinião selecionados, e já apresentados nos quadros no capítulo anterior, apenas alguns deles serão brevemente detalhados a fim de demonstrar os discursos dos intelectuais e os consensos imbuídos em suas falas. Os consensos estão divididos pelas unidades de contexto já apresentadas neste trabalho.

## 4.2 A (RE)PRODUÇÃO DE CONSENSOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO VALOR ECONÔMICO

### 4.2.1 A Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio

No ano de 2016, muitos artigos publicados no Valor concentravam seus debates em torno da recém aprovada Base Nacional Comum Curricular e na Reforma do Ensino Médio, ambas aceleradas com a entrada de Michel Temer (2016-2019) na presidência do país, após a conclusão do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Dentre a maioria dos artigos que comentavam ambos os temas, a defesa, aprovação e felicitação foram quase unânimes, como apresentado no capítulo anterior. De 2016 a 2021, cerca de 12 artigos comentaram ou as citaram, evidenciando a importância da BNCC, enquanto 16 traziam, majoritariamente, sobre o Novo Ensino Médio como a consolidação do projeto de educação mais afeito aos seus interesses.

Em grande parte dos artigos, a reforma do Ensino médio é defendida como o primeiro passo para uma educação aos moldes dos sistemas internacionais mais avançados, nos quais a/o jovem, cursando o ensino médio, possuiria mais autonomia e um leque maior de possibilidades

no currículo, este sendo o “currículo flexível”, justamente pela “escolha” dos itinerários disponibilizados pelas escolas. Já entre os motivos elencados para a necessidade da horizontalização do currículo escolar brasileiro junto com a reforma, estão a alta evasão no Ensino Médio, as baixas notas nas avaliações nacionais e internacionais, e uma dita “falta de interesse” dos jovens pelos conteúdos ministrados nesta etapa aparecem. A urgência em uniformizar o currículo também é apresentada como imprescindível para a oferta de educação, sem diferenciação entre aqueles que irão para o mercado de trabalho e aqueles que seguirão para a universidade, oferecendo uma bifurcação na formação que dependerá, supostamente, apenas da escolha individual dos jovens. Nesse sentido, vende-se uma “igualdade” formativa que possibilita oportunidades para o futuro, independentemente dos desejos ou condições sociais dos estudantes.

Em artigo de opinião publicado naquele ano, *Base Nacional, um projeto de nação* (2016), Ricardo Henriques, economista do Instituto Unibanco e ex-secretário nacional do MEC, entende que o então atual Ensino Médio é “engessado e exclui os jovens que não querem ingressar no ensino superior” e que um currículo flexível possibilitaria uma “virada radical na perspectiva binária que os jovens têm hoje — universidade ou subemprego” (HENRIQUES, 2016, *online*). É aqui que a formação técnica aparece quase como a “fórmula mágica” para, justamente, preencher um suposto limbo onde caem os jovens que não pretendem seguir para a universidade, mas pretendem uma formação que os possibilite a capacitação para fugir dos subempregos e subsalários. Em artigo de 2021, *É hora de debater a melhora do ensino profissionalizante*, do Valor Econômico, também afirma-se: “Sem ensino profissionalizante que os ajudem no início da carreira, o país terá novamente gerações de jovens à margem do mercado de trabalho” (É HORA, 2021, *online*).

Em artigo de 2019, *Reforma do ensino médio e formação de capital humano*, João Batista Araujo e Oliveira também discute a formação técnica em relação à formação acadêmica:

Na economia mais forte do mundo, os Estados Unidos, não mais que 50% da força de trabalho possui o nível superior e essa proporção não tem se alterado desde os anos 70. No Brasil, os dados da PNAD Contínua - 3o trimestre reforçam o argumento: 35% dos indivíduos com ensino médio ganham R\$ 1.600 ou mais, enquanto 30% dos indivíduos com nível superior ganham no máximo R\$ 1.600: *fora da Universidade há salvação* (ARAUJO E OLIVEIRA, 2019a, *online*, grifo nosso).

O ensino técnico não aparece somente como a solução para o “problema da perspectiva binária” (HENRIQUES, 2016, *online*) ou para a saída do inevitável destino do subemprego, mas também como possibilidade do fortalecimento da economia nacional, como importante

fator para o aumento da produtividade da indústria, que reiteradamente aparece nos artigos como o grande fracasso do país cuja solução a educação ainda não teria conseguido alcançar. A comparação entre a formação técnica e a acadêmica passa, muitas vezes, pela equiparação dos salários dos indivíduos no mercado de trabalho após a formação, juntamente à defesa do fortalecimento do Sistema S<sup>61</sup>, como pode ser visto nos artigos *O sistema indústria e o desenvolvimento*, publicado em 2017 por Robson de Andrade, então presidente da CNI; *Empresários, Sistema S e mudanças no EM (2016)*, *Na crise, a chance de fazer uma revolução na educação (2016)*, *Por uma nova formação de capital humano (2017)*, *Reforma do ensino médio e formação de capital humano (2019a)*, e *Novos horizontes para a educação (2019b)*, todos escritos por João Batista Araujo e Oliveira.

Ainda em 2016, em artigo assinado pelo Valor e intitulado *Desigualdade social freia os avanços na educação*, é afirmado que a BNCC uniformiza programas, conteúdos e práticas didáticas, e, por essas razões, seria um grande instrumento na luta contra a desigualdade, ao lado do Bolsa Família (DESIGUALDADE [...], 2016, *online*). Essas afirmações se amparam, segundo o artigo, no então recente relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *Education at a Glance 2016*<sup>62</sup> no qual o Brasil aparece como um dos nove países que subiram nas avaliações em matemática entre 2003 e 2012. O aumento das notas, no entanto, não foi o suficiente para tirar o país do *ranking* de piores desempenhos em matemática, ciências e leitura, entre outros 64 países.

Após a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do ensino médio serem aprovadas, em 2016 e 2017, respectivamente, as queixas e críticas em relação à educação básica, em especial ao ensino médio, permanecem as mesmas. A baixa qualidade da formação para o mercado de trabalho e a ausência das chamadas “habilidades do século XXI” (mais referidas como competências socioemocionais e cognitivas) no currículo, o baixo desempenho nas avaliações em larga escala, e a estagnação da produtividade brasileira permanecem como críticas constantes ao longo dos anos no material analisado. Em 2017, logo após a sanção da Reforma do ensino médio, o editorial do Valor Econômico publica *Novo censo escolar ressalta os desafios da reforma do ensino*, na qual afirma:

Por uma dessas coincidências nem sempre felizes, exatamente no dia em que o presidente Michel Temer sancionou a reforma do ensino médio, na semana passada, foi divulgado o Censo Escolar 2016. O censo pinta um retrato que evidencia como

---

<sup>61</sup> O Sistema S abrange nove entidades, sendo elas: Senai, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT e SESCOOP.

<sup>62</sup> Disponível em: <[https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016\\_eag-2016-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016_eag-2016-en#page1)>. Acesso em: 10 out. 2022.

será difícil implementar as mudanças pretendidas e o quanto outras metas traçadas estão ficando para trás, explicando porque a educação ainda está tão longe do ideal (*online*).

O Valor, no mesmo artigo, também afirma que “A realidade é que, quando as deficiências são muitas, como é o caso da educação no Brasil, fica difícil eleger prioridades e tudo parece importante” (Ibidem), ficando perceptível que, passando ambas as reformas, muitas metas, planos e políticas ainda são aguardadas pelo editorial que assina o artigo. Ao longo dos anos, durante o recorte temporal selecionado para a análise da pesquisa em tela, os artigos publicados pelo editorial permanecem no mesmo tom, reforçando constantemente a ideia de avanço nas políticas, mas atraso nos resultados. Como exemplo, em *Acesso à educação pouco avança e frustra metas*, e *Educação completa dez anos de estagnação no Brasil*, de 2019, o jornal cita dados então recentes do IBGE e Pisa para alertar para o “progresso lento com poucos resultados” em comparação com o aumento de gastos na educação.

Em *A reforma do ensino médio*, publicado em 2018 por Naercio Menezes Filho, a reforma, mesmo que sendo um “grande avanço na direção correta”, pode não conseguir combater as principais causas de evasão do EM hoje, quais sejam: o desinteresse geral pelos conteúdos obrigatórios do ensino médio, gravidez na adolescência e a grande taxa de repetência. Isso porque, de acordo com Menezes Filho, a implementação e o oferecimento dos itinerários formativos podem não ser efetivados e que “[...] a mais provável possibilidade é que tudo permaneça como está, sem nenhuma mudança real e “pseudo-itinerários” serem oferecidos apenas para mostrar ao MEC” (MENEZES FILHO, 2018a, *online*). Uma das soluções, para o intelectual, seria a regulamentação de parcerias entre escolas públicas e privadas.

Dentre as diversas apologias à Base e a Reforma, João Batista Araujo e Oliveira se destaca pela crítica às políticas das últimas décadas, que, segundo ele, não são voltadas para principal demanda da sociedade brasileira atual, qual seja, a formação de capital humano. Em janeiro de 2019, primeiro mês do primeiro ano de governo Bolsonaro (2019-2022), publica *Reforma do ensino médio e formação do capital humano*, artigo já citado anteriormente, no qual afirma que “o atual governo parece finalmente se preocupar com o capital humano na área econômica” (ARAUJO E OLIVEIRA, 2019a, *online*). Para ele, algumas mudanças são necessárias na Reforma e na BNCC:

É necessário alterar alguns poucos itens da Lei do Ensino Médio - coisa para cirurgião. É necessário reescrever o documento "Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio", especialmente para tornar mais claros o espaço do ensino médio técnico, a questão curricular e as áreas de divisão do ensino médio acadêmico. É necessário rever a BNCC (toda, mas especialmente o capítulo sobre Ensino Médio), simplificando-a e

tornando-a legível e mais consistente com as práticas internacionais. É necessário rever a lei da Aprendizagem (lei de número 0.097/2000), juntamente com o decreto Federal 5.598/2005, e retirar da legislação os entraves que dificultam os estágios e criar incentivos para os empregadores oferecerem e promoverem empregos qualificantes. O BNDES pode ser um ator relevante nesse item (Ibid.).

No mesmo artigo, Araujo e Oliveira ainda aponta que a formação de capital humano também passa pela “formação de elites”, e que, para tal feito, seria necessário criar uma “legislação para o ensino médio acadêmico que permita aos alunos cursarem poucas disciplinas e fazê-lo em profundidade, em sintonia com áreas acadêmicas e disciplinares que existem na realidade”. Já para aqueles que devem ir para as formações profissionais:

Não adianta sonhar com currículos mirabolantes – o currículo das escolas de ensino médio profissional deve ter um mínimo de Língua Portuguesa e Matemática comum a todos os cidadãos - algo compatível com o nível III de desempenho no Pisa, *mas nada além disso* (Ibid., grifo nosso).

No mesmo paradigmático artigo, o intelectual afirma que o grande entrave das políticas públicas em educação é a “visão gramsciana” que predomina entre os formuladores de políticas, como, por exemplo, a Reforma do Ensino Médio e BNCC:

Os "russos brasileiros" não pensam assim. Os entraves encontram-se na recém aprovada Lei do Ensino Médio, em resoluções do Conselho Nacional de Educação e na BNCC. Eles decorrem de um travamento cerebral - conhecido como "visão gramsciana" - que predomina entre os formuladores dessas políticas e seus loquazes ventríloquos. Para eles, existe algo chamado "educação geral" que todos devem fazer. Formação profissional é um prêmio de consolação, mas só para quem pagou o tributo no altar da tal "educação geral" (Ibid.).

O ex-secretário, grande defensor das ditas economias avançadas e de seus sistemas educacionais condizentes com o século XXI, entende a formação de nível médio como majoritariamente formação de força de trabalho, que deve ser oferecida por escolas especializadas. Supostamente, os estudantes de “maior talento” e os da elite, cumprem a trajetória escolar acadêmica, não profissional, e continuam seus estudos no nível superior:

Nas economias avançadas, o ensino médio é o grande provedor de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho: entre 30% e 70% dos jovens cursam a vertente profissionalizante do ensino médio. Essa formação se dá em escolas vocacionadas e especializadas, pois o "ethos" da formação profissional e a cultura do mundo do trabalho são tão importantes quanto o conteúdo a ser ensinado. A flexibilidade e diversificação curricular não impedem que alunos com maior talento continuem seus estudos em cursos pós-médios ou cursos superiores (Ibid.).

Não surpreende, portanto, a ferrenha defesa do Sistema S por parte do autor. Em seu artigo intitulado *Empresários, Sistema S e mudanças no EM* (2016), afirma que a reforma do Ensino Médio abre espaço para a sociedade civil<sup>63</sup> contribuir com a educação e ainda apaziguar a crise financeira instalada no país: “O empresariado - acomodado ao patamar medíocre da mão de obra oferecida pelas escolas - não poderá perder essa chance” e “[...] para a reforma virar realidade, é fundamental o envolvimento do sistema S e do setor privado” (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2016, *online*). O autor observa no Novo Ensino Médio, ainda que com críticas, a chance do desenvolvimento do capital humano necessário para a progressão da economia nacional, principalmente pela grande carga horária de formação técnica e pela maior abertura à sociedade civil dentro das escolas a partir, especialmente, do oferecimento dos itinerários formativos.

Em 2020, sobre o aumento de 0,4 nos resultados do Ideb de 2019, Ricardo Henriques comenta em *Cautela com a melhoria no ensino médio* que

Algumas dizem respeito à atenção que gestores de sistemas estaduais deram às discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular e às agendas de reforma curricular, com práticas de uso de informações pedagógicas - utilizando as avaliações externas e da própria rede para além da aprovação ou reprovação, com foco em devolutivas pedagógicas para aprofundamento da aprendizagem desses jovens. Tudo isso, mesmo antes de começarem a implementar o novo Ensino Médio, aprovado em 2017 (HENRIQUES, 2020, *online*).

Segundo o economista, os resultados estão menos relacionados às reformas, e mais para a abordagem que os profissionais nas escolas se valeram para a implementação e desenvolvimento delas na escola. Segundo Henriques, os estados com os maiores desempenhos no Ideb, Goiás, Espírito Santo, Pernambuco e Ceará, tinham

[...] uma estratégia em comum: a gestão orientada para resultados de aprendizagem. Trata-se de um modelo que contribui para a melhoria das rotinas da gestão escolar, com comprometimento e responsabilidades compartilhadas e foco na aprendizagem, permanência dos jovens na escola e redução de desigualdades (Ibid.).

Para ele, isso demonstra que as “ações baseadas em evidências” e com “pactuação de metas com as escolas e monitoramento frequente dos resultados” (ibidem) efetivam os objetivos da BNCC e da Reforma, indicando, portanto, a responsabilização dos docentes e profissionais

---

<sup>63</sup> Aqui, a noção de sociedade civil se difere do conceito de Antonio Gramsci. Trata-se de um termo ligado ao terceiro setor (Estado sendo o primeiro, o mercado, segundo), cunhado entre os anos de 1970 e 1980 nos Estados Unidos da América e ligado à ideia de filantropia. A sociedade civil abriga, por exemplo, as ONGs, fundações, associações comunitárias, movimentos sociais etc.; (MONTAÑO, 2003).

da educação, bem como a gestão como um todo, pelos anteriores e contínuos “fracassos” ao passo que as estratégias, metas e ações seriam responsáveis pelo “sucesso”.

Em emblemático artigo, intitulado “*Educação ou morte*”, publicado em 2021, Ana Maria Diniz comemora os 16 anos de existência do TpE. Com o propósito de “melhorar a educação básica brasileira”, segundo Diniz, um grupo de empresários, políticos de várias esferas e partidos, profissionais da educação, entidades do terceiro setor e acadêmicos se juntaram para compor o movimento:

Isso só seria possível por meio de um projeto de longo prazo, apartidário, para elevar a qualidade do ensino e nivelar a aprendizagem das crianças e dos jovens com a dos melhores países do mundo. Esta seria a verdadeira independência do Brasil! Pois nenhum país é de fato independente sem um ensino qualificado para todos (DINIZ, 2021, *online*).

Segundo Diniz, na jornada pela melhoria da educação básica brasileira, o TpE além de contribuir para que a educação “virasse pauta nacional”, contou com grandes vitórias como a BNCC, a reforma do ensino médio e o novo Fundeb. É necessário destacar que o TpE faz parte do Movimento pela Base (MpB), que desde 2013 articula e monitora a construção da BNCC<sup>64</sup>. Em mais dois artigos publicados no mesmo ano, Diniz indica em quais políticas o TpE pretende focar suas ações. Em *Construtores do futuro*, afirmar que “É emergencial uma BNC para a formação de professores da educação básica” (DINIZ, 2021b, *online*). Já em *Um SUS para a educação*, indica que são necessárias “definições claras de responsabilidade, regras de cooperação e parâmetros de avaliação e qualidade”, além de “outras formas de financiamento da educação” (DINIZ, 2021c, *online*), defesa que pretende a criação de um sistema único de educação. A discussão sobre a formação de professores e o financiamento da educação básica serão discutidos nas seções a seguir deste capítulo.

O discurso ao longo do período analisado sobre o EM e a BNCC pouco varia, como pode ser verificado nas exposições acima e nos quadros do capítulo anterior. O que era apontado como causa da necessidade da reforma e da implementação de uma Base Nacional, como a baixa qualidade de ensino e o conseqüente baixo desempenho nas avaliações de larga escala, a alta evasão e o impacto na produtividade do país, permanecem como pautas de urgência incorporadas às novas demandas, e outras políticas são reivindicadas. Destaca-se a forma transversal do discurso da formação do capital humano e da relação educação-produtividade no

---

<sup>64</sup> O MpB foi abordado no item 3.2, localizado na página 44.

discurso dos intelectuais em seus artigos, ainda que em abordagens e posições distintas. Há, portanto, uma importante uniformidade que atravessa suas manifestações.

#### 4.2.2 A questão da formação e carreira docente

Muito importante, também, segundo intelectuais do Valor, é a formação docente e sua necessária reformulação aos moldes das atuais políticas educacionais. Foram cerca de 11 artigos de opinião nos quais a formação docente é posta em xeque, sobressaindo as demandas do empresariado voltadas à meritocracia da carreira, na qual a remuneração dos professores e professoras deveria estar associada diretamente com o aprendizado dos alunos e alunas, aprendizado este medido pelas avaliações locais e de larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e *Programme for International Student Assessment*<sup>65</sup> (Pisa).

Um dos temas mais debatidos nos artigos sobre a carreira docente é a relação gasto com salário *versus* resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem. Em *Educação em tempos de crise*, publicado em 2016, Naércio Menezes Filho questiona:

Os Estados e municípios têm que gastar 25% de suas receitas com educação e o governo federal 18%. Assim, se as transferências e a arrecadação de impostos caem, os gastos obrigatórios com educação também deveriam diminuir automaticamente. Porém, os gastos com professores, que representam grande parte dos gastos com educação, não podem diminuir em termos nominais (apenas reais). Além disso, o piso salarial aumentou 11% em 2016, passando para R\$ 2.135. Assim, os gastos com educação devem diminuir bem menos do que a arrecadação. Mas, certamente vão parar de crescer aceleradamente, como ocorreu até 2014. Será que essa pausa nos gastos terá impacto na qualidade do ensino? (2016, *online*).

Uma das soluções para o aumento da qualidade do ensino, segundo Menezes Filho, seria aumentar o “tempo de aprendizado” dentro do tempo de horas-aula, nas quais desperdícios de tempo acontecem devido ao “controle de disciplina, chamada, intervalos e faltas de professores, que são muito frequentes”. Isso envolveria formações de professores que ensinassem métodos de ensino e gestão do tempo de aula, além de avaliações constantes dos professores:

É necessário também melhorar a efetividade dos professores e diretores das escolas. Muitos professores já estão desanimados, não têm mais condições de melhorar o desempenho dos alunos. Todos os professores da escola teriam que ser avaliados pelo menos uma vez por semestre e receber um feedback detalhado por escrito e através de reuniões. As escolas (sic) tem que priorizar os professores com maior capacidade de elevar o aprendizado dos alunos, eventualmente com carreiras separadas dos demais (Ibid.).

<sup>65</sup> Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.



O intelectual finaliza com “A sociedade está disposta a ajudar o setor público, desde que os gestores demonstrem coragem para mudar a situação atual”. Essa “atualização” da estrutura da formação de professores se mostra uma preocupação muito presente nos artigos do jornal. Em 2017, Fernando Abrúcio publica, *Não haverá futuro sem oportunidades para os mais jovens*, no qual afirma que a mudança na formação docente é imprescindível para trazer os jovens “nem-nem”<sup>66</sup> novamente para a sala de aula. Segundo o sociólogo, a atuação dos gestores e professores precisa ser aperfeiçoada para que os jovens sejam ensinados de formas mais criativas e estruturadas. Ele finaliza seu texto afirmando que “O processo educacional é a porta para todos os direitos” (ABRÚCIO, 2017, *online*).

Muitos artigos publicados na seção opinativa do jornal Valor Econômico comentam documentos e estudos sobre educação de organismos multilaterais. No artigo *Programa professor fundamental* (2018a), Nilson Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e fundador da Macro Capital, apresenta um resumo do documento *World development report 2018: learning to realize education's promise*<sup>67</sup>, do Banco Mundial (BM). O relatório apresenta um estudo que aponta que as causas do baixo aprendizado escolar do Brasil estão diretamente relacionadas com a baixa efetividade do trabalho docente, além da má gestão financeira e da infraestrutura das escolas. Teixeira propõe, portanto, um programa nacional alinhado ao documento, chamado “Professor fundamental”, no qual a valorização da carreira do magistério, o monitoramento anual dos alunos e alunas e a melhoria da qualidade das aulas seriam possíveis iniciativas de ações. Para que tais ações fossem efetivas, o economista afirma ser necessário o direcionamento de políticas públicas que efetivassem orientação e treinamento de professores com a “mentoria” de professores experientes e qualificados; a criação de um banco de videoaulas sobre cada ciclo escolar para o acesso dos docentes; bonificação por desempenho e a instituição do “bolsa professor”, dedicada exclusivamente para a formação continuada de aprimoramento da docência. Teixeira também aponta que uma ação que poderia beneficiar a educação de forma ampla seria a cobrança de mensalidade nas universidades federais, para que pudessem custear diretamente políticas na educação básica.

Nilson Teixeira publica em 2018 o artigo *Brasil precisa de milagre na educação*, no qual defende uma espécie de sistema meritocrático de remuneração dos professores:

---

<sup>66</sup> Expressão usada pela mídia para designar jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham (SILVA, 2015).

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2018>>. Acesso em: 25 set. 2022.

O maior crescimento do PIB só será sustentável caso haja uma verdadeira revolução no ensino infantil e fundamental, com maior valorização dos educadores e, ao mesmo tempo, com remuneração crescente e baseada, em parte, na meritocracia associada ao aumento do aprendizado dos seus alunos (2018b, *online*).

É interessante também notar que, neste artigo, Teixeira não cita diretamente o ensino médio em nenhum momento, indo na contramão da tendência dos artigos selecionados nesta pesquisa nos quais vincula-se os resultados do aprendizado a baixa qualidade do EM. Mesmo debatendo os então atuais resultados do Pisa e Saeb, insiste na “revolução no ensino infantil e fundamental” enquanto etapas escolares que necessitam de atenção nas políticas públicas.

Pode-se observar ainda artigos em que se coloca em xeque tanto a qualidade dos cursos de formação de professores quanto o “talento” dos jovens que escolhem a carreira docente no vestibular, assim como a falta de “atrativos” e valorização da profissão. Em *Professores, demografia e qualidade da educação* (2019a), João Batista Araujo e Oliveira alega que em nos próximos “20 anos a maioria dos professores estará aposentada” e que o Brasil deveria apostar na formação de um contingente de professores “de qualidade”, que deveriam ser recrutados “entre os 30% melhores de sua geração”.

Heloisa Morel, diretora do Instituto Península, que atua desde 2011 em ações voltadas para a carreira docente, escreve em 2019 *O professor está sozinho em uma escola cheia*, artigo no qual afirma que os professores se sentem “sozinhos e impotentes” para serem “agentes da transformação do país”. Segundo Morel, além de não terem apoio da sociedade, o despreparo técnico e emocional dos professores seria a causa dos baixos resultados de aprendizado. Portanto, para uma efetiva mudança no processo de ensino aprendizagem, é necessário voltar a atenção para as capacidades psicológicas e subjetivas do professor:

Isso acontece a partir da autorreflexão e autoconhecimento do docente, aliado ao conhecimento teórico adequado. Quando eles compreendem suas qualidades e fraquezas são capazes de olhar os problemas que afetam suas relações e buscar soluções. Surge, então, a importância de desenvolver integralmente o professor, para que conheça suas emoções, entenda como seu corpo reage, saiba como sua mente pensa e tenha claro o propósito que o conduz (*online*).

No ano seguinte, Morel publica *Quem ensina os que ensinam*, texto em que afirma que a formação dos professores é muito teórica e pouco prática. Enfatiza, ainda, a baixa qualidade dos cursos de Pedagogia: “O mais recente Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) indicou que 73% dos mais de 1.200 cursos de Pedagogia no país tiveram nota menor que 4, o que indica qualidade abaixo da média ideal” (MOREL, 2020, *online*). Ela

apresenta no artigo a pesquisa “Retratos da Carreira Docente”<sup>68</sup>, realizada pelo instituto com mais de 1.800 professores de todo o território nacional. A pesquisa relata que 7 entre 10 professores afirmam que suas formações não os prepararam para a escola. A conclusão de Morel é que a “educação deve ser transformada para estar em sintonia com a sociedade atual” (Ibid.).

De 2016 a 2018, apenas um dos artigos de opinião publicados no Valor Econômico tratava diretamente sobre a formação e carreira docente como tema principal da discussão. Já de 2019 a 2021, 10 artigos se voltaram a discutir tanto a formação quanto a carreira. Nos artigos de 2020 e 2021, no contexto pandêmico causado pela propagação a nível global do vírus Sars-covid-19, muitos autores debateram a dita “cultura de valorização dos professores” que se desenvolveu durante a crise sanitária, momento em que, supostamente, as famílias teriam compreendido, por fim, a árdua tarefa educativa dos docentes quando tiveram que participar mais efetiva e diretamente do processo de ensino e aprendizagem de suas crianças e de seus jovens. Em 2021, Ana Maria Diniz em, *Construtores de futuros*, afirma que a carreira docente deve ser mais atrativa para os jovens, com “melhores salários e incentivos”. Para isso, segundo Diniz, é emergencial uma BNC para a formação de professores, e que a pandemia “abriu caminhos para a maior valorização dos professores” (DINIZ, 2021, *online*). O projeto de uma BNC para a formação docente vem sendo debatido pelo Movimento Todos pela Educação desde 2019<sup>69</sup>. Em artigo do mesmo ano, *Trabalho de professor é mais valorizado a partir da crise*, publicado pelo editorial do Valor, apresenta uma pesquisa da Fundação Lemann, do Itaú Social e *Imaginable Futures*, que indica que 71% dos pais de alunos valorizam mais o trabalho dos professores agora do que antes da pandemia. Quem também afirma é Joaquim Levy, ex Ministro da Fazenda (2015–2015) do governo de Dilma Rousseff, em, *Prioridade número um*, artigo no qual escreve acreditar que a “crise proveniente da pandemia ajudou a valorizar o trabalho dos professores”, e que, além disso, ajudou a “qualificá-los (os professores) ao ensino híbrido que vem avançando gradualmente” (LEVY, 2021, *online*).

Na discussão sobre o Novo Fundeb, a partir de 2020, o salário dos professores passa a ser um ponto-chave para a discussão sobre gestão do orçamento público na educação. Em artigo de 2020, intitulado *Novo Fundeb traz avanços, mas vinculação é retrocesso*, do editorial do

---

<sup>68</sup> A pesquisa pode ser encontrada no endereço <<https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Retratos-da-carreira-docente.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

<sup>69</sup> A informação pode ser verificada em artigo publicado pelo TpE em 2019. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/todos-pela-educacao-envia-sugestoes-a-consulta-publica-sobre-as-diretrizes-nacionais-para-a-formacao-de-professores/>>. Acesso em: 9 de mai. 2023.

jornal, a PEC que estabelecerá o aumento no Fundeb para os anos seguintes é discutida. No artigo está presente o tema sobre supostos avanços da PEC. Em suas palavras:

A PEC, porém, dispõe que 70% dos recursos terão de ser destinados ao pagamento do magistério e dos funcionários da educação (a serem definidos em lei complementar) - antes, a fatia era de 60%. Entre 2007 e 2020, pelos cálculos dos economistas Marcos Lisboa e Marcos Mendes, o salário dos professores aumentou 67% acima da inflação, 12,84% apenas em 2020 (Folha, 21 de julho). Se a inflação se mantiver no centro do sistema de metas, esse salário crescerá pelo menos mais 35% acima dela. Os salários dos professores são baixos e compõem o maior custo das escolas, mas nutrem boa parcela dos déficits estaduais, que subirão (NOVO FUNDEB [...], 2020, *online*).

Nenhuma proposta referente ao pagamento dos salários dos professores é apresentada. O texto finaliza com a emblemática afirmação, com perceptível tom de culpabilização docente pela não efetividade dos progressos índices da educação básica: “A melhoria da qualidade pode não ocorrer, as metas podem se frustrar, mas os salários subirão, aconteça o que acontecer” (NOVO FUNDEB [...], 2020, *online*).

Já em, *Fundeb: mais dinheiro, mais qualidade?* de 2020, Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli, ambos professores da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV-EPGE), alertam que, em se tratando do financiamento público da educação,

[...] é preciso que a prioridade à educação seja suportada em uma base fiscal sustentável. Em um país que envelhece rapidamente, o Estado precisará cada vez mais de médicos geriatras e menos de professores do ensino básico. Os recursos são finitos. Professores continuarão ganhando aumento de salário sem ganhos no desempenho dos alunos (CAVALCANTI; FRAGELLI, 2020, *online*).

Os professores de economia defendem o condicionamento dos salários dos professores à melhoria do desempenho dos alunos, já que não há, no momento, uma política nacional que estabeleça a relação entre remuneração dos docentes e o desempenho dos alunos nas avaliações nacionais. Essa ideia é discutida e debatida por outros intelectuais do empresariado, como já abordado nesta seção, e será discutida em seguida.

Da mesma forma e no mesmo ano, em *As possibilidades para a educação e o Fundeb*, publicado por Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa, do TpE, afirmam que a remuneração dos professores gerou “grandes problemas fiscais” e precisaria ser “revista com atenção”:

Isso nos leva à relação do Fundeb com o Piso do Magistério. Atualmente, a Lei do Piso vincula o reajuste do piso salarial do magistério à elevação do menor valor por aluno observado no Fundeb. Assim, com crescimento de receitas e queda no número

de alunos, nos últimos anos houve uma elevação do piso superior ao aumento do salário-mínimo e da inflação, o que vem corrigindo a discrepância entre o valor social do professor e sua remuneração. No entanto, isso também gerou problemas fiscais, especialmente onde as carreiras não são bem desenhadas (CORRÊA; CRUZ; NOGUEIRA, 2020, *online*).

É pertinente salientar que os artigos selecionados nesta análise são aqueles que efetivamente se direcionam aos docentes, sua formação e carreira. Isso porque a lógica da responsabilização que atravessa grande parte das publicações indica, muitas vezes, de forma implícita ou velada, a culpabilização dos professores pelos resultados precários nas avaliações de larga escala, ou até mesmo diretamente na economia e produtividade do país. Como já apontado, os intelectuais do empresariado possuem uma abordagem ativamente meritocrática em relação à carreira docente, focada nos resultados que são medidos pelas avaliações nacionais e internacionais. Assim sendo, os números são tidos como comprovantes da eficácia ou não dos professores em determinada rede de ensino, e são essas as “evidências empíricas” que os intelectuais se utilizam quando questionam a formação, a carreira e o salários dos professores brasileiros.

#### 4.2.3 O financiamento e a gestão da educação básica

Indicamos no quadro do capítulo 2, na seção *Os intelectuais no Valor*<sup>70</sup>, que muitos dos intelectuais levantados na pesquisa são economistas ou de áreas afins. Compreendemos que isto, por consequência, resulta que em uma parcela significativa dos artigos, se disserta sobre o orçamento público e o investimento do Estado em educação. As opiniões se alternam entre duas grandes problemáticas: haveria um grande investimento em educação (o mesmo que outros países semelhantes ao Brasil, segundo a OCDE), porém, não há o retorno esperado e o país seguiria estagnado pela baixa qualidade da formação da classe trabalhadora, conseqüentemente, o trabalho segue com baixa produtividade. Isso porque os investimentos não seriam distribuídos e geridos de forma eficiente; ou seja, o que chega até os estados e municípios não são geridos e distribuídos idealmente. A outra parcela refere-se ao pouco recurso e desinteresse no investimento na área da educação. Nota-se que há em comum, em ambas as perspectivas, a velha cantilena da má gestão dos recursos públicos.

Em, *Diploma para quê?*, publicado em 2016 pelo economista João Guedes Neto, este afirma que “A solução não é investir em educação, pois temos investimento até demais”

---

<sup>70</sup> O quadro pode ser encontrado na página 30.

(GUEDES NETO, 2016, *online*). Essa é a ideia que permeia grande parte dos artigos voltados a discutir investimentos públicos em educação, e que culmina na crítica à gestão do fundo público. Em artigo do mesmo ano, publicado pelo editorial do jornal, *Gastos com educação cresce, mas nota do Pisa decepciona*, comenta-se sobre o recém resultado do Pisa de 2015: “O Pisa mostra que o investimento cresceu bastante nos últimos anos. Fica evidente que o dinheiro não explica tudo” (GASTOS [...], 2016, *online*).

Segundo os autores, Nicola Calicchio e Marcus Frank, da filial de São Paulo da empresa internacional de consultoria McKinsey, em artigo em 2018 intitulado, *Falta dinheiro para a educação no Brasil?*, se o dinheiro não explica tudo, a gestão dos recursos explica:

Não temos o mesmo poder de investimento que países como Finlândia, Japão e Canadá, mas o primeiro passo é reconhecermos nossa situação, e de que é possível reverter. Qual a raiz do problema? A gestão, não os recursos. É preciso fazer mais com menos. (CALICCHIO; FRANK, 2018, *online*).

Dos 24 artigos publicados, de 2016 a 2021, voltados a discutir o financiamento, gastos e gestão do fundo público na educação, 16 declaram que a gestão dos recursos é o grande problema enfrentado na educação. Destacamos os artigos *Educação: gastos e resultados* (2017), *O financiamento da educação* (2018), de Naercio Menezes Filho, e *Desperdícios na educação e crise fiscal* (2017), *Os brumadinhos da educação* (2019), de João Batista. As matérias em questão possuem abordagens semelhantes sobre o financiamento, afirmando que a gestão precisa melhorar para que a baixa qualidade da educação seja revertida em melhorias no aprendizado e nos resultados das provas de larga escala.

Em, *Desperdícios na educação e crise fiscal*, Araujo e Oliveira cita o grande “desperdício” de dinheiro provocado pelo alto índice de reprovação nos anos iniciais e médio; no artigo, culpabiliza o movimento do TpE, e reafirma que se trata, de outra maneira, de uma questão de melhor gestão da verba pública:

Interessa compreender o que está por trás do descaso com o desperdício: grupos que se intitulam monopolistas da defesa dos interesses da educação venderam à sociedade a ideia de que educação se resolve com mais recursos. O mais grave: a ideia foi comprada por todos. Somos "todos por mais recursos".

Nos artigos publicados e assinados pela diretoria e membros do movimento Todos pela Educação no Valor Econômico entre 2016 e 2021, nenhum dos artigos citou diretamente a demanda por mais recursos, mas, sim, melhor gestão e uma reforma do sistema de financiamento. Em 2020, no artigo, *Dogmas não podem tirar a oportunidade do Novo Fundeb*,

Priscila Cruz afirma que o “óbvio” a qualidade da educação precisa ser dito: o financiamento e a gestão da educação precisam ser “eficientes” a partir de melhorias “drásticas” em suas formulações e articulações.

Araujo e Oliveira e Menezes Filho também pregam a gestão privada como uma das soluções para as problemáticas que apresentam. Uma das soluções apontadas é a participação do Sistema S na vertente de profissionalização do EM. Em, *Na crise, a chance para fazer uma revolução na educação* (2016), Araujo e Oliveira afirma que, no ensino fundamental há melhores oportunidades para o financiamento, como o estímulo aos Estado para a municipalização. Para o financiamento dos municípios, considera estabelecer o vínculo com o número da população e o número de matrículas, e os ganhos de eficiência das redes municipais. Já para o ensino médio,

[...] [caberiam] dois movimentos. O primeiro é regulatório: diversificar o ensino médio. Uma vez diversificado, o governo estadual ficaria responsável pela vertente acadêmica e o Sistema S poderia cuidar, com extrema competência, da profissionalizante. Fariamos mais e muito melhor com menos recursos.

Em artigo publicado no mesmo dia que o citado logo acima, é publicado o artigo de Naercio Menezes Filho, *O que devemos mudar na educação?*, no qual ele afirma: “Está na hora de permitir a gestão das escolas públicas pelo setor privado” (MENEZES FILHO, 2016, *online*). Em seguida, indica a adoção do sistema de escolas *charter*, originado nos Estados Unidos da América, que prevê que escolas públicas, financiadas pelo Estado, possam ser geridas por iniciativas privadas, podendo se estabelecerem com ou sem fins lucrativos. Apesar de poucos artigos levantados na pesquisa em tela defenderem ou se referirem diretamente ao sistema *charter*, pode-se verificar que os discursos apontam para o mesmo modelo, tanto pelas críticas à gestão pública dos recursos das escolas, quanto pelo reforço de um sistema de responsabilização, que também, segundo Freitas (op. cit.), cria a ambiência necessária para estabelecer transferência de dinheiro público para as iniciativas privadas.

Nos artigos, *Financiamento, gestão e política na educação básica* (2020) de Maria Paula Dallari Bucci, professora de Direito na USP, e *Não está bom, mas pode piorar* (2020), de José Roberto Campos, editor executivo do Valor Econômico à época, os autores adotam um posicionamento de “meio de campo”, inquirindo tanto maiores investimentos, quanto melhorias na gestão, ou seja, fazer bom uso dos recursos continua sendo a chave-mestra na resolução dos problemas orçamentários. Campos afirma, por exemplo, que

As maiores despesas com saúde e educação não significam que seu montante seja suficiente para atender as necessidades. Argentina e Chile gastam quase o dobro per

capita do que o Brasil, cujas despesas com educação estão abaixo das da maioria dos membros da OCDE. Mas é inegável que uma melhoria da gestão nesse quadro de recursos produziria muito mais resultados, como advogam os especialistas.

A análise do investimento público também se expressa na crítica ao investimento em qualidade na educação básica, como afirma Maria Clara do Prado no artigo, *Pátria em busca de educação* (2019). Prado finaliza o artigo concluindo “São várias, como se vê, as tentativas de contribuição de representantes da sociedade civil para a melhoria rápida e sustentada do nível da educação no país. Mas nada é garantido e duradouro” (PRADO, 2018, *online*).

No ano de 2021, o TpE traz à baila uma nova discussão nos artigos assinados por seus intelectuais, o Sistema Nacional de Educação (SNE):

O Sistema Nacional de Educação deve se tornar a principal política de governança da cooperação entre os entes federados em matéria de Educação. Este sistema deve ser responsável por avançar na pactuação federativa, refletindo uma nova forma de exercício de competências comuns entre os entes federativos, de governança e da pactuação das políticas educacionais (DINIZ, 2021, *online*).

O “SUS da educação”, ou o SNE, está previsto no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014) no artigo 13, e está em pauta no Congresso Nacional, no Projeto de Lei Complementar 235/2019, de autoria do senador Flávio Arns (Podemos) e relatoria do senador Dário Berger (MDB). A PL foi aprovada no Senado em março de 2022, em votação unânime, e segue para a Câmara. O sistema vem sendo discutido há alguns anos por diversas entidades, e mais recentemente vem ganhando protagonismo nas pautas do TpE e teria como objetivo, de acordo com o TpE, centralizar a organização dos Municípios, Estados e a União, e das três esferas do poder, no financiamento e distribuição de recursos para a educação brasileira, além de estabelecer uma “rede de colaboração” para o “enfrentamento das desigualdades tanto nos recursos disponíveis para as instituições de ensino como nos resultados de aprendizagem” (SISTEMA NACIONAL..., *online*).

Muitos artigos de 2019 e 2020 também abordaram o debate sobre o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb, que contou com a modificação e atualização das suas regras em 2020. Anteriormente, o Fundeb tinha a vigência de 2007 a 2020. Aprovado no Congresso Federal em 2020, com a promulgação da Emenda Constitucional 108/2020 (PEC15/2015) na Câmara, e PEC 26/2020, no Senado, como já mencionado anteriormente. O Novo Fundeb, além de tornar-se permanente, ainda prevê o aumento de 10% para 23% de participação da União no Fundo.



Em, *Financiamento da educação*, de 2019, Menezes Filho argumenta que a prioridade para o novo Fundeb seria torná-lo “mais efetivo e mais redistributivo”:

Na hora de definir as prioridades nos gastos com educação e saúde, o primeiro critério deveria ser priorizar as áreas que mais contribuem para igualar oportunidades para todos os brasileiros desde o nascimento. Além disso, devemos sempre buscar eficiência nos gastos, ou seja, almejar alto impacto gastando o menos possível, para igualar oportunidades poupando o contribuinte, com maior retorno para a sociedade.

No ano seguinte, Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa, todos representantes do TpE, publicam, *As possibilidades para a educação e o Fundeb*, artigo no qual debatem o novo Fundeb como uma oportunidade para melhorar a gestão e distribuição do fundo público:

O novo Fundeb introduz mecanismos de indução de melhorias na gestão. Primeiro, redefine as regras de distribuição do ICMS, incentivando a replicação do “ICMS-Educação”, modelo exitoso do Ceará. Segundo, as novas regras destinam parte do aporte da União às redes de ensino que mais melhorarem seus indicadores educacionais, com equidade (CORRÊA; CRUZ; NOGUEIRA, 2020, *online*).

O estado do Ceará aparece como o estado modelo a partir do que ficou conhecido como “ICMS Educação”. A lei brasileira prevê a redistribuição de 25% dos tributos arrecadados do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) dos Estados para os municípios. No “ICMS Educação”, modelo implementado no Ceará desde 2007, entre os critérios para a redistribuição, consideram-se os indicativos educacionais do município, modelo replicado na Emenda 108/2020.

Eles ainda debatem a relação do Fundeb com o Piso do Magistério, já que 70% do Fundeb é destinado para o pagamento de profissionais da educação:

Atualmente, a Lei do Piso vincula o reajuste do piso salarial do magistério à elevação do menor valor por aluno observado no Fundeb. Assim, com crescimento de receitas e queda no número de alunos, nos últimos anos houve uma elevação do piso superior ao aumento do salário mínimo e da inflação, o que vem corrigindo a discrepância entre o valor social do professor e sua remuneração. No entanto, isso também gerou problemas fiscais, especialmente onde as carreiras não são bem desenhadas (Ibid.).

Em 2021, no artigo, *País corre contra o tempo na retomada da educação*, o editorial do jornal afirma que a pandemia acentuou as desigualdades e deficiências da educação. Para o Valor, o Novo Fundeb é visto com otimismo, pois “mais recursos ajudam, desde que acompanhados de mecanismos de monitoramento da aplicação do dinheiro e checagem dos resultados” (VALOR, 2021, *online*). O editorial apresenta alguns resultados da Prova Brasil de 2020, na qual os estudantes do Ceará tiveram as notas mais elevadas; as do Rio de Janeiro foram

maiores do que o Pará. Os estados do Ceará e do Pará gastam o mesmo por aluno, já o Rio, um pouco mais:

O artigo ressalta ainda que o investimento não influencia o resultado uma vez que Pará e Ceará gastam praticamente o mesmo por aluno, e o Rio despende mais. Ainda assim, mais recursos ajudam, *desde que acompanhados de mecanismos de monitoramento da aplicação do dinheiro e checagem dos resultados* (Ibid.. grifo nosso).

Nas discussões sobre o financiamento e os gastos públicos em educação, a máxima “fazer mais com menos” é bastante presente. A discussão se baseia na lógica empresarial em sua abordagem sobre os investimentos, gastos e retornos financeiros. É aí que a crítica da gestão dos recursos entra como um “cavalo de Tróia”, ou seja: se a gestão pública está há tanto tempo obtendo poucos “retornos”, há de se pensar e planejar uma gestão melhor e mais eficiente, qual seja, uma gestão privada. Essa lógica também está presente em outras áreas, como, por exemplo, na saúde, também citada nos artigos. O discurso que ataca a gestão pública é uma importante frente no projeto hegemônico da burguesia, precedendo o estabelecimento de alianças público-privadas, o sucateamento sistemático de instituições públicas, e políticas que favorecem a gestão do fundo público por entidades de ordem privada. Trata-se, ao fim e ao cabo, de avançar a inserção da educação básica pública na esfera da mercadorização e mercantilização, ou seja: ser nicho de mercado, e ser capitalizada.

#### **4.2.4 Capital Humano e Produtividade**

A palavra de ordem dos intelectuais que possuem o espaço do Valor Econômico para publicizar suas opiniões, dentre todas as unidades temáticas já citadas neste trabalho, parece ser a produtividade. De todas as unidades elencadas para a análise aprofundada neste trabalho, essa palavra-chave é a mais citada, e a que mais se cruza com as outras unidades nos artigos. São 33 artigos dentre os 110 analisados. Este é um número expressivo de artigos que incluem demandas, defesas e opiniões acerca da problemática da educação brasileira e sua relação com a produtividade no trabalho no país. Os discursos dos diversos intelectuais das diferentes frações burgueses que apresentamos ao longo deste capítulo, convergem, em sua maioria, no entendimento de que a falta da produtividade seria um problema gerado pela baixa qualidade da educação básica brasileira. Consequentemente, advogam que a solução para a economia estaria no aumento da qualificação da classe trabalhadora que passaria, necessariamente, pelo acesso à educação formal de qualidade para garantir maior nível de produtividade, cuja

consequência positiva seria a diminuição da desigualdade social mediante o crescimento econômico.

A produtividade, nos termos de João Guedes Neto, economista e então coordenador da *Internacional Federation of Liberal Youth*<sup>71</sup>, no artigo, *Diploma para quê?* (GUEDES NETO, 2016, *online*) “[...] resulta da divisão da produção total de uma economia pela quantidade de trabalhadores”. De acordo com Gawryszewski e Mello (2020), em um estudo crítico sobre a questão da produtividade defendida pelo patronato, essa seria a metodologia mais utilizada para mensurar a chamada Produtividade do Trabalho, que se dá pela divisão do PIB pelo volume de horas trabalhadas por ano pelos trabalhadores.

Conforme Guedes Neto, a expansão das universidades de péssima qualidade educacional nas últimas décadas refletiu na baixa qualificação do trabalhador, o que gerou um rebaixamento no nível de produtividade nacional. Para o economista, o investimento no ensino superior é inútil, já que as habilidades necessárias para o crescimento da produtividade podem ser incluídas já na educação básica, como exposto no trecho a seguir:

Devemos aprender que o diploma em si não vale nada. Precisamos deixar de lado a cultura de fazer faculdade para prestar concurso. Pior, devemos parar com nossa mania de delegar poderes aos conselhos federais que cada vez mais criam reservas de mercado para determinadas profissões - como se o diploma em si, fizesse de alguém um profissional mais competente para exercer funções. São necessárias habilidades específicas demandadas pelo mercado, que deverão ser incorporadas nas instituições de ensino. É necessária a abertura econômica para o aumento contínuo da valorização do conhecimento e competitividade (GUEDES NETO, 2016, *online*).

Diferentes intelectuais elencados na pesquisa defendem que o investimento educacional visando o progresso da produtividade brasileira deve ser feito já na primeira infância. O economista Caio Megale, em artigo de 2016, intitulado, *Educação, produtividade e crescimento*, argumenta que economistas do mundo inteiro estão voltando seus olhares para os primeiros anos da infância:

De acordo com a economia e a psicologia, esses primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e de renda de uma pessoa. Boas condições de saúde, saneamento e alimentação, levam a um desenvolvimento cognitivo melhor (MEGALE, 2016, *online*).

---

<sup>71</sup> Conforme o portal *online* do grupo, a *Internacional Federation of Liberal Youth* é uma federação que reúne organizações jovens de todo o mundo voltadas a promover, em suas palavras, o liberalismo e a liberdade globalizada. Disponível em: <<https://www.iflry.com/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

Para o intelectual, os avanços em investimentos na educação da primeira infância no Brasil, porém, não foram suficientes para avançarmos na produtividade, que permanece estagnada por vários anos. Isso porque, segundo Megale, esses investimentos não consideraram os padrões internacionais, estes comprovadamente eficientes, além de não elevarem o ensino conforme os resultados do Pisa e não encontrarem na legislação incentivos para o aumento da produtividade. O economista defende que o debate sobre os investimentos na infância deveriam ser o centro do debate público para que, de fato, se traduza em crescimento produtivo a longo prazo.

Em, *A primeira infância*, artigo escrito em 2018 por Naercio Menezes Filho, o intelectual alerta os candidatos à presidência nas eleições que aconteceriam naquele ano sobre a magnitude do investimento nos primeiros anos da criança:

Os candidatos à presidência devem estar cientes de que se quisermos um país com mais oportunidades e desenvolvimento, deverá haver grande investimento na primeira infância. Essa etapa da vida é fundamental, pois a plasticidade do cérebro da criança permite um rápido desenvolvimento. O retorno desse investimento na primeira infância é mais alto do que os realizados em qualquer outro período da vida (MENEZES FILHO, 2018, *online*).

Finaliza o texto afirmando que “Todo esse investimento é a única oportunidade que temos para resolver a crise da produtividade brasileira” (Ibid.). No ano seguinte, João Batista Araujo e Oliveira publica, *Investimento em capital humano e primeira infância*, texto no qual afirma que o investimento na primeira infância é o “[...]investimento mais sábio para promover a formação de capital humano” (ARAUJO E OLIVEIRA, 2017, *online*). O intelectual se mostra especialmente preocupado com a educação porque, segundo ele, seria a principal responsável pela provisão de capital humano, e, conseqüentemente, produtividade. Três de seus artigos abordam diretamente a infância enquanto a fase mais oportuna para o desenvolvimento de um capital humano de qualidade que resultaria, a longo prazo, maior produtividade para o país. A partir do seu método baseado em “evidências”, Araujo e Oliveira demonstra que os investimentos em políticas sociais para os primeiros anos de vida da criança podem ajudá-la a superar os resultados ruins no que ele chama de “loteria do nascimento”. Isso porque, ele argumenta, fatores como condições básicas de higiene e nutrição, além de estabilidade financeira e emocional, são fundamentais para o pleno desenvolvimento cognitivo da criança. Ele continua:

Continuemos com as evidências: na maioria dos países da OCDE, especialmente os da União Europeia, a participação das crianças de nível socioeconômico mais baixo em programas educacionais antes da pré-escola, por pelo menos dois anos, está associada a um desempenho melhor no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) (Ibid.).

A finalidade das políticas sociais para a primeira infância e da extensivamente pronunciada “qualidade da educação” está, novamente, atrelada ao desempenho da criança e do jovem no Pisa. O colunista finaliza:

Se o investimento na primeira infância constitui um excelente negócio, resta entender como tornar esse negócio efetivamente rentável para elevar o valor do capital humano de nosso país. O desafio não é apenas o de aumentar a chance dos mais pobres, mas também de reduzir as desigualdades, para o que é essencial o bom uso dos recursos (Ibid.).

Em 2019, analisando a aprovação da PEC nº 188, de 2019, conhecida como a PEC do Pacto Federativo, João Batista Oliveira defende em, *Novos horizontes para a educação*, que “A proposta demonstra entendimento de que a formação de capital humano pode se beneficiar de investimentos em saúde, abrindo espaço para financiar, por exemplo, programas eficazes de primeira infância que não sejam unicamente vinculados ao modelo de creches” (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2019, online).

Para os economistas e professores do FGV, Pedro Ferreira e Renato Fragelli, o investimento em políticas educacionais é tido como “investimento horizontal em produtividade”, em conjunto com as políticas de comércio de bens e serviços, e as reformas tributária e institucional (FERREIRA; FRAGELLI, 2017, online). Em, *A generalizada ineficiência brasileira*, publicado em 2017, os autores defendem que, apesar dos esforços via educação nos últimos anos para o crescimento da produtividade, o progresso não aconteceu devido à ineficiência de todos os setores econômicos do Brasil. Segundo os intelectuais do campo da economia, o crescimento da produtividade depende de três fatores: a ampliação do capital humano e alta da escolaridade dos trabalhadores; expansão do capital físico por trabalhador, e a elevação da eficiência pela utilização dos fatores de produção, ou Produtividade Total dos Fatores (PTF).<sup>72</sup>

Para Paulo Oliveira, no artigo, *A crise fiscal e os desafios do Plano Nacional de Educação*, de 2017: “A educação no Brasil tem jeito e pode ser consertada. Não existe um caminho único para fazer isso, mas existem princípios básicos que, se forem seguidos,

---

<sup>72</sup> Os diferentes cálculos da produtividade serão abordados na seção seguinte deste capítulo.

aumentam significativamente as chances de sucesso”. Ainda para ele, o sucesso “[...]” significa aumentar a contribuição do capital humano para promover o crescimento econômico do país, ou seja, a capacidade de gerar empregos para quando essas crianças se tornarem adultas” (OLIVEIRA, 2017, *online*). No mesmo ano, escreve João Batista Araujo e Oliveira, *Por uma nova política de formação do capital humano*, no qual afirma que momentos de crise são oportunas para uma “revisão de estratégias”: “Deve-se fazer melhores investimentos para que o país tenha mais produtividade. A formação do capital humano é a resposta” (OLIVEIRA E ARAUJO, 2017), *online*.

No ano de 2018, no artigo, *O papel do Estado*, escrito por Naercio Menezes Filho, afirma-se que o responsável por melhorar a qualidade do ensino na educação básica é o Estado, pois essa baixa qualidade é a responsável pelo “problema da produtividade” no país. No mesmo artigo, o intelectual ainda argumenta que o aumento da igualdade de oportunidade para os empresários também é imperativo para o aumento da produtividade, com a ressalva de que “[...] para isso é necessário diminuir o tamanho do Estado. Ao mesmo tempo em que ajudava a reduzir as desigualdades entre pessoas, o Estado brasileiro aumentava a desigualdade entre empresas” (MENEZES FILHO, 2018, *online*). Também em 2018, Ana Maria Diniz publica, *Educação, a única saída*, onde afirma que a reforma mais urgente no Brasil é uma reforma da educação:

No Brasil, todo o labor das últimas três décadas em torno da educação - incluindo o aumento significativo da oferta de vagas e do nível de escolaridade da população - parece ter sido inócuo. Nossa produtividade permanece estagnada em sua "soneca de 50 anos", como colocou a revista britânica *The Economist* (DINIZ, 2018, *online*).

Para a herdeira do império do *Pão de Açúcar*, “Nenhum país conseguiu sair do ciclo vicioso da pobreza sem investir em capital humano” (DINIZ, 2018, *online*). Outro intelectual que prioriza o papel da educação no ganho de produtividade é Eduardo Carvalho em, *A excelência educacional deve ser uma prioridade, de 2018*, afirma que a precariedade do sistema educacional, sendo indicadores nacionais e internacionais, é a principal culpada pela baixa competitividade e produtividade econômicas. Segundo ele, a educação básica deveria focar em “[...] habilidades do século XXI, inglês e competências globais” (CARVALHO, 2018, *online*).

Em, *A formação do capital humano*, escrito por João Batista Araujo e Oliveira, em 2020, este critica as mudanças das condições do programa do Bolsa Família pelo governo de Jair

Messias Bolsonaro (2019-2023), ao instaurar em seu lugar, o Auxílio Brasil<sup>73</sup>. Em seguida, propõe que se ampliem os “benefícios para grávidas e famílias com crianças até três ou quatro anos, para assegurar segurança alimentar e acesso médico” para que, dessa forma, a educação tenha “êxito de investimento” ao longo da trajetória escolar dessas crianças (ARAUJO E OLIVEIRA, 2020, *online*). Ele finaliza convocando aqueles que, como ele, defendem esses investimentos:

Sob o prisma do capital humano, medidas como as propostas poderiam gerar benefícios tanto imediatos quanto duradouros, e ainda constituiriam um investimento mais rentável para as pessoas e para a sociedade. *Advogados da primeira infância e da educação, uni-vos!* (ARAUJO E OLIVEIRA, 2020, *online*, grifo nosso).

Em *Educação e crescimento*, de 2021, Armando Castelar Pinheiro, afirma que, no Brasil, se investe 6,3% do PIB em educação, que seria 30% a mais do que fazem, em média, os países da OCDE. Sendo assim, ele levanta o seguinte questionamento: “A grande questão, portanto, não é porque priorizamos pouco a educação, mas sim por que todo esse investimento não resultou em mais crescimento econômico? Ou, mais ao ponto, por que, apesar de a escolaridade média crescer 3% a.a., a produtividade cresce 1% a.a.?” (PINHEIRO, 2021, *online*). Em seguida, Pinheiro responde:

A resposta está em nossa dificuldade em prover a esse trabalhador mais qualificado ocupações que o permitam usar as habilidades adquiridas. O jovem trabalhador estudou mais que seus pais, mas as ocupações que ele encontra disponíveis não são tão mais produtivas.

No mesmo ano, Tiago Cavalcanti publica *Produtividade estagnada*. No artigo, Cavalcanti declara: “Quebra-cabeça de ganhos significativos de escolaridade e estagnação da produtividade não é fácil de ser explicado” e levanta, enquanto hipótese, que a educação está cumprindo seu papel na qualificação dos indivíduos, mas estes estão sendo empregados no que ele chama de “atividades de baixa produtividade” (CAVALCANTI, 2021, *online*). Em contraposição, no artigo *O Brasil do futuro*, publicado também em 2021, Maria Silvia Bastos Marques declara:

O incremento da produtividade se dá pela combinação de mais (e melhor) capital humano e físico e pela eficiência na utilização dos recursos disponíveis. No caso brasileiro a qualidade dos gastos com educação tem ficado muito aquém do

---

<sup>73</sup> O Auxílio Brasil foi um programa social de transferência de renda do governo de Jair Bolsonaro (2019-2023) criado em 2021, que substituiu o até então Bolsa Família, programa do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Seu valor foi fixado, inicialmente, em 400,00 reais, passando mais tarde para 600,00 em 2022. Em 2023, o Bolsa Família retornou e o Auxílio Brasil foi descontinuado.

necessário, a alocação de recursos públicos teve pouco efeito no aumento do estoque de capital e o arcabouço institucional do país tem prejudicado a utilização eficiente dos fatores de produção.

Para a intelectual, o desafio da produtividade deverá ser enfrentado reinserindo pessoas no mercado de trabalho, além do oferecimento de ensino público de qualidade e o fortalecimento do SUS, seguindo discurso apologético do reforço da “qualidade do capital humano”. Pinheiro, Cavalcanti e Marques são doutores em economia na FGV.

A produtividade e a formação do capital humano são conceitos largamente debatidos nos artigos, que tomam, em sua maioria, a educação enquanto fator principal da produtividade, e, por isso, deve ser fomentada a sua formação no país. Para esses intelectuais, a educação, principal responsável pela formação de capital humano, está falhando justamente pela estagnação produtiva do país, que aqui toma dimensões semelhantes às avaliações em larga escala, como o Pisa, ou seja: se a taxa de produtividade está baixa, ou estagnada, a formação de capital humano está aquém do esperado. Na presente seção, em relação ao grande número de artigos, poucos deles foram abordados; isto porque a temática possui pouca variedade na abordagem e perspectiva, muitas vezes sendo debatidos com textos repetidos pelos mesmos autores. A produtividade parece ser tanto o princípio da relação com a educação, quanto sua finalidade. É necessário pontuar, no entanto, que essa relação educação – produtividade, atravessa de forma horizontal os discursos dos intelectuais, pois se trata de uma concepção fundamental do projeto burguês de educação. Trataremos sobre essa íntima relação.

#### 4.3 A CONVERGÊNCIA PRIMORDIAL: A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE

É necessária a compreensão dos fundamentos da produtividade e do capital humano para que se entenda o porquê a educação ser tão importante na abordagem dos intelectuais economistas nos artigos de opinião publicados no Valor Econômico. Consideramos os estudos críticos sobre o alinhamento das políticas educacionais, em específico a BNCC e Reforma do Ensino Médio, com a bandeira da produtividade realizados por Gawryszewski e Mello (2020), e Andrade e Gawryszewski (2018) para abordamos, de forma breve, a importância da educação no processo produtivo.

Temos acordo com, Gawryszewski e Mello e Andrade e Motta, que compreendem a teoria do valor de Karl Marx como chave explicativa para o entendimento aprofundado da relação entre educação e trabalho. O fundamento dessa relação reside, mais precisamente, na *valorização do valor*, ou seja, em uma maior extração de lucro através do acréscimo do valor

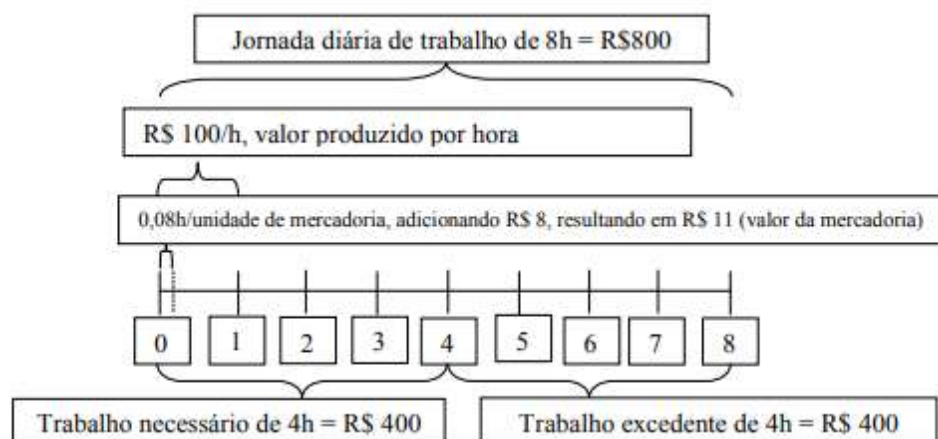


da mercadoria força de trabalho. Iniciemos com uma breve explanação das categorias de mercadoria e valor em Marx para compreender esta relação.

A mercadoria é a categoria em que Marx parte para analisar o modo de produção capitalista (MPC). Considerando-a como a forma elementar da riqueza das sociedades capitalistas (2012, p.57), Marx configura a mercadoria como um objeto externo ao homem, que satisfaz as necessidades humanas, quais sejam, “do estômago ou da fantasia” (Ibid.), ou seja, como meio de subsistência, ou necessidades subjetivas. O valor de uma mercadoria pode ser entendido enquanto valor de troca e valor de uso. O valor de uso é inicialmente definido por Marx como o que define a *utilidade* de alguma coisa, ou seja, esse valor só se realiza com a utilização ou consumo. Já o valor de troca surge quando há uma relação quantitativa entre valores de uso diferentes em uma relação de troca. Portanto, “Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso” (Ibid., p.59). O valor da mercadoria é determinado pelo tempo empregado em sua produção pela força de trabalho. Entretanto, esse tempo empregado não é considerado de forma individual, constituído por inúmeras forças de trabalho em um processo heterogêneo. O trabalho que materializa o valor é considerado uma força de trabalho única, caracterizando, de forma equiparada, uma força média de trabalho social, realizado em um tempo que, em média, é necessário. Esse tempo médio de dispêndio de trabalho chama-se *tempo socialmente necessário*. Socialmente, pois é aquele que permite a reprodução da vida social do trabalhador.

A centralidade da discussão da produtividade do trabalho, por sua vez, fundamenta-se na categoria de *mais-valor*, que se dá através do *trabalho excedente*. O trabalho excedente é todo aquele trabalho para *além do trabalho socialmente necessário*. Portanto, considerando que o trabalhador vendeu sua força de trabalho por determinado salário, e em uma jornada de trabalho de 8 horas, e, digamos, o trabalho necessário para produzir x quantidades de mercadorias é 4 horas, o mais-valor reside no restante das 4 horas que serão trabalhadas, e que não estarão contidas no salário deste trabalhador. A figura a seguir ilustra este processo:

Figura 3 - Produção de mercadorias e valores em 8h de trabalho diário



Fonte: elaborada por Carvalho, H. J. R.; Zanin, M.; Shimbo, I., 2017.

Considerando que a “Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas *define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo*” (Ibid., p. 68, grifo nosso), o aumento da produtividade do trabalho, portanto, pretende garantir uma maior produção em menor tempo de trabalho necessário, que se traduz em maiores taxas de lucro para os detentores dos meios de produção a partir da maior produção relativa de mais-valor, como explicam Carvalho, Zanin, e Shimbo:

Por isto, mesmo fixando como máxima a jornada diária de trabalho de 8 h, o capitalista buscará estratégias para reduzir o trabalho necessário de 4 h, para aumentar consequentemente o trabalho excedente para além de 4 h, isto é, maximizar a produção relativa de mais-valor (2017, p.1083).

A reprodução de capital, segundo Manzano (2019), é a relação entre a riqueza previamente acumulada que passa pelo trabalho vivo (realizada pela força de trabalho) e que produz mais riquezas. A partir destas considerações, a educação, quando interessada ao capital, além de prover a qualificação do trabalho conforme as necessidades produtivas, ainda atua na direção da conformação ideológica da classe trabalhadora, e da reprodução da exploração:

Nessa ordem, a educação passou a ser elemento constitutivo do valor da força de trabalho, que varia com o valor dos elementos necessários às suas produção e reprodução, as quais, nesse caso, podem ser também de ordem histórica e moral (ANDRADE; MOTTA, 2020, p.05).

Entende-se ainda que, para a burguesia, a educação tornou-se um fator importante na produção, justamente por ser elemento chave na valorização da mercadoria força de trabalho, posto que “[...] lapidadora da força de trabalho, a educação pode até ser compreendida como

valor de uso, na medida em que pode facilitar sua venda” (Ibid.)<sup>74</sup>. A esse processo, denomina-se *mercantilização da educação*. A mercantilização, dessa forma, é o processo de subsunção da educação a forma-mercadoria.<sup>75</sup>

Segundo Gawryszewsk (2018), nos termos dos economistas liberais, a produtividade sempre está atrelada ao seu incremento enquanto elemento vital para o crescimento econômico. Portanto, “[...] a produtividade é apresentada como um indicador de eficiência sobre como uma empresa, indústria ou país utiliza seus ativos existentes” (Ibid., p.05). Esses ativos são os recursos de propriedade do capitalista que podem gerar valor no processo produtivo. Já a metodologia da medida da produtividade mais conhecida, e já citada na pesquisa em tela, é a Produtividade do Trabalho (PT), que considera o PIB dividido pelo volume de horas trabalhadas por ano pelos trabalhadores; podemos considerar, de modo geral, que “[...] a PT calcula a quantidade de riqueza gerada pela força de trabalho” (GAWRYSZEWSK, p.07). Já a Produtividade Total dos Fatores (PTF), mensuração usada por organismos internacionais como o BM, mensura o capital humano e capital físico, força de trabalho capacitada e instalações, matérias-primas, etc.

A teoria do Capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz na década de 1960, tornou-se o fundamento dos discursos de distintas frações burguesas pela demanda por uma formação de trabalhadores qualificados, que compreendiam que a resposta para a produtividade e o progresso econômico residiria no “fator h”:

A base empírica de Schultz no desenvolvimento do que foi denominada de “teoria” do capital humano foi a observação de que as famílias que investiam mais em educação formal e em saúde tinham retornos maiores do que as demais. Como positivista e empirista, ao ver a dificuldade de mensurar a saúde, abandona este indicador e fica apenas com a educação. Ao final do seu experimento, na comparação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a escolaridade, Schultz encontra uma correlação altíssima entre ambas. Daí conclui, sem levar em conta o processo histórico marcado pela desigualdade entre as classes sociais e nações, que o investimento em educação é algo tão ou mais rentável que os demais investimentos (FRIGOTTO, 2015, p.216).

No Brasil, a teoria do capital humano foi fortemente incorporada no ideário da intelectualidade burguesa, que via (e vê) o capital humano como propriamente um investimento

---

<sup>74</sup> Considerando ainda os interesses burgueses em reduzir o valor de troca da força de trabalho, as autoras indicam a produção de Bruno (2011).

<sup>75</sup> Andrade e Motta fazem importantes considerações sobre o valor de uso da educação na ótica burguesa: “O suposto valor de uso da educação, referente à “facilidade de vender a mercadoria força de trabalho”, não apenas vem sendo progressivamente contraposto pela realidade – vide o mercado de trabalho estreito e precarizado –, mas também vem servindo à regulação do preço da força de trabalho, sobretudo a partir da pulverização das ofertas formativas”.

no desenvolvimento econômico. Na década de 1990, era toyotista de padrão de acumulação, a competitividade e a produtividade tornam-se as bandeiras do discurso desses intelectuais. Para Saviani, nesse momento, as competências adentram as empresas como sinônimos de qualificação, e, nas escolas, como substitutas do conhecimento:

Em ambos os casos o objetivo é maximizar a eficiência, isto é, tornar os indivíduos mais produtivos tanto em sua inserção no processo de trabalho como em sua participação na vida da sociedade. E ser produtivo, nesse caso, não quer dizer simplesmente ser capaz de produzir mais em tempo menor. Significa, como assinala Marx, a valorização do capital, isto é, seu crescimento pôr incorporação de mais-valia (SAVIANI, 2013, p. 438).

Analisando as ‘reformas’<sup>76</sup> da BNCC e do EM e sua relação com a bandeira da produtividade, Andrade e Gawryszewsk (2018) enfatizam que ambas as políticas seguiram as diretrizes de organismos multilaterais como OCDE e BM na orientação da incorporação das competências, mais precisamente competências socioemocionais, para melhor qualificar a formação de capital humano. Os pesquisadores entendem que, na perspectiva dos organismos internacionais (OI), a capacitação da força de trabalho oferecida pelo processo educativo orientado a partir das competências, entendido pelos autores de forma “massiva, restrita e aligeirada” e “em prol da produtividade do trabalho” (Ibid., p. 119), permite que se produza mais valores em menos tempo, possibilitando uma maior extração de mais-valor da força de trabalho e, conseqüentemente, mais lucro.

Da mesma forma, no estudo crítico sobre a concepção educacional presente na revista Indústria e Competitividade entre os anos de 2013 e 2018, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Teixeira (2019), analisando os artigos do periódico, também faz o diagnóstico da centralidade do discurso na formação do capital humano enquanto imperativo para o acréscimo de produtividade:

A proposta dos empresários para elevar a escolaridade e produtividade dos trabalhadores expressa na revista consiste na oferta de formação pelas próprias empresas do setor (ou em parceria com o Sistema FIESC por meio de suas entidades SENAI, SESI e IEL). Esta iniciativa tem o intuito de mostrar como as empresas se beneficiariam ao investirem em qualificação de seus trabalhadores, de forma a aumentar sua produtividade. Trata-se de uma proposição baseada na teoria do capital humano, ao qual atribui a educação um fator de produção (Ibid., p.93).

---

<sup>76</sup> Mantivemos a escolha dos autores quando se referem às ‘reformas’ com aspas únicas para indicar que, a partir de seus entendimentos, ambas ‘reformas’ estão em conformidade com uma proposta hegemônica interessada nas necessidades candentes do capital.

O pesquisador ainda argumenta que os “especialistas” convidados para as publicações, em sua pesquisa igualmente entendidos como intelectuais da burguesia, “[...] não foram escolhidos aleatoriamente para compor a revista, mas sim por possuírem uma visão convergente com a da FIESC a respeito da educação, qual seja, a de tratá-la como fator de produtividade” (Ibid., p. 114).

Voltando algumas décadas, podemos cotejar com os discursos da CNI, analisados por Rodrigues em sua tese sobre o Moderno príncipe industrial e seu projeto educacional hegemônico (1998). Analisando o documento Competitividade industrial: uma visão estratégica para o Brasil, publicado em 1988 pela CNI, Rodrigues, que compreende a Confederação das Indústrias como “a mais importante fração do partido ideológico da burguesia brasileira” (Ibid., p. 11), destrincha as formulações do documento, que recomenda o aumento da produtividade como propósito na elaboração de políticas públicas, indicando uma suposta “falha na educação” como causa do entrave no emprego da força de trabalho nas atividades produtivas, principalmente pela alta taxa de analfabetismo. Segundo o IBGE77, em censo realizado entre os anos de 1985 e 1986, cerca de 20,7% da população brasileira, a partir dos 15 anos de idade, era analfabeta. Argumenta o discurso do documento:

O país, por conta da falha no sistema educacional, não é capaz de *maximizar a utilização de sua força de trabalho*. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante, impõe um limite estreito no seu aproveitamento. (CNI, p.19, apud. RODRIGUES, p. 103).

Conforme o estudo de Rodrigues, o *télos* que orientava a CNI nas décadas de 1980 e 1990, em seus discursos e documentos, era *competitividade*, marcado por um contexto de superação do padrão de acumulação fordista e pelo nascimento do padrão de acumulação flexível em uma sociedade brasileira agora considerada urbano-industrial. O desafio, agora, era a conquista dos mercados externos, que, para a CNI, se daria pelo aumento da produtividade: “A busca pela competitividade internacional da indústria brasileira, portanto, está modelando as propostas para a reestruturação do Estado (*stricto sensu*), da educação e da formação profissional” (Ibid., p.99).

Analisando as considerações de Motta (2012) sobre a ideologia do capital social, a autora considera que “A centralidade atribuída à educação nas políticas sociais do novo milênio nos remete a origem da educação burguesa, que já indicava na sua formação a ideia *de educação*

---

<sup>77</sup> Dados disponíveis na base de dados do IBGE. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/educacao.html>>. Acesso em: 25 de jun. 2023.

como *chave-mestra da vida social* [...]” (p. 253, grifo nosso). Estamos, portanto, diante do que é apresentado como um “novo” paradigma, mas que, na verdade, atualiza discursos e teorias debatidas há décadas pela intelectualidade burguesa em sua incessante cruzada pelo incremento da produtividade do trabalho.

A partir das considerações feitas e pela chave de leitura marxiana da categoria do valor, é possível compreender a origem da importância dada para a produtividade nas considerações sobre educação da intelectualidade burguesa aqui analisada, além de diversas outras produções no campo marxista do conhecimento. Os artigos de opinião publicados no Valor Econômico são, como pode ser verificado, reproduções e atualizações de demandas há muito elaboradas e repetidas pela burguesia. Compreende-se, portanto, que o vínculo entre a educação e a melhoria da economia nacional, estabelecido nos discursos presentes nos artigos a partir da demanda da produtividade, passa necessariamente pela formação do que Gramsci chamou de um novo “nexo psicofísico” (2007) adaptado para as necessidades produtivas e sociais do capital em seu presente estágio, e voltado para, o que compreendemos enquanto um processo de mercantilização da educação, ou seja, sua sujeição a forma-mercadoria na lógica do MPC.

Outrossim, os discursos voltados para a crítica da gestão do fundo público e o financiamento da educação, que também possui antigos rastros no discurso dos intelectuais da burguesia, compreendem o que entendemos como *mercadorização da educação*, que designa o processo da transformação da educação em nicho de mercado, considerando que

[...] é característica das crises capitalistas o estorvo da reprodução ampliada, e a dificuldade de erar e movimentar capital, a busca pela transformação do fundo público em lucro privado, inclusive, pela capitalização desse fundo, não é de surpreender. A nosso ver, as ‘reforma’ educacionais não deixam de contribuir para tal, uma vez que o Estado contrata para gerir e alavancar medidas e obrigada, direta ou indiretamente, a produção de novos materiais didáticos e pacotes de formação docente (ANDRADE; MOTTA, 2020, 119-120, grifo das autoras).

Portanto, consideramos que produtividade se apresenta como a convergência primordial das unidades de contexto apresentadas na presente pesquisa, objetivando maiores taxas de lucro para os capitalistas. Isto posto, entendemos que a educação, em específico a básica, debatida pelos intelectuais do empresário no periódico digital Valor Econômico, entre os anos de 2016 e 2021, é um importante *fator de produção*, e elemento fundamental que compõe o ideário liberal e mercadológico, pautado pelo capital humano como investimento para o avanço econômico.

Para além disso, entendemos que, apesar da questão da educação enquanto fator de produção, compreendemos que não existe, essencialmente, um conceito de educação estrito nas

reproduções de consensos dos intelectuais analisados; podemos compreender, no entanto, que há delineado um projeto de sociedade, na qual a educação cumpre papel primordial como formadora da classe trabalhadora e de sua base ideológica. Portanto, a dita “pedagogia do capital” é apresentada como projeto hegemônico direcionado para a classe trabalhadora, objetivando garantir a formação de uma força de trabalhos em condições mais propícias para a extração de mais-valor.

Podemos destacar o papel do intelectual da burguesia analisando as questões *não faladas* por estes intelectuais. Responsabiliza-se a educação, tida por como grande protagonista no enfretamento da desigualdade social e no avanço econômico nacional, pela superação das mazelas e contradições, próprias da sociedade capitalista, enquanto defende-se processos de políticas privativas que avançam e aprofundam ainda mais a expropriação da classe trabalhadora. Segundo Santos e Silva (2021, p.08) os discursos presentes nas formulações sobre a educação básica dos intelectuais do empresariado “[...] evidenciam uma racionalidade que busca convencimento em torno da necessidade de alteração e readequação das práticas educativas, alteração do perfil docente e reformas educativas”. Essa racionalidade, quando se transveste de interesse de “todos”, reproduz consensos que capturam e cooptam a vontade e a luta por uma educação verdadeiramente *da* classe e não *para* a classe, conforme Fontes. Portanto, no silêncio sobre os verdadeiros problemas e contradições próprios de uma forma social fundada na exploração do homem pelo homem, os intelectuais orgânicos das mais diferentes frações da burguesia, em seus discursos e práticas, projetam uma educação que atenda aos seus interesses como classe política e economicamente dominante.

Assim, no *não dito* reside o conceito de educação imediatamente interessada ao capital e na formação de um nexos psicofísico ajustado às necessidades da classe dominante. Paralelamente a educação básica sofre, há décadas, tentativas (bem-sucedidas) de supressão de quaisquer possibilidades que tencionem e enfremem este projeto, enquanto a burguesia atua fortemente na formação de intelectuais que se colocam enquanto “protagonistas” na “defesa” da educação, tomando espaço, cooptando e transformando as pautas e defesas de inúmeros movimentos sociais, sindicatos e organizações populares.

Por fim, convém mencionar que suas simplistas “soluções” para a educação, tal , como uma melhor gestão e uma generalista melhoria na qualidade de ensino, reformas que retiram direitos e que precarizam a carreira docente, carregam em seu interior intenções objetivas: o esvaziamento do papel político-educativo da escola pública e do processo de ensino-aprendizagem em favor de uma lógica instrucional, a autorresponsabilização e desintelectualização docente, a captação do fundo público para o engordamento de instituições,

que, ao fim e ao cabo, configuram o projeto de fortalecimento da manutenção da hegemonia burguesa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal Valor Econômico é reconhecidamente o mais profícuo periódico de economia e investimentos de circulação nacional, com circulação de mais de 100.000 exemplares, entre as suas versões físicas e digital. Com matérias e artigos de opinião publicados diária e semanalmente, o Valor contém um editorial com nomes consagrados do jornalismo hegemônico brasileiro há décadas, além de um *hall* de articulistas convidados para opinarem sobre diferentes áreas. A temática da educação, mais precisamente da educação básica, é uma pauta frequente nos artigos de opinião do jornal.

A pesquisa indicou que, em sua maioria, esses artigos são escritos por nomes do empresariado nacional, muitos com formação em economia, e vinculados a movimentos e institutos voltados para pensar a educação e soluções pedagógicas. Considerando a importância do jornal e do grande volume de artigos opinativos sobre educação, a problemática da pesquisa em tela se concentrou em levantar quais são as concepções de educação presentes nestes artigos, além de apontar quais as, na opinião dos articulistas, as problemáticas atuais da educação, e quais as “soluções”. Portanto, o estudo da pesquisa procurou investigar os artigos de opinião veiculados pelo jornal digital Valor Econômico no período de 2016 a 2021, tendo em conta que, no referido recorte temporal, houve significativas reformas na educação básica, tal como a reforma do ensino médio e a implementação da BNCC, além das movimentações no terreno sociopolítico nacional, como o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, a entrada de seu vice, Michel Temer, em seu lugar, e as eleições de 2018, que elegeram Jair Messias Bolsonaro.

Como referencial teórico, a pesquisa amparou-se nas categorias de Gramsci, em especial na leitura do Estado em seu caráter integral (ou ampliado) e em suas considerações sobre os intelectuais orgânicos. A partir da leitura do Caderno 12 de Gramsci, intitulado *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaio sobre a história dos intelectuais* (2022), com apoio de estudiosos do autor como Semeraro (2021; 2006) e Andrade e Motta (2020; 2021), indicamos nosso entendimento de que os articulistas do Valor Econômico, a partir da leitura dos seus artigos e da investigação de suas vinculações, são intelectuais orgânicos da fração empresarial, e, em específico, do empresariado da educação (Andrade e Motta, 2020), que,



especializados na função intelectual, atuam como frente ideológica com vistas a conservar e ampliar a hegemonia burguesa. Esta categorização inicial foi relevante para a compreensão da investigação da pesquisa, considerando que aponta uma direção para o motivo do interesse da função intelectual na produção ou reprodução de consensos sobre a educação básica.

Apresentamos os 45 nomes dos intelectuais levantados pela pesquisa, com as ocorrências dos artigos por eles assinados e os anos em que foram publicados. Nesta apresentação, buscamos identificar brevemente suas formações e/ou atuações, além de apreender seus vínculos com instituições e movimentos, relacionados ou não à educação, e que consideramos tratar-se de APHs. As APHs mais fortemente presentes no conjunto de artigos selecionados também foram apresentadas, quais sejam: o Instituto Alfa e Beto, representado por seu fundador e o mais profícuo articulista convidado do Valor Econômico levantado na pesquisa em tela, João Batista Araujo e Oliveira; A instituição de ensino superior Insper, representada pelos seus professores Naercio Menezes Filho e Vinícius de Bragança Müller e Oliveira; o próprio jornal Valor Econômico, figurando com seus editoriais de opinião e os artigos escritos por alguns dos seus jornalistas regulares; a Fundação Getúlio Vargas e seus professores pesquisadores Armando Castelar Pinheiro, Tiago Cavalcanti, Pedro Ferreira, Renato Fragelli e Nilson Teixeira; a Fundação Roberto Marinho, traduzida por André Vieira, Katcha Poloponsky, Rosalina Soares e Wilson Risolia; o Instituto Península, por Ana Maria Diniz e Heloisa Morel; e o Todos pela Educação, representado por Priscila Cruz, Olavo Nogueira e Gabriel Corrêa. Ao todo, estes intelectuais assinaram 86 artigos dos 110 apresentados na pesquisa, entre artigos de opinião escritos individualmente ou em grupo.

No capítulo terceiro, apresentamos os quadros elaborados na pesquisa que organizaram todos os 110 artigos de opinião levantados no período de 2016 a 2021. Procuramos, de forma muito breve, contextualizar nos anos presentes no recorte temporal, ambiência sociopolítica de pano de fundo nos anos das publicações, para que se pudesse compreender as discussões ou acontecimentos naquele momento, como as eleições e aprovações de políticas e reformas. No ano de 2016, de 232 artigos e matérias sobre educação, 15 artigos de opinião foram encontrados; em 2017, de 312, 18 eram artigos de opinião; no ano de 2018, de 164 matérias, 19 artigos foram elencados; em 2019, de 317, 13; e, em 2020, recorde 489 matérias foram publicadas, 23 tratando-se de artigos de opinião. Por fim, em 2021, das 318 matérias, 22 eram artigos de opinião.

Por fim, no último capítulo de discussão dos dados da pesquisa, procuramos, a partir das unidades de contexto elencadas, sendo elas *A Base Nacional Comum Curricular*, *A questão da formação e carreira docente*, *O financiamento e a gestão da educação básica pública*,

*Capital Humano e Produtividade*, cotejar com amparo nos excertos dos artigos, os consensos difundidos pelos intelectuais nos artigos de opinião com os possíveis interesses demandados pelas diferentes frações da burguesia brasileira para a educação básica, além de evidenciar possíveis convergências ou divergências existentes entre os discursos dos intelectuais. Concebemos que, apesar de determina das divergências que envolviam mais precisamente as abordagens dos intelectuais sobre certas problemáticas, seus discursos convergem para as mesmas “soluções”. Do mesmo modo, a educação se materializa enquanto “salvadora” da economia e do progresso nacional em grande parte dos artigos. É justamente a partir dessa recorrente idealização e do grande volume de artigos que se fundamentam na defesa da educação para o crescimento da produtividade, que apontamos que a concepção predominante de educação presente no ideário do empresariado é aquela que a considera enquanto fator de produção essencial para a produtividade do trabalho. Em *A convergência primordial*, última seção do capítulo, apresentamos algumas das categorias iniciais de Marx no primeiro livro d’*O capital* (2012) para compreendermos, pela raiz, o fundamento do discurso apologético da relação educação-produtividade, que passa pela demanda de uma formação de capital humano qualificada. Nosso entendimento aponta que a chave-explicativa dessa relação se encontra na produção de valor do MPC, e na busca constante da garantia de intensificar o ganho de mais-valor, subtraído da força de trabalho, que se traduz em maiores taxas de lucro para os detentores dos meios de produção. A educação, portanto, passa a ser subordinada à forma-mercadoria em um processo designado como mercantilização da educação. Em outra ponta, a educação enquanto potencial de nicho de mercado encontra-se em um processo de mercadorização.

É importante que ressaltemos que a discussão feita neste último subcapítulo é um mero apontamento inicial desta problemática, que envolve diversos contornos, processos, e contradições, e não pretende se colocar como acabada, tampouco suficiente, mas, sim, em desenvolvimento; consideramos ainda os importantes estudos que vêm sendo elaborados em relação à financeirização da educação<sup>78</sup> como de fundamental importância para seu aprofundamento. Por tratar-se do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado e do tempo ao qual este processo se subordina, e pela complexidade do debate, por hora, prorrogamos o aperfeiçoamento desta investigação com a intenção de serem retomados em pesquisa futura ao nível do doutorado. Neste trabalho, também não pretendemos uma investigação aprofundada voltada para os autores dos artigos e os institutos aos quais respondem, procurando, de outro modo, investigar a produção e reprodução de consensos sobre a educação no veículo jornalístico

---

<sup>78</sup> Um exemplo é a importante tese de Tatiana Brettas que resultou no livro *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*, publicado pela editora Consequência em 2020.

em questão. Portanto, restringiu-se o debate da intelectualidade a uma breve discussão, quando os intelectuais, autores dos artigos, são apresentados, assim como a relação de maior recorrência de nomes e suas temáticas levantadas. No entanto, consideramos que a investigação das questões aqui colocadas, seja da relação entre a educação e a produtividade, e a formação intelectual do empresariado da educação, possui dimensão fundamental para a compreensão aprofundada da categoria intelectual orgânico de Gramsci, em relação com o Estado integral. Nesse sentido, a investigação da relação de forças dentro do Estado também revela-se crucial para a compreensão aprofundada da função intelectual na disputa por hegemonia dentro da sociedade de classes.

As unidades de contexto aqui apresentadas e analisadas tampouco esgotam a grandiosa gama de potenciais objetos de pesquisa que a empiria oferece. Dessa forma, convidamos pesquisadores e pesquisadoras da educação que se utilizem dos dados empíricos aqui apresentados para o desenvolvimento de pesquisas futuras, para que se fortaleça a pesquisa engajada na investigação da frente ideológica burguesa, dos seus discursos e presença nas grandes mídias, além de seus direcionamento e intervenções nos debates sobre políticas públicas em educação.

A pesquisa se encerra, em parte, em meio aos debates sobre o Novo Ensino Médio no atual governo de Lula da Silva (2023-). Desde 2022, ano em que entrou em vigor, professores, jovens e pesquisadores vêm denunciando o caráter esvaziado do atual currículo e dos itinerários formativos oferecidos, especialmente para a juventude periférica das escolas públicas do país. No ano corrente (2023), o MEC suspendeu sua implementação gradual, que terminaria no ano de 2024, e no momento presente segue realizando audiências públicas por todo país para o debate sobre uma possível reformulação. Considerando, juntamente com os relatos e as pesquisas, os dados expostos pela pesquisa em tela, acreditamos que o Novo Ensino Médio é orientado por competências majoritariamente subjetivas e conformativas para a juventude, formando para as atuais exigências do trabalho subsumido ao capital. Dito isso, sinalizamos nossa defesa pela total revogação do atual Novo Ensino Médio (2023).

O Novo Ensino Médio vem sofrendo grande resistência, principalmente, por parte dos jovens das escolas públicas do país, que se veem desesperançados e sem perspectiva de uma formação superior. Lembramos ainda do inspirador movimento de ocupação das escolas em 2016, que reuniu milhares de estudantes contra o Novo Ensino Médio. Dito isso, não entendemos a educação enquanto terreno apenas fértil para a ideologia burguesa e a conformação para o trabalho subjugado aos ditames do capital. Antes, compreendemos a educação, enquanto caminho para a reprodução social da existência, a partir do acesso ao

conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, aos fundamentos da ciência, cultura e arte. Compreendemos ainda a contradição latente da educação formal que, mesmo sendo fruto da sociedade capitalista, é a responsável por fornecer a instrumentalização necessária para a leitura da realidade, e, conseqüentemente, para a intervenção dela, e, por isso, é alvo fortemente tensionado na luta de classes. A educação, quando forma para as competências interessadas imediatamente ao capital, assume a forma de educação já criticada por Gramsci quando o sardo defende a escola unitária<sup>79</sup> (2022): aquela que hipoteca o futuro de crianças e jovens, que constrange suas inteligências e suas consciências em formação. É na luta de estudantes, professores, famílias, sindicatos e nas iniciativas de educação popular, em constante resistência aos cada vez mais violentos avanços do capital, que acreditamos e defendemos. Por isso, ecoamos em uníssono com Gramsci:

*Istruitevi, perché avremo bisogno di tutta la nostra intelligenza  
 Agitatevi, perché avremo bisogno di tutto il nostro entusiasmo  
 Organizzatevi, perché avremo bisogno di tutta la nostra forza<sup>80</sup>.*"

*L'Ordine Nuovo, Ano 1, n. 1  
 1º de maio de 1919.*

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Não haverá futuro sem oportunidades para os mais jovens. **Valor Econômico**. 19/05/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/nao-havera-futuro-sem-oportunidades-para-os-mais-jovens.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ANDRADE, Maria Carolina Pires; MOTTA, Vânia Cardoso da. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. Trabalho Necessário, n.42, 2022.

ANDRADE, Maria Carolina Pires; MOTTA, Vânia Cardoso da. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 1-13, 2020.

<sup>79</sup> A escola unitária é conceitualizada por Gramsci no caderno 12, *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaio sobre a história dos intelectuais*.

<sup>80</sup> Em tradução livre: Instruí-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.

ANDRADE, Maria Carolina Pires; GAWRYSZEWSKI, Bruno. Desventuras da educação brasileira e as reformas? atuais: educar para a produtividade do trabalho. **Eccos revista científica**, p. 105-125, 2018.

ANDRADE, Robson de. O sistema indústria e o desenvolvimento. **Valor Econômico**. 01/09/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-sistema-industria-e-o-desenvolvimento.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

ARAUJO E OLIVEIRA. Reforma do ensino médio e formação de capital humano. **Valor Econômico**. 03/01/2019a. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/reforma-do-ensino-medio-e-formacao-de-capital-humano.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Novos horizontes para a educação. **Valor Econômico**. 07/11/2019b. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/novos-horizontes-para-a-educacao.ghtml>. Acesso em: 03 jan. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Professores, demografia e qualidade da educação. **Valor Econômico**. 02/07/2019c. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/professores-demografia-e-qualidade-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2022

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Investimento em capital humano e primeira infância. **Valor Econômico**. 16/11/2019d. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/investimento-em-capital-humano-e-primeira-infancia.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. A formação do capital humano. **Valor Econômico**. 22/06/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-formacao-do-capital-humano.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Desperdícios na educação e crise fiscal. **Valor Econômico**. 28/07/2017a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/desperdicios-na-educacao-e-crise-fiscal.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Por uma nova política de formação do capital humano. **Valor Econômico**. 26/09/2017b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/por-uma-nova-politica-de-formacao-do-capital-humano.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Empresários, Sistema S e mudanças no EM. **Valor Econômico**. 06/10/2016a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/empresarios-sistema-s-e-mudancas-no-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

ARAUJO E OLIVEIRA, João Batista. Na crise, a chance de fazer uma revolução na educação (2016), **Valor Econômico**. 17/06/2016b. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/na-cri-se-a-chance-de-fazer-uma-revolucao-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

ACESSO à educação pouco avança e frustra metas. **Valor Econômico**. 25/06/2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2019/06/25/aceso-a-educacao-pouco-avanca-e-frustra-metas.ghtml>>. Acesso em:

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 11 mai. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Financiamento, gestão e política na educação básica. **Valor Econômico**. 27/08/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/financiamento-gestao-e-politica-na-educacao-basica.ghtml>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CALICCHIO, Nicola; FRANK, Marcus. Falta dinheiro para a educação no Brasil? **Valor Econômico**. 23/01/2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/falta-dinheiro-para-a-educacao-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CAMPOS, José Roberto Campos. Não está bom, mas pode piorar. **Valor Econômico**. 29/09/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/nao-esta-bom-mas-pode-piorar.ghtml>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CARVALHO, Eduardo. A excelência educacional deve ser uma prioridade. **Valor Econômico**. 16/08/2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-excelencia-educacional-deve-ser-uma-prioridade.ghtml>>. Acesso em: 12 jan.2022.

CARVALHO, H. J. R.; ZANIN, M.; SHIMBO, I. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade? Evitando equívocos e ampliando possibilidades na aplicação de conceitos marxianos da teoria do mais-valor no campo CTS. **Ciência e Educação** (Unesp), v. 23, p. 1077-1090, 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no brasil**: aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13910/Tese-flavio-henrique-calheiros-casimiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

CAVALCANTI, Pedro; FRAGELLI, Renato. Fundeb: mais dinheiro, mais qualidade? **Valor Econômico**. 23/07/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/fundeb-mais-dinheiro-mais-qualidade.ghtml>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CAVALCANTI, Tiago. Produtividade estagnada. **Valor Econômico**. 05/05/2021. Disponível em:<<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/produtividade-estagnada.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CÔRREA, Gabriel; CRUZ, Priscila; Nogueira, Olavo. As possibilidades para a educação e o Fundeb. **Valor Econômico**. 07/08/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/as-possibilidades-para-a-educacao-e-o-fundeb.ghtml>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CRUZ, Priscila. Dogmas não podem tirar a oportunidade do Novo Fundeb. **Valor Econômico**. 10/03/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/dogmas-nao-podem-tirar-a-oportunidade-do-novo-fundeb.ghtml>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DESIGUALDADE social freia os avanços em educação. **Valor Econômico**. 16/02/2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2016/02/16/desigualdade-social-freia-os-avancos-na-educacao.ghtml>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

DINIZ, Ana Maria. Construtores de Futuros. **Valor Econômico**. 15/10/2021a. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/construtores-de-futuros.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2022.

DINIZ, Ana Maria. “Educação ou morte”. **Valor Econômico**. 22/01/2021b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-ou-morte.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

DINIZ, Ana Maria. Um SUS para a educação. **Valor Econômico**. 29/09/2021c. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/um-sus-para-a-educacao.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

DINIZ, Ana Maria. Educação, a única saída. **Valor Econômico**. 27/04/2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-a-unica-saida.ghtml>>. Acesso em:

EDUCAÇÃO completa dez anos de estagnação no Brasil. **Valor Econômico**. 25/06/2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2019/12/10/educacao-completa-dez-anos-de-estagnacao-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ELACQUA, Gregory [et al.]. **Educação baseada em evidências**: como saber o que funciona em educação. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2015. PDF

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas: Alínea, 2012, p. 52-71.

É HORA de debater a melhoria do ensino profissionalizante. **Valor Econômico**. 29/07/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2021/07/29/e-hora-de-debater-a-melhora-do-ensino-profissionalizante.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

FERREIRA, PEDRO; FRAGELLI, Renato. A generalizada ineficiência brasileira. **Valor Econômico**. 18/01/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-generalizada-ineficiencia-brasileira.ghtml>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: novas direitas, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, n.20, 2015.

GASTOS com educação cresce, mas nota do Pisa decepciona. **Valor Econômico**. 14/12/2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2016/12/14/gasto-com-educacao-cresce-mas-nota-do-pisa-decepciona.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

GAWRYSZEWSKI, B.; MELLO, L. M. A agenda da produtividade da confederação nacional da indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, p. 1-27, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio. A educação de nossos filhos. **Valor Econômico**. 14/06/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-educacao-de-nossos-filhos.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1973.

GUEDES NETO, João. Diploma para quê? **Valor Econômico**. 29/03/2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/diploma-para-que.ghtml>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

HENRIQUES, Ricardo. Cautela com a melhoria no ensino médio. **Valor Econômico**. 18/09/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/cautela-com-a-melhoria-no-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

HENRIQUES, Ricardo. Base Nacional Curricular, um projeto de nação. **Valor Econômico**. 12/01/2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/base-nacional-curricular-um-projeto-de-nacao.ghtml>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

LEHER, R.; MOTTA, V. Trabalho docente no contexto do retrocesso. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. p. 243-258, 29 dez. 2017.

LENE, Hérica. Valor e Gazeta Mercantil, uma comparação. **Observatório da Imprensa**. 15/06/2004. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/valor-e-gazeta-mercantil-uma-comparacao/>>. Acesso em:

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.



LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEVY, Joaquim. Prioridade número um. **Valor Econômico**. 29/07/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/prioridade-numero-um.ghtml>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANZANO, Sofia. **Economia política para trabalhadores**. 2a edição. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2019.

MARQUES, Maria Silvia Bastos. O Brasil do futuro. **Valor Econômico**. 30/04/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-brasil-do-futuro-1.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro: crítica da economia política: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MEGALE, Caio. Educação, produtividade e crescimento. **Valor Econômico**. 26/01/2016. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-productividade-e-crescimento.ghtml>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. A reforma do ensino médio. **Valor Econômico**. 16/03/2018a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/google/amp/opiniao/coluna/a-reforma-do-ensino-medio.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. A primeira infância. **Valor Econômico**. 15/06/2018a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-primeira-infancia.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. O papel do Estado. **Valor Econômico**. 16/02/2018c. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-papel-do-estado.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. Educação: gastos e resultados. **Valor Econômico**. 20/10/2017a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-gastos-e-resultados.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. O financiamento da educação. **Valor Econômico**. 17/05/2017a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/financiamento-da-educacao.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. O que devemos mudar na educação? **Valor Econômico**. 17/06/2016a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-que-devemos-mudar-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENEZES FILHO, Naercio. Educação em tempos de crise. **Valor Econômico**. 19/02/2016b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-em-tempos-de-crise.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**.

MORAES, Dênis de; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. 3a. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**. São Paulo: Cortez Editoria, 2002.

MOREL, Heloisa. O professor está sozinho em uma escola cheia. **Valor Econômico**. 04/04/2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-professor-brasileiro-esta-sozinho-em-uma-escola-cheia.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MOREL, Heloisa. Quem ensina os que ensinam. **Valor Econômico**. 11/03/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/quem-ensina-os-que-ensinam.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MOTTA, Vânia. **Ideologia do capital social**. Atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVO Fundeb traz avanços, mas vinculação é retrocesso. **Valor Econômico**. 23/07/2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2020/07/23/novo-fundeb-traz-avancos-mas-vinculacao-e-retrocesso.ghtml>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

NOVO censo escolar ressalta os desafios da reforma do ensino. **Valor Econômico**. 21/02/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2017/02/21/novo-censo-escolar-ressalta-os-desafios-da-reforma-do-ensino.ghtml>>. Acesso em:

OLIVEIRA, PAULO. A crise fiscal e os desafios do Plano Nacional de Educação. **Valor Econômico**. 23/02/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-crise-fiscal-e-os-desafios-do-plano-nacional-de-educacao.ghtml>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

PAÍS corre contra o tempo na retomada da educação. **Valor Econômico**. 07/01/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2021/01/07/pais-corre-contr-o-tempo-na-retomada-da-educacao.ghtml>>. Acesso em:

PINHEIRO, Armando Castelar. Educação e crescimento. **Valor Econômico**. 05/11/2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-e-crescimento-economico.ghtml>>. Acesso em:

PRADO, Maria Clara R. M. Educação precária, gargalo brasileiro. **Valor Econômico**. 31/10/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/educacao-precaria-gargalo-brasileiro.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PRINCÍPIOS editoriais do Grupo Globo. **Valor Econômico**, 2011. Disponível em: <<https://valor.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo/>>. Acesso em: jan. 2021.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

ROSA, João Luiz. Valor' cresce 22% e alcança 107 mil assinaturas. **Valor Econômico**, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/30/valor-cresce-22-e-alcanca-107-mil-assinaturas.ghtml>>. Acesso em: jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 4a. edição. Campinas: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Márcia Luzia dos; SILVA, Mariléia Maria da. O Perfil docente defendido pelo Banco Mundial. **Educação em Foco**, v. 27, p. 01-16, 2022.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos do CEDES (UNICAMP)**, v. 26, p. 373-391, 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais, Educação e Escola**: Um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SILVA, M. M. da. Geração à deriva: jovens nem nem e a surperfluidade da força de trabalho no capital-imperialismo. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 25, n. 58, p. 119-136, 2015.

SISTEMA Nacional de Educação: o que é e para que serve? Todos pela Educação. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-sistema-nacional-de-educacao/>>. Acesso em:

TEIXEIRA, Nilson. Programa Professor Fundamental. **Valor Econômico**. 04/09/2018a. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/programa-professor-fundamental.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TEIXEIRA, Nilson. Brasil precisa de milagre na educação. **Valor Econômico**. 22/08/2018b. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/brasil-precisa-de-milagre-na-educacao.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo Kaufmann. A concepção educacional da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC): uma análise da revista indústria & competitividade (2013-2018). Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000076/000076e8.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

VÉLEZ-RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Um roteiro para o mec. **Pensador de La Mancha**. Disponível em: <<https://pensadordelamancha.blogspot.com/2018/11/um-roteiro-para-o-mec.html>>. Acesso em: